

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ANTROPOLOGIA

ANGELA MARIA TRINDADE PAIVA

**DAS ÁGUAS DO RIO, AS MULHERES EM MOVIMENTO NA DEFESA DO
XINGU:**
**a resistência contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte em
Altamira – Oeste do Pará**

Belém – Pará
Junho/2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ANGELA MARIA TRINDADE PAIVA

**DAS ÁGUAS DO RIO, AS MULHERES EM MOVIMENTO NA DEFESA DO
XINGU:**

**a resistência contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte em
Altamira – Oeste do Pará**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais, Área de Concentração Antropologia, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, sob Orientação do Prof. Dr. Flávio Leonel de Abreu da Silveira e Co-Orientação da Prof^a Dr^a. Cristina Donza Cancela.

Belém – Pará
Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA
Junho/2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Paiva, Angela Maria Trindade

Das Águas do Rio, as Mulheres em Movimento na Defesa do Xingu: a resistência contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte em Altamira - Oeste do Pará / Angela Maria Trindade Paiva; orientador, Flávio Leonel Abreu da Silveira, co-orientadora, Cristina Donza Cancela. - 2010

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2010.

1. Mulheres - Altamira (PA) - Condições sociais. 2. Movimentos sociais. 3. Usinas hidrelétricas - Aspectos ambientais. 4. Impacto ambiental - Altamira (PA). 5. Xingu, Rio (PA). I. Título.

CDD - 22. ed. 305.4098115

ANGELA MARIA TRINDADE PAIVA

**DAS ÁGUAS DO RIO, AS MULHERES EM MOVIMENTO NA DEFESA DO
XINGU:**

**a resistência contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte em
Altamira – Oeste do Pará**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais, Área de Concentração Antropologia, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará.

DATA DE APROVAÇÃO:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio Leonel de Abreu da Silveira (Orientador) - Universidade Federal do Pará:

Prof.^a. Dr.^a Cristina Donza Cancela (Co-Orientadora) - Universidade Federal do Pará:

Prof.^a. Dr.^a Edna Ferreira Alencar (Examinadora) - Universidade Federal do Pará:

Prof.^a. Dr.^a Rosa Acevedo (Examinadora) - Universidade Federal do Pará:

AGRADECIMENTOS

À minha família: minha mãe, Dona Maria; e meus irmãos e sobrinhos, Rogério e Davdson; à Kátia e Douglas; à Lília, Ana Carolina e Ana Lázara; à Joana, Henrique, Arthur e Náthalie. Desculpem-me pelas lágrimas das partidas (tristeza) e dos retornos e reencontros (alegria). Obrigada pela certeza do porto-seguro (é o mais seguro, mesmo quando balança. Agora tenho certeza disso). Se a ausência fez todos os dias mais dolorosos, me deixou mais forte, preparando-me para a volta (ao redor do *mundo* e para casa. Quem sabe?). Amo vocês...

Às amigas que encontrei aqui, Marysol e Antonia, a caminhada ficou mais gostosa e segura. Nada que eu coloque neste momento conseguirá demonstrar o respeito e amizade que tenho por vocês. E para Paulinha, a amiga que deixei lá. Faltou a comunhão da nossa alegria ao longo desses anos. Mas mesmo distante nunca estive ausente...

Ao Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA/UFMG: Andréia Zhouri, Klemens Laschefski, Marcos Zucareli, Raquel Oliveira e Wendell Ficher, por ter me incentivado e ensinado os primeiros passos em direção à pesquisa acadêmica, inseparável do compromisso com aqueles que se encontram para além dos muros da universidade...

A toda Equipe da FASE/Programa Amazônia, em especial ao Matheus que, por acreditar no meu potencial, permitiu que eu trilhasse novos espaços, oportunidade de novos desafios e de experimentar outros lugares e saberes...

A cada um dos meus colegas da turma do mestrado do PPGCS/Antropologia de 2007. Apoio e generosidade expressam o que foi a nossa convivência e aprendizados compartilhados...

Aos professores do PPGCS/UFPA, em especial ao meu orientador Professor Flávio. Romper as barreiras é sempre difícil, mas nunca impossível. Espero que o resultado tenha nos deixado ainda mais forte. E à Professora Cristina, pela ajuda imprescindível, sobretudo na compreensão e avanço nas discussões de gênero...

Ao Paulo e à Rosângela, da Secretaria do PPGCS/UFPA, pela atenção sempre acompanhada de afável sorriso que tantas vezes renovou nossas esperanças e nos acalmou em momentos tão tensos...

Ao Fernando A. Araújo, aluno de graduação do curso de Geografia da UFPA, ajuda na elaboração do mapa de “Deslocamento do Grupo de Mulheres do Xingu para e na Transamazônica”...

Ao Xingu pela inspiração e às mulheres de Altamira pelo aprendizado e confiança... A vocês dedico este trabalho e confesso a minha admiração e profundo respeito. Muito obrigada pela generosidade com que fizeram parte deste processo de realização de um projeto de vida...

O senhor... Mire Veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou (Guimarães Rosa, 2001:39).

Para que exista uma disciplina deve existir a possibilidade de se formular novas proposições – e de assim fazer-se *ad infinitum*... (FOUCAULT citado por RABINOW, 1999: 76).

RESUMO

As complexas questões em torno dos conflitos decorrentes da construção de hidrelétricas envolvendo, por um lado, o Setor Elétrico Brasileiro, e, por outro, segmentos sociais, tais como povos indígenas, “populações tradicionais”, ribeirinhos, pescadores e, também, populações das áreas urbanas, dentre outros, têm sido recorrentes nas últimas décadas. Em certa medida, podemos indicar que tais conflitos resultam de modos distintos e contraditórios com que estes segmentos sociais vêem, vivenciam e usam a natureza e o seu ambiente. Motivada pelo interesse de aprofundamento das análises acerca destes conflitos no contexto amazônico, e de ampliar meus conhecimentos, sustentada na matriz interpretativa do fazer e do pensar antropológico, norteiei a elaboração desta dissertação tendo como foco o diálogo com doze mulheres que se constituem enquanto um grupo articulado em defesa do rio Xingu e, por conseguinte, contra a hidrelétrica de Belo Monte, prevista para ser construída na região oeste do estado do Pará. Segundo este “Grupo de Mulheres do Xingu” a obra trará impactos ambientais e sociais, lidos por elas como negativos para toda a região, mas, sobretudo, para as mulheres. Nessa direção, almejo compreender as peculiaridades que decorrem deste modo de ver e significar o mundo que as levam a fazer esta leitura e atuarem politicamente articuladas em defesa da natureza.

Palavras-chave: Mulheres, Natureza, Amazônia, Rio Xingu e Hidrelétrica.

ABSTRACT

The complex issues surrounding the conflicts in the construction of hydroelectric dam involving, on the one hand, the Brazilian Electric Sector, and on the other, segments of society such as indigenous peoples, “traditional populations”, riverside living, fishermen and also the populations of urban areas, among others, have been recurrent in the last few decades. To some extent, we can indicate that such conflicts arise from different and contradictory ways in which these segments of society see, experience and use the nature and their environment. Motivated by the interest of deepening the analysis on these conflicts in the Amazon region, and expand my knowledge, sustained by the interpretative matrix of making and anthropological thinking, underpin the development of this work focusing on the dialogue with twelve women who acts as a group articulated in defense of the Xingu’s river and therefore against the Belo Monte hydroelectric dam, scheduled to be built in the western state of Para. To this group of "Women of the Xingu" the building of the hydroelectric dam will bring environmental and social impacts, that they understand as detrimental to the entire region, but especially for women who lives in that region. In this sense, we wish to understand the peculiarities that elapse from this way of seeing and the meaning of world which leads these women to do this reading and articulated political acts in defense of the nature.

Key words: Women, Nature, Amazon, Xingu River and Hydroelectrical dam

LISTA DE SIGLAS

CDDCA - Comitê de Defesa do Direito das Crianças Altamirenses.

CEB's- Comunidades Eclesiais de Base.

CHBM – Complexo Hidrelétrico de Belo Monte.

CNPq/ PIBIC - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/ Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica.

COMDCA – Conselho Municipal de Direito da Criança e Adolescente.

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente.

DhESCA's - Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.

ENID - Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

FVPP/MDTX – Fundação Viver, Produzir e Preservar/Movimento para Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu.

GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais.

IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura da América do Sul.

MMTACC - Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade.

MMCC/PA - Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade do Pará.

MPF - Ministério Público Federal.

ONG's – Organizações Não – Governamentais.

PAC- Programa de Aceleração do Crescimento.

PAD – Processo de Articulação e Diálogo.

PT- Partido dos Trabalhadores.

PSoL – Partido Solidariedade e Liberdade.

RESEX – Reserva Extrativista.

SDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.

SINTEPP - Sindicato de Trabalhadores da Educação Pública do Pará.

STTR- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

UFPA – Universidade Federal do Pará.

UHE – Usina Hidrelétrica

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Localização Prevista para Instalação da Hidrelétrica de Belo Monte e Municípios Impactados 20

Fonte: Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Socioambiental. Eletrobrás/Eletronorte e Ministério de Minas e Energia, 2007. Disponibilizado em cópia digital pelo Ministério Público Federal/Pará. (Adaptações minhas).

Figura 2: Formações rochosas no leito do rio Xingu 30

Fonte: Reinaldo Corrêa Costa. Núcleo de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais – NPCHS, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA, 2006.

Figura 3: Uma das praias que fica às margens do rio Xingu 30

Fonte: Reinaldo Corrêa Costa. Núcleo de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais – NPCHS, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA, 2006.

Figura 4: Atividades do cotidiano da população que vive às margens do rio Xingu 31

Fonte: Reinaldo Corrêa Costa. Núcleo de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais – NPCHS, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA, 2006.

Figura 5: Uso do ri Xingu para deslocamento pelas populações ribeirinhas 31

Fonte: Reinaldo Corrêa Costa. Núcleo de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais – NPCHS, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA, 2006.

Figura 6: Orla de Altamira às margens do rio Xingu 43

Fonte: Angela Paiva, 2008.

Figura 7: Cais aonde chegam pequenas embarcações na cidade de Altamira 43

Fonte: Angela Paiva, 2008.

Figura 8: Hotel Paulista na Djalma Dutra, principal avenida da cidade 44

Fonte: Angela Paiva, 2009.

Figura 9: Mercado Municipal na avenida Djalma Dutra 44

Fonte: Angela Paiva, 2009.

Figura 10: Comércio informal na Djalma Dutra 44

Fonte: Angela Paiva, 2009.

Figura 11: Avenida Sete de Setembro, um dos principais fluxos do comércio local 44

Fonte: Angela Paiva, 2009.

Figura 12: Utilização de motos e bicicletas, principal meio de transporte urbano 45

Fonte: Angela Paiva, 2009.

Figura 13: Hospital Regional Público da Transamazônica 45

Fonte: Angela Paiva, 2009.

Figura 14: Cemitério na cidade de Altamira 45

Fonte: Angela Paiva, 2009.

Figura 15: Representantes da Eletrobrás, no seminário “Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte e sua Importância na Matriz Energética Brasileira para Desenvolvimento Social”, realizado no Fórum Social Mundial de 2009, defendem a viabilidade econômica, ambiental e social da construção de Belo Monte 53

Fonte: Angela Paiva, 2009.

Figura 16: Na platéia do seminário “Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte e sua Importância na Matriz Energética Brasileira para Desenvolvimento Social”, manifestações contrárias e favoráveis à construção de Belo Monte 53

Fonte: Angela Paiva, 2009.

Figura 17: Mapa de Deslocamento do “Grupo de Mulheres do Xingu” para e na Transamazônica 89

Fonte: Concepção: Angela Paiva. Elaboração: Fernando A. Araújo, 2009.

Figura 18: Prédio da FVPP, onde funciona a sede do MMTACC 112

Fonte: Angela Paiva, 2009.

Figura 19: Protesto dos Povos Indígenas contra UHE Kararaô em 1989 124

Fonte: Foto cedida em cópia digital pelo Ministério Público Federal/Pará, 2007.

Figura 20: “Encontro dos Povos Indígenas e Movimentos Sociais: Xingu Vivo para Sempre”, realizado em Altamira, 2008. 147

Fonte: Matheus Otterloo, Fundo Dema/FASE Programa Amazônia, 2008.

Figura 21: Povos Indígenas no Encontro Xingu Vivo para Sempre, 2008 147

Fonte: Matheus Otterloo, Fundo Dema/FASE Programa Amazônia, 2008.

Figura 22: Participação dos Kayapó no “Encontro Xingu Vivo para Sempre”, com destaque para a liderança indígena Tuíra de mãos dadas com sua criança 149

Fonte: Matheus Otterloo, Fundo Dema/FASE Programa Amazônia, 2008.

Figura 23: Indígena Tuíra, no “Encontro Xingu Vivo para Sempre”, segurando seu terçado 150

Fonte: Matheus Otterloo, Fundo Dema/FASE -Programa Amazônia, 2008.

Figura 24: Povos Indígenas dançam em protesto contra construção de Belo Monte 152

Fonte: Graça Costa, FASE- Programa Amazônia, 2008.

Figura 25: Reação dos Povos Indígenas ao representante da Eletrobrás que defendeu a construção de Belo Monte no “Encontro Xingu Vivo para Sempre” 153

Fonte: Graça Costa, FASE- Programa Amazônia, 2008.

Figura 26: Tuíra dando entrevista aos jornalistas após protesto dos indígenas contra Belo Monte. 154

Fonte: Graça Costa, FASE- Programa Amazônia, 2008.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Faixa Etária	55
Gráfico 2: Situação Matrimonial	69
Gráfico 3: Maternidade	69
Gráfico 4: Auto-Identidade Étnico-Racial.....	72
Gráfico 5: Escolaridade	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Deslocamento do “Grupo de Mulheres do Xingu” <i>Para e Na</i> Transamazônica	88
Quadro 2: Participação e Articulação Política do “Grupo de Mulheres do Xingu”.....	101
Quadro 3: Organizações e Entidades que Atuam no Município de Altamira Articuladas com o “Grupo de Mulheres do Xingu”	114
Quadro 4: Ocupação/Profissão do Grupo de Mulheres do Xingu.....	118
Quadro 5: Municípios Atingidos pela Construção de Belo Monte.....	130
Quadro 6: Terras Indígenas Atingidas pela Construção de Belo Monte.....	130
Quadro 7: Povos Indígenas do Xingu.....	131

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
SOBRE O CAMPO DA PESQUISA E A PESQUISA DE CAMPO	19
1.1 “A nossa antropóloga”: aproximação e proximidade entre a pesquisadora e suas interlocutoras ..	27
1.2 As (Inter) Subjetividades em Campo... Ou, os Desafios do Fazer Etnográfico	38
1.3 As <i>Entre-Vistas</i>	50
CAPÍTULO 2	
DELINEANDO PERSPECTIVAS TEÓRICAS E CATEGORIAS DE ANÁLISE	57
2.1 Diferenças e Desigualdades: “mulher Índia é diferente das não-Índia”; “mulher negra vive situações que vocês brancas não vivem”	67
CAPÍTULO 3	
AS MULHERES EM MOVIMENTO	77
3.1 O Movimento das Mulheres (Para e Na Transamazônica)	80
3.2 As Mulheres no Movimento	112
CAPÍTULO 4	
NEM KARARAÔ, NEM BELO MONTE: “XINGU VIVO PARA SEMPRE”	119
4.1 Desenvolvimentos e Sustentabilidades: Novos Conflitos	137
4.2 Uma Lição, ou “isso é pra você respeitar os nossos filhos, isso é pra você respeitar os seus filhos, isso é pra você respeitar a natureza”	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163

INTRODUÇÃO

A discussão elaborada nesta dissertação será apresentada em quatro capítulos, além das considerações finais. O primeiro, “Sobre o Campo da Pesquisa e a Pesquisa de Campo”, é um esforço no sentido de percorrer os caminhos que me levaram a optar por pesquisar as questões e conflitos que vêm à tona no processo de construção da hidrelétrica de Belo Monte, tendo como ponto referencial o olhar das mulheres que atuam numa articulação política em defesa do rio Xingu e, por conseguinte, contra esta hidrelétrica. Além disso, apresento o referencial teórico-metodológico, os percalços, conquistas e aprendizados que a oportunidade do *fazer antropológico* ofereceu-me no âmbito da pesquisa acadêmica, mas, certamente, refletiu na vida pessoal, pois concordo com Mintz (1984) quando propõe que o encontro com o Outro é também nos “descobrir”, num duplo sentido. No sentido de nos encontrarmos, na medida em que compreender o pensar do Outro é um processo de nos pensar, mas também de nos *des-cobrir*, ou seja, tirar o que nos cobre, sairmos do *lugar* onde nos sentimos protegidos – talvez aqui esteja falando das certezas e verdades que muitas vezes o nosso etnocentrismo nos assegura – e nos expormos para o Outro e para nós mesmos.

No segundo capítulo, “Delineando Perspectivas Teóricas e Categorias de Análise”, teço as concepções teóricas sobre as quais fundamento a análise acerca das experiências de “ser mulher” tomada nesta pesquisa enquanto sujeitos com história, subjetividades e identidades que se constroem num espaço-tempo próprio (CARDOSO DE OLIVEIRA, R., 1988) o que nos impede de pensá-las enquanto “universais”, determinadas por uma essência comum a toda e qualquer mulher, invariável no tempo e no espaço. Neste sentido, subsidio-me nas discussões propostas por autores tais como Rosaldo, 1995; Louro, 1997; Scott, 1995; Laqueur, 2001; Butler, 2003; e Bento, 2006. Opto por uma perspectiva a partir da qual as relações *de* gênero são tomadas

enquanto uma categoria de análise que, juntamente com outros marcadores sociais, compõem as identidades e permeiam as relações sociais, numa dinâmica de mão-dupla. Ou seja, estas identidades são construídas nestas relações e, simultaneamente, as forjam.

Autores como Michel Foucault (1976), Pierre Bourdieu (2001, 2004, 2005[1971]) e Marshall Sahlins (2003a, 2003b, 2004a) ajudaram-me, por um lado, a desconstruir uma percepção de via única e dicotômica em que os sujeitos ocupam sempre uma das posições passividade/domínio nas relações sociais e, por outro, a re-construir uma visão analítica que insere a noção de *agência*. Ou seja, as pessoas assumem uma determinada autonomia nas suas relações sociais permeadas constantemente pela prática ou o exercício do poder e da resistência não fixadas em posições previamente definidas, mas são posições maleáveis, negociadas, forjadas nas peculiaridades das interações. Ainda no segundo capítulo, introduzo algumas observações acerca da idéia de que a relação entre mulher/natureza ou a natureza da mulher não é o ponto relevante da discussão proposta, uma vez que, conforme o leitor já pôde perceber, não estou operando com noções universais que, *a priori*, as colocam numa posição de destaque na defesa ou preservação da natureza em função de características natas, tais como: a paciência, o instinto maternal, a sensibilidade, a aptidão inerente para o cuidar de outrem (FIÚZA, 2001). Se neste capítulo as diferenças e desigualdades são o foco da análise, colocando em evidência algumas das tensões presentes no “Grupo de Mulheres do Xingu”, bem como o fato de que em alguns momentos estas mulheres situam-se, no *campo das relações sociais*, em posições opostas, conquanto constituindo uma mesma *unidade* (SIMMEL, 1983), no capítulo seguinte busco apreender as similitudes na trajetória de vida que as aproximam.

Logo, o objetivo, no terceiro capítulo, “As Mulheres em Movimento”, não é apenas *pensar sobre* as mulheres, mas dar continuidade ao processo de *pensar com* as mulheres (GEERTZ, 1973) e, assim, buscar compreender como elas se vêem e se constroem a partir do e

no movimento em direção à defesa do rio Xingu¹. Há um *movimento* no espaço geográfico, mas também no *campo* das relações sócio-políticas nas quais elas vão se inserindo e se construindo como expressões políticas (lideranças) do movimento social no qual atuam (BOURDIEU, 2001). Assim, ao acompanhá-las no “Movimento das Mulheres”, a partir de suas narrativas, percorro os seus deslocamentos em direção e na Transamazônica, bem como as suas inserções nos movimentos sociais da região. Já “As Mulheres no Movimento”, nos permitirá conhecê-las nas suas inserções no Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e Cidade - MMTACC.

Em seguida, no quarto capítulo, “Nem Kararaô, Nem Belo Monte: *Xingu Vivo para Sempre*”², analiso as principais questões relacionadas aos *conflitos socioambientais*, conforme aponta Paul Little (2002) e Henri Acselrad (2004), decorrentes dos posicionamentos contrários e favoráveis à construção da hidrelétrica de Belo Monte. Estando presentes nestes conflitos concepções concorrentes acerca do significado da natureza, assim como a luta política e simbólica pela sua apropriação e uso. Neste sentido, dialogar com Gustavo Lins Ribeiro (1991), Gustavo Esteva (2000) e Subhabrata Bobby Banerjee (2006), auxilia a discussão crítica que me leva a perceber que, apesar de vários segmentos sociais usarem as mesmas terminologias, há distintas noções e significados de *desenvolvimento* e de *sustentabilidade* que permeiam estas concepções, práticas e interesses aí implicados.

¹ Afluente do rio Amazonas, o Xingu nasce na região leste do estado do Mato Grosso e, após correr pelos municípios paraenses de Altamira, São Félix do Xingu, Brasil Novo, Senador José Porfírio, Anapú, Vitória do Xingu e Porto de Moz, na altura de Gurupá desemboca no rio Amazonas. Juntamente com o rio Tapajós, são os únicos cujas nascentes e leitos encontram-se completamente em território nacional (SEVÁ, 2005b).

² A palavra *Kararaô* significa “grito de guerra” para os indígenas Kayapó. Conforme veremos no quarto capítulo, nos anos de 1980, a hidrelétrica que agora é chamada de Belo Monte, recebeu no nome de Kararaô pela Eletronorte justificando que esta seria uma maneira de homenagear os povos indígenas da região. Contudo, ao utilizá-la no título do quarto capítulo, opto por não grafá-la em itálico, o que seria uma forma de dar-lhe ênfase devido a sua origem indígena, por entender que neste caso se trata de uma apropriação estratégica desta palavra para nomear um projeto hidrelétrico que historicamente vem sofrendo forte e expressiva resistência da imensa maioria dos povos indígenas, além de outros grupos sociais. Assim, ao ser apropriada pelo Eletronorte, há um deslocamento daquele significado forjado pelos indígenas, sendo, portanto, do meu ponto de vista, desnecessário neste caso dar-lhe ênfase.

Assim, contextualizo a construção da hidrelétrica de Belo Monte dentro da concepção desenvolvimentista que norteia as ações de ‘ocupação’ da Amazônia previstas pelo Governo Federal já nas décadas de 1970 - 1980, e persistindo nos anos de 1990 e 2000, onde programas governamentais econômicos e de integração regional, nacional e internacional, tais como os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID), a Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura da América do Sul (IIRSA) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), podem ser considerados expressões da continuidade desta lógica de inserção legitimada pelo discurso da necessidade inadiável de garantir o progresso e o desenvolvimento para a sociedade brasileira. Por outro lado, as reações de resistência têm sido cada vez mais contundentes, indicando, assim, as contradições deste entendimento acerca do que é o desenvolvimento e, se de fato, ele se dá levando em conta a pluralidade de povos e culturas que compõem a sociedade que vive na região atingida pelos impactos causados com a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte.

Por fim, nas considerações finais aponto uma das possibilidades de interpretação acerca do que move e faz com que estas mulheres se unam em defesa do rio Xingu acionando o argumento de que o empreendimento trará impactos, lidos por elas como negativos para a região e o município de Altamira, mas, sobretudo, às mulheres.

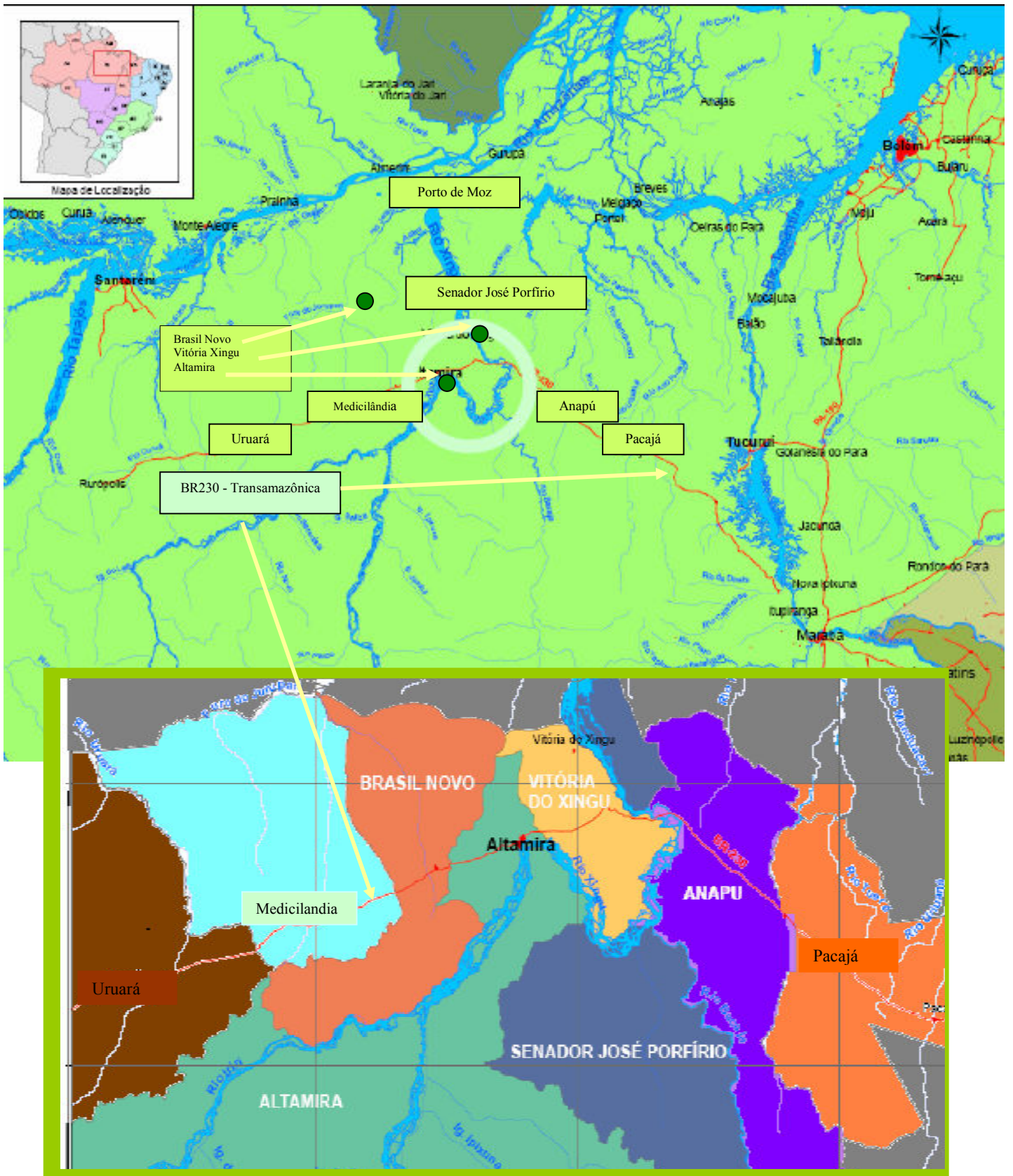
CAPITULO 1

SOBRE O CAMPO DA PESQUISA E A PESQUISA DE CAMPO

Qualquer outra coisa que a etnografia possa ser (...) ela é acima de tudo uma interpretação do real, uma vitalidade fraseada (GEERTZ, 1988:62).

Tendo como intuito permitir a compreensão por parte do leitor do lugar a partir do qual lancei meu olhar interpretativo, construí e vivenciei o processo do *fazer antropológico*, busco neste capítulo apresentar a minha proposta de pesquisa e, a partir daí, percorrer, através da minha memória, os caminhos que me levaram a fazer a opção pelas mulheres que se constituem enquanto um grupo na “luta pela preservação do rio Xingu”, localizado na região oeste do estado do Pará, como interlocutoras deste processo de construção de conhecimentos. Também apresento o arcabouço teórico-metodológico a partir do qual orientei-me para os levantamentos de dados no trabalho de campo e na análise interpretativa do contexto vivenciado por estas mulheres que consideram as intervenções de grandes projetos no rio Xingu, tais como a construção da hidrelétrica de Belo Monte - prevista para ser instalada no trecho conhecido como “Volta Grande do Xingu”, localizado entre os municípios de Altamira e Vitória do Xingu - como indesejáveis, pois provocam processos irreversíveis e danos sociais, materiais, ambientais e, conseqüentemente, perdas culturais, religiosas e simbólicas para toda a sociedade, mas em especial, segundo a percepção deste grupo, para as mulheres que vivem nesta região³.

³ Belo Monte, se construída, alagará territórios de Altamira e Vitória do Xingu, no oeste do Pará. Os municípios de Anapú, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Porto de Moz, Senador José Porfírio e Uruará, também serão impactados por esta obra. Contudo, a Eletrobrás, atual responsável pelo inventário de viabilidade deste empreendimento, argumenta que por não haver áreas nem parcial nem totalmente inundadas, estes municípios serão “*impactados indiretamente*”. Movimentos sociais, ONG’s, ambientalistas e alguns pesquisadores apontam que não ter uma área inundada não significa que os impactos possam ser considerados como ‘indiretos’, pois acarretarão a diminuição ou aumento do fluxo de água em vários trechos do rio, causando ruptura nas dinâmicas sócio-culturais e econômicas estabelecidas entre comunidades e/ou municípios, dentre outros. Ver SEVÁ, A. Osvaldo (Org), 2005.



Geertz (1997a), em sua análise sobre o pensamento, propõe que esse pode ser tomado como um *ato de pensar* ou um *produto do pensar*. Como um *ato de*, o pensamento é uma atividade mental e tem um significado psicológico. Mas, enquanto um *produto do pensar*, tem um significado cultural, ou seja, é “a atividade ou produção intelectual de uma época ou grupo social específico. Pensamento é o que acontece dentro das nossas cabeças. E, pensamento, principalmente quando vários deles são agrupados, é também o que sai de nossas cabeças” (GEERTZ, 1997a: 220), sendo, portanto, acontecimentos sociais. Logo, pensamentos, tomados como *produto do pensar*, devem ser interpretados como complexos de símbolos (GEERTZ, 1973) e, assim, são alcançáveis pelo pesquisador, pois “[as] idéias não são algo de mental cuja observação seria impossível. São, antes, significados, veiculados através de símbolos, definindo estes como algo que significa [que dá sentido].” (GEERTZ, 1997: XI. Acréscimos meus).

Tendo como referência esta perspectiva do fazer antropológico, minha proposta de pesquisa é compreender⁴, no contexto das contradições e conflitos em função da construção da hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu, o que move e faz com que as mulheres que atuam no movimento social se unam, constituindo-se enquanto um grupo numa articulação política em torno da defesa da natureza. É preciso considerar a argumentação que aponta para o fato de que não apenas a efetivação desta construção, mas a possibilidade da construção desta hidrelétrica, por si só, já causa impactos, lidos por elas como negativos para a sociedade, com destaque para as mulheres, pois “[n]ós não acreditamos que a hidrelétrica de Belo Monte vai trazer desenvolvimento nem benefício algum para o nosso município. Muito menos para as mulheres de

⁴ Sobre considerações teóricas acerca da interpretação explicativa e a interpretação compreensiva ver Cardoso de Oliveira “A Dupla Interpretação na Antropologia”. In: O Trabalho do Antropólogo. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

Altamira e da região”, conforme apontado por Janaína⁵, uma militante que vive e atua neste município, em entrevista veiculada em março de 2008 no telejornal Liberal Primeira Edição, em função da comemoração e das manifestações realizadas pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade (MMTACC) no “Dia Internacional da Mulher”.

Ao sugerir que os impactos da hidrelétrica serão ainda mais prejudiciais às mulheres, considero ser preciso refletir e alcançar, enquanto um *produto do pensar deste grupo social específico*, qual o significado de “ser mulher”, e porque o fato de “ser mulher” implica em impactos distintos em relação às demais pessoas. Ou seja, por que elas argumentam que estes impactos ao ambiente causados pela construção da hidrelétrica de Belo Monte vão refletir de forma ainda mais intensa e específica sobre as mulheres. Estarão aí presentes, de forma implícita ou explícita, questões vivenciadas por elas, tanto na sua atuação no movimento social quanto no seu cotidiano, que revelam as suas experiências de gênero? Elas compreendem estas diferenças e especificidades enquanto relacionadas às questões de gênero?

Busco também discutir a construção social que designa à mulher a responsabilidade pela preservação da natureza devido a características construídas socialmente e tomadas como naturais, tais como: “a doçura, o instinto materno, o cuidado, a paciência”, etc (HÉRITIER, 1997) que seriam indispensáveis a esta preservação e, dessa forma, intrínseco a toda e qualquer mulher. Considero também importante compreender quais são as alternativas locais de

⁵ Janaína em 2008 era a Coordenadora Estadual do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade do Estado do Pará – MMCC-PA, migrou, com seus familiares do Ceará para o Piauí e, em seguida, para a região amazônica quando ainda era criança, na primeira metade da década de 1950, na busca de terra para se estabelecerem. Sobre tudo no segundo e terceiro capítulo apresentarei o grupo de mulheres com o qual estabeleci relação dialógica. Mas antecipo que estou usando nomes fictícios na tentativa de preservar as suas identidades tendo em vista que militam no movimento social expondo-se cotidianamente a situações de constrangimentos e ameaças físicas e morais, conforme discutiremos adiante.

“desenvolvimento” apontadas e defendidas por estas mulheres em seus discursos contrários à hidrelétrica de Belo Monte.

Vale destacar que assim como não parto de uma perspectiva teórica que considera a categoria ambiente como algo fixo, ou seja, como sendo ou tendo o mesmo significado em todos os tempos, todos os espaços e para todas as pessoas (ZHOURI, 2001; ZHOURI e OLIVEIRA, 2005; RIBEIRO, 1991; dentre outros), conforme discutirei no quarto capítulo, a categoria mulher com a qual estou operando, também não tem como referência uma perspectiva universalizante, ou relativa a uma identidade coletiva única que desconsidera as especificidades e subjetividades das mulheres deste grupo com o qual dialogo (ROSALDO, 1995; LOURO, 1997; LAQUEUR, 2001; BUTLER, 2003; BENTO, 2006).

Por outro lado, a noção de grupo aqui usada não se refere a uma homogeneidade intrínseca que dilui diferenças e tensões existentes, pois, tendo como referência à perspectiva de Simmel (1983), a sociação ou “interação entre elementos” se dá quando a simples co-existência no tempo-espaço adota formas de cooperação e colaboração, mas também de tensão e conflitos. A noção de unidade, onde indivíduos realizam seus mais diversos e complexos interesses individuais e coletivos, não implica somente a existência de interações harmoniosas, mas estariam também presentes elementos que geram dissensos. Logo, a atenção deve voltar-se também para as tensões do grupo ou unidade, pois “é claro que provavelmente não existe unidade social onde correntes convergentes e divergentes não estão inseparavelmente entrelaçadas. Um grupo absolutamente centrípeto e harmonioso, uma união pura não só é empiricamente irreal, como não poderia mostrar um processo de vida real” (SIMMEL, 1983:124). Assim, refiro-me à noção de grupo considerando que em alguns momentos, motivadas por situações que as colocam numa mesma posição de luta política e simbólica, estas mulheres se forjam, se reconhecem enquanto pertencentes ao grupo e se apresentam enquanto unidade para atingir um mesmo

objetivo, seja este “as melhores condições de vida e justiça social, a preservação da natureza, o direito das mulheres e das crianças, o acesso a terra (...)”, conforme Sandra, militante do MMTACC e do Comitê em Defesa da Vida das Crianças Altamirenses - CDVCA⁶, relatou-me em entrevista realizada em Altamira, em agosto de 2008, como sendo os objetivos e a abrangência de atuação das mulheres deste movimento.

A opção por tomar como ponto de partida as mulheres que atuam no movimento social em defesa do Xingu, não implicou numa restrição do processo de levantamento de informações ao grupo de mulheres, mas a partir delas e acompanhando seus movimentos em defesa do rio, busquei identificar as teias de relações e articulações políticas tecidas entre os segmentos locais e regionais que me permitissem apreender tanto os argumentos a favor como os contrários à instalação da hidrelétrica de Belo Monte, bem como identificar as pessoas que protagonizam as ações criativas no contexto (ordem cultural) a partir do qual e, sobre o qual, pensam e agem para transformá-lo (SAHLINS, 2003a, 2006). Assim, ao ampliar o leque de informações percorrendo as redes de relações construídas por estas mulheres, busquei apreender o *corpus* significativo, através da textualização etnográfica (CLIFFORD, 1998), que me permitiu interpretar este contexto de conflitos, contradições e assimetrias.

Antes de apresentar os caminhos que percorri neste processo, considero imprescindível esclarecer que minha proposta não tem como foco o estudo do movimento de mulheres, mas sim as mulheres no movimento. Tal opção se deu, primeiramente, por entender que um estudo nesta direção permitiria compreender melhor as especificidades que permeiam o modo de vida e a visão de mundo destas mulheres neste contexto de luta política e simbólica pela preservação da

⁶ Este Comitê foi criado no ano de 1993 para dar suporte e acompanhar as famílias das 26 crianças que naquele período foram mutiladas e assassinadas no município de Altamira. Conforme Sandra, mãe de uma das crianças vitimada, “naquela época as pessoas todas estavam comovidas, porque a cidade estava em pânico. As crianças não iam mais para a escola, as crianças não brincavam mais nas ruas, não tinha liberdade. Então todo mundo queria ajudar. Queria uma solução. Então foi desta forma que a gente começou [o Comitê de Defesa da Vida da Criança de Altamira]” (Sandra, entrevista realizada em Altamira, agosto de 2008).

natureza. Buscando, assim, apreendê-las no espaço coletivo onde atuam enquanto militantes, mas ir um pouco além para também compreendê-las nas interfaces das suas atividades cotidianas que envolvem, simultaneamente a vida pessoal, familiar, afetiva, profissional e a atuação no movimento social e, em especial, no movimento contra a hidrelétrica de Belo Monte ou, conforme vem sendo destacado em seus discursos, no “movimento em defesa do rio Xingu”.

Diante de algumas situações que foram se apresentando para mim ao longo do levantamento de dados das atividades no campo essa perspectiva analítica que privilegia as mulheres no movimento foi se consolidando como a mais adequada tendo em vista meus objetivos de pesquisa, na medida em que fui percebendo algumas especificidades da experiência e atuação destas mulheres, tais como: 1) nem todas as mulheres que se unem no grupo em defesa do rio Xingu se identificam prioritariamente como sendo do movimento de mulheres, mas todas se sentem e são reconhecidas pelas demais como pertencentes ao grupo de mulheres que se unem em “defesa do rio Xingu”. Portanto, se limitasse meu foco àquelas que se identificam como pertencentes ao movimento de mulheres não conseguiria alcançar, em sua amplitude, o grupo específico com o qual dialoguei e que tem se destacado na discussão em torno das problemáticas trazidas com a construção da hidrelétrica de Belo Monte; 2) há outros movimentos de mulheres em Altamira (e na região da Transamazônica), que em muitos casos originaram-se de dissidências de cunho político, ocorridas em momentos anteriores, quando do início da organização das mulheres na região. Assim, um estudo sobre o movimento de mulheres de Altamira deveria contemplar e percorrer a trajetória pelo menos de mais de um destes movimentos, o que poderia não ser possível no tempo hábil para a elaboração de uma dissertação, assim como, o fator custos financeiros seria um comprometedor na efetivação de uma proposta nesta direção.

Não obstante tal opção, gostaria de apontar alguns dos fatores que fizeram com que o Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade tenha sido o ponto de partida através do qual ampliei minha rede de interlocutores: Janaína e Silvana, as duas mulheres com as quais tive os primeiros contatos atuam no movimento de mulheres. Através delas fui ganhando confiabilidade para participar do cotidiano do grupo de mulheres que atuam em defesa do Xingu. Janaína é coordenadora estadual do Movimento de Mulheres do Campo e Cidade - MMCC⁷, e Silvana é coordenadora regional do MMTACC.

Além disso, o MMTACC tem forte expressão política no município e na região, o que pode ser identificado pelo reconhecimento e legitimidade que este movimento possui junto à sociedade e a outros movimentos sociais locais e regionais. Há, ainda, o fato do MMTACC não se limitar às ações voltadas para as mulheres, ou para questões feministas, tratando-se de um movimento que ao discutir estas questões está também articulado na defesa da justiça social e dos direitos humanos ao meio ambiente, à saúde, à educação, atuando incisivamente junto ao poder público e à sociedade para exigir e monitorar ações que estejam orientadas para a promoção e garantia de tais direitos, conforme podemos verificar no relato de Sandra:

Dentro do movimento de mulheres tem os Grupos de Trabalho. Tem o grupo da violência, o dos direitos humanos, o da educação, o da saúde. O [Grupo de Trabalho] da violência, a gente acaba fazendo também. É aquele que a mulher chega espancada e a gente acompanha na delegacia, vai acompanhar, vai procurar ajudar. Aquela que tá com direito violado; é o marido que tá doente, alguma coisa aconteceu... a questão da terra. A gente é muito procurado por causa da violação da terra. Os grileiros que tão tomando as terras... tudo isso tem nos procurado *e quem tem coragem de enfrentar tudo é o movimento de mulheres (...)*. Eu fiquei mais para cuidar dos direitos humanos, do acompanhamento da defesa dos direitos humanos. Elas [as outras mulheres do MMTACC] dizem que eu me destaco mais, assim, na ação... no acompanhamento, para ajudar a fazer as denúncias e... *e para mim [o MMTACC] é uma entidade muito forte, faz com que a gente se agarre a ela realmente e faz com que as coisas venham acontecendo. Tudo que a gente vê de... de violação contra a mulher, até mesmo contra os homens, lá nós estamos. Nos procurou a*

⁷ O Movimento de Mulheres do Campo e Cidade - MMCC é uma organização que tem abrangência estadual e congrega o MMTACC e os demais movimentos de mulheres associados a ele e que atuam no estado do Pará.

gente vai ajudar, procura ajudar. Nós não olhamos quem é a pessoa que vem (Entrevista realizada em Altamira, agosto de 2008. Ênfase minha).

1.1 “A nossa antropóloga”: aproximação e proximidade entre a pesquisadora e suas interlocutoras

“O *homo academicus* gosta do acabado. Como pintores acadêmicos, ele faz desaparecer dos seus trabalhos os vestígios das pinceladas, os toques e os retoques (...)” (BOURDIEU, 2001:19)

Os primeiros contatos que tive com o movimento social do município de Altamira, região oeste do estado do Pará, decorreram da minha atuação profissional na Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE/Programa Amazônia⁸, no ano de 2005, como uma das técnicas responsáveis pelo desenvolvimento de um de seus projetos voltado para a realização de cursos de formação⁹ oferecidos para lideranças dos movimentos sociais nos estados amazônicos do Amapá, Maranhão, Pará e Tocantins¹⁰. O foco de discussão dos cursos centrava-se nas *injustiças ambientais*¹¹ vivenciadas pelos segmentos sociais colocados em situação de

⁸ A FASE é uma Organização Não-governamental (ONG) brasileira, sem fins lucrativos, que atua no âmbito nacional desde 1961 e, especificamente, na Amazônia desde 1966. Tem sua sede localizada no Rio de Janeiro, além de escritórios regionais nos estados do Pará, Mato Grosso, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco. “*Sua atuação está voltada para a conquista e defesa dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DhESCA’s) com ênfase na justiça ambiental, na gestão democrática e na economia solidária*”. Ver http://www.fase.org.br/_fase/index.php.

⁹ Trata-se do “Programa de Formação de Multiplicadores e Multiplicadoras em Estratégias de Justiça Ambiental e Contenção do Desmatamento na Amazônia”, realizado no período de julho de 2005 a abril de 2006 nos seguintes locais: no estado do Pará nas regiões do Baixo Amazonas (município de Santarém/Alter do Chão), Transamazônica (município de Altamira), Região das Ilhas (município de Belém) e Sul (município de Marabá); em Macapá, capital do estado do Amapá, e no município de Cristalândia no estado de Tocantins.

¹⁰ Estes estados compõem a chamada Amazônia Oriental. ONG’s, entidades e movimentos sociais destes estados formam o Fórum Amazônia Oriental - FAOR visando atuar e fortalecer a articulação política que promove discussões, realiza eventos e ações consideradas por estas organizações fundamentais para a defesa dos direitos econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais nesta região. Por ser membro deste Fórum e, por conseguinte, orientada por esta perspectiva, a FASE/Programa Amazônia optou por realizar as atividades de formação previstas no projeto “Caminho do Desmatamento na Amazônia Oriental e Alternativas de Desenvolvimento” nestes estados.

¹¹ Segundo o Manifesto de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental – RBJA, 2001, a noção de injustiça ambiental refere-se ao “mecanismo pelo qual, sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, às periferias urbanas, às populações marginalizadas e vulneráveis”. Sobre esta noção ver ACSELRAD; HERCULANO e PÁDUA, (Org.) 2004; ACSELRAD (org.), 2004, dentre

vulnerabilidade em função do modelo de desenvolvimento historicamente preponderante na Amazônia, bem como nas políticas públicas para a região, nas legislações agrária e ambiental¹².

Foi no módulo deste curso realizado em Altamira que Janaina, uma das militantes MMTACC, ao exemplificar as situações que causavam preocupações e problemas ambientais e sociais para a população de Altamira, relatou sobre o sentimento de angústia e de incertezas que a possibilidade de construção da hidrelétrica de Belo Monte traz para ela¹³: “Ainda nem sabemos se a hidrelétrica vem ou não vem, mas ela já tá mexendo com a vida da gente. Ela já traz insegurança pra gente e nem deixa a gente dormir” (Em relato durante sua participação no Curso de Formação realizada pela FASE em Altamira, novembro de 2005).

Em decorrência de todo debate que o relato de Janaina suscitou naquele momento e do fato, acredito, dos participantes do curso saberem que eu era “de fora” e ainda não tinha visto o rio Xingu, convidaram-me a fazer um passeio de *voadeira*¹⁴. Foi, então, que tive a oportunidade de conhecer as *águas xinguaras* tão verdes quanto a mata que as circundam e também os

outros. Ver também site <http://www.justicaambiental.org.br/justicaambiental/>. Os movimentos sociais e organizações não-governamentais que compõem a “Campanha Na Floresta Tem Direitos: Justiça Ambiental na Amazônia”, dentre as quais a FASE, definem em sua Carta de Princípios que por justiça ambiental entende-se o “acesso justo e equitativo aos recursos ambientais, às informações, à democratização dos processos decisórios e a constituição de sujeitos coletivos de direito”. Ver site www.comova.org.br

¹² A FASE se posiciona institucional e publicamente como organização que discorda do modelo de desenvolvimento que elege atividades ou projetos, sejam estes promovidos pelo governo ou por empresas privados, que desconsideram as especificidades e dinâmicas sócio-culturais e econômicas locais, tais como o agronegócio e os monocultivos de soja e eucalipto, a pecuária extensiva, grandes projetos de infra-estrutura, dentre outros, pois entende que tais atividades atendem à lógica economicista do uso dos bens naturais, impedindo a manutenção e reprodução de outros alternativas e modos de vida.

¹³ Irei tratar do processo de construção da hidrelétrica de Belo Monte no quarto capítulo, mas antecipo que desde meados da década de 1980, diante da inserção naquele momento da Eletronorte junto à população local, demonstrando seu interesse em barrar o rio Xingu em vários pontos ao longo do seu trecho localizado na região oeste do estado do Pará visando a produção de energia hidrelétrica, tem havido contundentes manifestações públicas, com repercussão regional, nacional e internacional, contrárias a tal intervenção sob o argumento de que este empreendimento provocará graves e irreversíveis problemas sociais e ambientais, sobretudo para os povos indígenas que vivem nesta região, para a população ribeirinha e da área urbana que terão seus territórios e propriedades alagadas. Por outro lado, parte desta população local, o Setor Elétrico e os Governos Federal e Estadual entendem tratar-se de um projeto que trará desenvolvimento para a região e para o país, pois atenderá a crescente demanda nacional por energia elétrica.

¹⁴ Tipo de barco a motor potente e rápido usado no transporte fluvial na região amazônica. Por ser mais veloz faz os percursos em menos tempo, contudo o valor cobrado pelo frete também é superior comparado ao cobrado pelo transporte em barcos comuns.

“pedrais” que formam ilhotas, e as pequenas praias de areia branca que se estendem às margens do Xingu¹⁵. A forma com que fui convidada para este passeio e a satisfação com que aquelas pessoas apresentavam o Xingu, ao chamá-lo de “o nosso rio”, em alguma medida, já indicavam para mim que as águas deste rio representam uma forte referência para o seu modo de vida e têm significados e valores que vão além da dimensão material¹⁶.

¹⁵ Raquel, uma jovem moradora local nascida em Altamira, militante e filha de uma das militantes do MMTACC, acompanhou-me neste passeio e relatou que têm sido cada vez mais recorrente muitas destas praias serem apropriadas e privatizadas indevidamente por “fazendeiros” da região para uso particular ou para atividades turísticas não regulamentadas.

¹⁶ Vale ainda recorrermos a discussão sobre “*danos globais*” tratada nos artigos que compõem o livro “Hidrelétricas e Povos Indígenas” organizado por Silvio Coelho e Aneliese Nacke, Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003. Em especial o capítulo “Las Tinieblas Envuelven la Tierra: la construcción de la hidreléctrica Yacyretá y la relocalización de los indígenas Mbyá Guaraní del Mbaepu”, da pesquisadora Marilyn Rehnfeldt, nos ajuda a compreender que os impactos causados por projetos como as hidrelétricas não se restringem à área de inundação nem apenas aos danos materiais. Segundo esta autora, tendo como referência o conceito introduzido pelo Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro, “(...) *daños globales, es decir, influencia en general destructiva, en todos los sectores de la vida de un pueblo indígena, desde su población y las condiciones materiales de su sobrevivencia, hasta sus concepciones de vida y visiones del mundo. Al mismo tiempo esos daños raramente son exclusivos a una población, sino que afectan como un todo a una etnia, a una cultura*” (REHNFELDT, 2003:38).





Naquele momento, minha atenção voltou-se para a questão das contraposições que se dão, entre segmentos sociais, pela apropriação e significação da natureza e, por conseguinte, os conflitos sociais e políticos que têm se configurado em função dos impactos causados pela possibilidade de construção da hidrelétrica de Belo Monte. As mulheres ainda não apareciam para mim como possíveis interlocutoras no processo de compreensão de matizes deste complexo contexto de contraposições e conflitos, o que viria acontecer posteriormente, quando já havia ingressado, em 2007, no curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Área de Concentração Antropologia, da Universidade Federal do Pará (PPGCS/UFPA).

Considero que esta atenção mais voltada para os conflitos socioambientais relacionados à construção de hidrelétricas resulta da minha trajetória profissional e pessoal anterior à atuação na região amazônica. Quando cursava graduação em ciências sociais (2000-2004) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ao longo de três anos (2001-2004) atuei como bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), desenvolvendo pesquisa sobre a participação popular no processo de licenciamento ambiental¹⁷. Tendo como foco de estudo o caso da construção de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) no município de Aiuruoca no Sul de Minas Gerais¹⁸. Neste mesmo período também atuava nas atividades de pesquisa e extensão do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA/UFMG, assessorando comunidades ameaçadas ou atingidas pelo deslocamento compulsório, e demais impactos causados pela construção de barragens para

¹⁷ O licenciamento ambiental consiste nos procedimentos técnico-administrativos que apontam a viabilidade ambiental ou não de atividades efetivas ou potencialmente degradadoras do ambiente, conforme previsto na Lei Federal 6.938/1981 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Para uma leitura sobre o tema, ver Valle (2005) “Uma abordagem Jurídica das Idas e Vindas dos Projetos de Hidrelétricas no Xingu”. In: SEVÁ, A. Osvaldo (2005a). *TENOTÁ-MÔ: alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. (Organizador). São Paulo: International Rivers Networ. Assim como, Zhouri, A; Laschefski, K; e Paiva, A. “Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental: as hidrelétricas em Minas Gerais” In: *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Zhouri A; Pereira, D. B; e Laschefski, K. (orgs.) Ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2005.

¹⁸ Resultando na minha monografia de final de curso “Participação Popular em Processo de Licenciamento Ambiental em Minas Gerais: o caso da PCH Aiuruoca”. Mimeo. Belo Horizonte: UFMG, 2004. Assim como na publicação, em co-autoria com os orientadores Andréa Zhouri e Klemens Laschefski, do artigo mencionado na nota anterior.

produção de energia elétrica nas regiões do Médio Jequitinhonha¹⁹, bem como no estudo comparativo do processo de licenciamento e construção de hidrelétricas em Minas Gerais. Este estudo incluía, além do Vale Jequitinhonha, as regiões Sul e Triângulo Mineiro²⁰. Estas duas atividades – pesquisa e extensão - aproximaram-me, por um lado, de uma discussão crítico-teórica sobre o processo de licenciamento ambiental para projetos hidrelétricos e, por outro, de todo processo de perdas materiais, culturais e simbólicas vivenciadas pelas comunidades atingidas pelos impactos socioambientais de projetos hidrelétricos naquelas regiões mineiras.

Ao término da graduação, devido à temática desenvolvida na pesquisa e das ações e experiência em atuar junto às comunidades ribeirinhas e movimentos sociais, fui selecionada para fazer parte do quadro de profissionais da FASE, como Técnica em Educação Não-Formal, passando a viver na cidade de Belém, no estado do Pará, desde abril de 2005. Esta atuação abriu um leque de possibilidades ao colocar-me frente a um novo contexto, o qual inspirava em mim curiosidade e desafios que iam se desdobrando diante da recém graduada, agora, vivenciando um processo de atuação profissional e aprendizagem junto à região amazônica e seus modos de vida. As várias atividades desenvolvidas em localidades diferentes da Amazônia revelaram-me diversidades que iam bem além das expectativas de quem sabe que elas existem, mas ainda não as sentiu. Novos sabores, cheiros, cores, mas, principalmente, novos saberes e modos diferentes de vivenciá-los se desenrolavam diante de mim, num convite inquietante a conhecê-los melhor. Foi aí que, encantada pelo novo, pelo que me era distante, mas também pelo o que me era familiar, a partir das vivências no âmbito profissional, fui impulsionada a dar continuidade às

¹⁹Vale do Jequitinhonha é uma região localizada no norte de Minas Gerais e considerada uma das mais “pobres” do país.

²⁰ Trata-se dos projetos de extensão “Cidadania e Justiça Ambiental: Assessoria à Participação Popular no Processo de Licenciamento Ambiental em Minas Gerais”, e de pesquisa “Licenciamento Ambiental Numa Perspectiva Sociológica: as hidrelétricas de Aiuruoca (Sul de Minas), Capim Branco (Triangulo Mineiro), Irapé e Murta (Vale do Jequitinhonha), em Minas Gerais” - desenvolvidos no âmbito GESTA/UFMG desde 2003, sob a coordenação da Profa. Dra. Andréia Zhouri.

atividades de pesquisa sobre impactos socioambientais causados por projetos hidrelétricos nesta região, o que se concretizou com a minha inserção no PPGCS/UFPA, como já apontei acima.

Com a atuação na FASE pude acompanhar várias atividades e eventos que me colocaram frente a posicionamentos e manifestações, por parte dos movimentos sociais locais contrários à hidrelétrica de Belo Monte. Fui percebendo que as mulheres se apresentavam como protagonistas nestes espaços de discussão. Estas interações iniciais me subsidiaram com informações fundamentais no processo de construção do *conjunto potencialmente significativo* que me permitiu construir uma interpretação do contexto em pauta.

Um dos primeiros momentos que marcou a minha aproximação com lideranças do movimento social e, em especial, com lideranças do grupo de mulheres, que mais tarde definiria como interlocutoras na minha proposta de pesquisa, se deu no âmbito do “Seminário Amazônia Sustentável e Democrática: os desafios do desenvolvimento com garantia dos Direitos Humanos”, realizado por várias entidades e ONG’s, dentre as quais a FASE, em junho de 2006. Neste Seminário apresentei o diagnóstico sobre os conflitos socioambientais na Amazônia Legal²¹ que subsidiou a denúncia feita por entidades e lideranças dos movimentos sociais, desdobrando em solicitação de intervenção realizada junto ao Ministério Público Federal (MPF). Janaína, então, chamou minha atenção pela forma incisiva com que participava e como havia um reconhecimento dela enquanto uma referência para as demais lideranças presentes. Foi possível observar tal legitimidade junto a outras lideranças dos movimentos sociais quando, por exemplo, foi necessário indicar representantes para mediar a denúncia junto ao MPF, ou mesmo ceder entrevistas à imprensa, conforme a fala de um representante da Comissão Pastoral da Terra – CPT/Xingu, que integrava a organização e estava presente no Seminário: “a Angela, que é a

²¹ PAIVA, A; *et al* (2006). “Mapa dos Conflitos Socioambientais da Amazônia Legal”. Projeto *Caminhos do Desmatamento na Amazônia Oriental e Alternativas de Desenvolvimento*. FASE/ Amazônia – Belém Pará.

nossa técnica, faz uma fala técnica [sobre os conflitos identificados no mapa] e a Janaína, uma fala política sobre as injustiças ambientais que o mapa mostrou. Ela [Janaína] fala muito bem porque *vive na pele* estas situações”. Também fui percebendo como já era vista pelas organizações e movimentos sociais que atuam, sobretudo, na região oeste do Pará, como *a nossa técnica*. O que, certamente, possibilitou meu trânsito em vários espaços e a minha participação em atividades e discussões do movimento social, que foram acrescentando informações para a reflexão a qual me propus nesta pesquisa. Por outro lado, o fato de eu ser aceita e apresentada publicamente como a técnica do movimento social também legitimava o discurso contra as injustiças socioambientais, inclusive as provocadas pela hidrelétrica de Belo Monte, pois este se fundamentava num “conhecimento técnico”. Tornando-se, assim, concorrente ao discurso apresentado pela Eletrobrás através dos estudos de viabilidade técnica, ambiental e econômica de Belo Monte.

Ainda no ano de 2006, como consultora da FASE, escrevi um artigo acerca da experiência dos movimentos sociais na região norte do Brasil na luta pela garantia dos direitos humanos, apresentado no Encontro Internacional de Garantia dos Direitos Humanos²². Nesta oportunidade, Silvana²³, que também faz parte do grupo de mulheres que se identificam como participantes do Movimento em Defesa do Rio Xingu, estava presente e destacou o seu entendimento acerca da ameaça que a construção de uma hidrelétrica representa para a região amazônica, pois, segundo ela, “falam que vão trazer desenvolvimento e energia, mas o que eles vão trazer mesmo é

²² Paiva, A. (2006a) “Campanha Na Floresta Tem Direitos justiça Ambiental na Amazônia: uma experiência de luta pelos DhESCA’s na Amazônia”. Texto apresentado no Seminário Internacional realizado pelo Processo de Articulação e Diálogo - PAD, novembro de 2006, Salvador/Bahia/Brasil. Disponível nos site http://www.pad.org.br/_pad/pagina.php?id=1151 Publicação Virtual de KOINONIA (ISSN 1981-1810) Revista Virtual Tempo e Presença Ano 2 No.3. Disponível no site http://www.koinonia.org.br/tpdigital/default.asp?cod_boletim=4

²³ Silvana é uma das lideranças do movimento social e Coordenadora Regional do Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade (MMTACC). Migrante oriunda do Nordeste do Brasil, vive há mais de 25 anos em Altamira e sempre atuou no movimento social, sobretudo em torno da luta por melhores condições na região da Transamazônica e pelos direitos das mulheres.

destruição pra nós que vivemos nas águas do Rio Xingu”. Discordando, assim, do posicionamento dos governos federal e estadual, bem como em relação ao setor elétrico que elegem os grandes projetos hidrelétricos como símbolo do desenvolvimento (ZHOURI, 2003), conforme destacado na fala do representante do governo estadual em dezembro de 2007:

[...] Então, são obras do PAC²⁴ que o governo estadual em parceria com governo federal está trabalhando *para que haja efetivamente desenvolvimento para esta região e para que haja internalização dos benefícios para a população*. Toda a população. Ribeirinha e também a nossa população indígena presente nesta sala. (Seminário de Revisão do Inventário de Belo Monte, realizado pela Eletrobrás em Belém, Museu Goeldi, 18/12/2007. Ênfase minha).

Além de apontar os impactos socioambientais e simbólicos decorrentes da construção da hidrelétrica que, no seu entendimento, irão “destruir as suas vidas”, Silvana tem expressado em várias instâncias uma preocupação, e porque não dizer uma constatação, de que haverá impactos que terão uma dimensão específica para as mulheres, conforme observei em seu relato, após a minha apresentação de um artigo preparado para contribuir para a discussão sobre “(Meio) Ambiente, Impactos Socioambientais de Projetos de Infra-Estrutura e Mulheres na Amazônia” em função das atividades das “Oficina Regional sobre Violência Contra Mulher”, realizado pela Articulação de Mulheres do Brasil, em Belém no mês de outubro de 2007:

Nós somos mulheres e não queremos a hidrelétrica de Belo Monte porque nem sabemos quais vão ser os impactos, que nós mulheres, vamos sofrer. Precisamos saber disso. Só pra ter uma idéia, qual será a quantidade de homens que irão [para Altamira] trabalhar na obra. Quanto isso vai trazer de prostituição na nossa região? Quanto de violência? Lá em Altamira já enfrentamos problemas de violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. O que mais vamos [nós mulheres] sofrer com os impactos desta hidrelétrica?

²⁴ Trata-se do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2007-2010 lançado no segundo mandato do Governo Lula (2008-2011) e prevê várias ações e inserções consideradas pelo governo e alguns setores da sociedade como essenciais para o crescimento econômico do país. Dentre as quais os grandes projetos hidroelétricos como a UHE Belo Monte no rio Xingu/PA; UHE Jirau e Santo Antonio no rio Madeira em Porto Velho/RO. Abertura e pavimentação de estradas como a Br 163, construção de eclusas para escoamento de produtos agropecuário como no lago da hidrelétrica de Tucuruí.

(Silvana, em sua participação no ciclo de “Oficinas Regionais sobre Violência Contra Mulher”, realizado em Belém, outubro de 2007).

Neste sentido, observo que há visões contraditórias que compreendem de forma distinta e concorrente o que pode ser o desenvolvimento para uma região, ou para um grupo social (ESTEVA, 2000). Esta assertiva pôde ser também observada no discurso de Silvana quando da sua participação na Audiência Pública realizada em junho de 2007 em Belém, como desdobramento do Seminário realizado em 2006, onde lideranças dos movimentos sociais de vários estados da Amazônia solicitaram informações acerca dos procedimentos do Ministério Público Federal em função das denúncias feitas anteriormente²⁵, conforme expresso na fala de Silvana:

A nossa antropóloga aqui [apontando para mim] realizou o estudo do mapa que mostra como a nossa região está cheia de conflitos provocados pelo modelo de desenvolvimento. Não queremos mais este tipo de desenvolvimento que só traz prejuízo pra gente. É barragem, é soja, é morte das nossas lideranças (Audiência realizada no Ministério Público Federal em Belém, junho de 2007. Ênfase minha).

Neste momento, pude observar que minha proximidade com o movimento social e com sua atuação política pela superação das situações que consideram degradantes do seu modo de vida e da natureza foi acionada novamente. Ao identificar-me como a “nossa antropóloga”, ou seja, como uma *aliada* do movimento social, considero que, se por um lado, trata-se de uma estratégia para legitimar a sua argumentação, por outro, indicava o seu entendimento de que havia uma aproximação que nos colocava numa mesma posição naquele momento. Assim, no campo de luta política e simbólica (BOURDIEU, 2001), fui identificada por Silvana ocupando,

²⁵ Participaram destes dois Seminários, realizados em 2006 e 2007, lideranças representando os movimentos sociais dos estados amazônicos de Rondônia, Amapá, Pará, Amazonas, Tocantins e Maranhão.

assim como ela, o ponto de onde emergem os questionamentos acerca do modelo de desenvolvimento do qual fazem parte os grandes projetos hidrelétricos inseridos na Amazônia.

Assim como em algumas situações a minha qualificação técnica foi acionada para legitimar o discurso do movimento social, em vários momentos do trabalho de campo eu recorri e me apoiei neste *status* de “nossa antropóloga” para conquistar a confiança que me deu acesso à sala, aos documentos impressos e às informações sobre suas atividades, ao computador usado por elas (eu também usava para elaborar documentos após ter minha ajuda solicitada por alguém do MMTACC, para ler e enviar meus e-mails, etc.), aos comentários, às conversas do cotidiano, aos espaços de discussão e de atividades realizadas pelo grupo de mulheres. Assim como para conquistar a intimidade de freqüentar a casa e o convívio familiar, onde pude observar e compreender as várias dimensões do modo de vida destas mulheres. Esta conquista da confiança junto ao grupo se deu paulatinamente após a superação de alguns percalços, os quais tento compartilhar com o leitor no item abaixo.

1.2 As (Inter) Subjetividades em Campo... Ou, os Desafios do Fazer Etnográfico

Em si mesmo, Estar Lá [...] requer algo mais que um caderno de anotações, [requer] a disposição de tolerar um certo grau de solidão e desconforto físico, e a espécie de paciência capaz de suportar uma busca interminável de invisíveis agulhas em infinitos palheiros (Geertz, 1988:58)

Após identificar as mulheres no movimento em defesa do rio Xingu como minhas interlocutoras no processo de compreensão dos conflitos em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte, permaneci 59 dias em Altamira, distribuídos em três períodos distintos, mas complementares, a saber: 19 a 30/05/2008, num total de doze dias; de 12/08 a 20/09/2008,

quarenta dias e, por fim, mais sete dias no período de 6 a 13/04/2009. Todos permeados concomitantemente por desafios e conquistas.

A identidade de aliada com a qual fui reconhecida pelo movimento social, e mais especificamente pelas mulheres que atuam no movimento em defesa do rio Xingu, facilitou a aceitação da minha presença junto às mulheres que se tornaram minhas interlocutoras. Contudo, dificuldades também foram se delineando a medida em que fui me aproximando e interagindo com este grupo de mulheres no trabalho de campo. O que me fez perceber que era preciso ganhar um outro tipo de confiança e desconstruir, por um lado, a imagem de que, enquanto detentora de um certo *conhecimento técnico* eu era inacessível e, por outro, a idéia de que estava ali para *investigá-las*, enquanto *objetos* de pesquisa, com o fim único de atender às minhas aspirações de estudante de mestrado. Busquei então demonstrar meu interesse em conhecer a realidade vivenciada por elas e a minha disponibilidade em aprender, bem como de contribuir nas suas ações cotidianas. Mas, sobretudo, não fiz da minha presença uma constante entrevista sobre suas trajetórias uma vez que busquei, também, falar da minha própria trajetória de vida, dos meus interesses, sonhos... Por isso, as *entre-vistas* foram realizadas somente no segundo período da permanência no campo, pois considerei imprescindível no primeiro momento apenas nos permitir o encontro num novo contexto, com um outro olhar. Não mais tendo atenção voltada apenas para as ações de militância nas quais estivemos juntas em vários momentos. Precisava me aproximar para conhecer melhor o cotidiano e, assim, apreender o modo de pensar daquelas mulheres. Para isso era também necessário mostrar outras facetas do meu modo de ser e dinâmica de vida que não se limitava à atuação enquanto técnica da FASE. Até então fundamental para nossa aproximação inicial, mas insuficiente para um processo de aprofundamento que me permitiria compreender o *lugar* do Outro.

O campo é um exercício constante onde nos mostramos ao Outro e a nós mesmos e, em certos momentos, nos vemos envolvidos por sentimentos próprios de quem se encontra fora do seu *lugar*. DaMatta (1978) chama a atenção para o fato de que o antropólogo ao realizar seu ofício genuíno, a etnografia, vivencia todas as vicissitudes próprias das relações humanas, pois “[...] mais que qualquer outra matéria voltada ao estudo do homem, a Antropologia é aquela onde necessariamente se estabelece uma ponte entre dois universos (ou sub-universos) de significação [...] dependendo essencialmente de humores, temperamentos, fobias e todas os outros ingredientes das pessoas e do contato humano” (DaMATTA, 1978:03).

Vivenciei esta experiência de forma acentuada sobretudo no período de 19 a 30 de maio de 2008. Num primeiro momento, participei do “Encontro dos Povos Indígenas e Movimentos Sociais. Xingu Vivo para Sempre” realizado entre os dias 19 e 23, acompanhando todas as discussões e manifestações, danças e cantos que foram apresentados ao longo das atividades. Também participei da manifestação de encerramento que se deu numa ação às margens do Xingu, num local conhecido como Prainha, onde os participantes presenciaram indígenas e ribeirinhos que, num ato simbólico, entraram no rio fazendo demonstrações de seus cantos e danças, encenaram seu cotidiano de interação e dependência com aquele curso d’água. Em seguida permaneci por mais sete dias em Altamira (24 a 30/05). Considero este momento fundamental, pois a partir daí estabeleci os primeiros contatos com o grupo de mulheres do movimento em defesa do Rio Xingu, apresentando-me como pesquisadora, cujo trabalho tinha o objetivo de compreender a participação das mulheres na luta contra o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte (CHBM)²⁶.

²⁶ Sob pena de interromper a fluidez da leitura, abro um parêntese aqui para salientar que somente na minha ida a campo no período seguinte (12/08 a 20/09) pude perceber que nos discursos do grupo de mulheres o foco não estava (mais) centrado na luta contra a CHBM, mas contra qualquer e toda intervenção no rio Xingu que signifique mudanças na dinâmica e no modo de vida que se constituem tendo o rio como referência material, natural, religiosa,

Algumas vezes fui tomada por uma sensação desagradável de estar invadindo o espaço do Outro e, em outros momentos, me sentia como um corpo estranho e invisível aos olhos do grupo quando, na sala onde geralmente encontram-se, rapidamente se dispersavam nas suas várias atividades para atender suas demandas e, de repente, me via sozinha, sem rumo e sem saber o quê e como fazer para me integrar ao grupo e criar as condições necessárias para dar continuidade ao levantamento de informações, seja através das entrevistas ou da observação participante. Então, tudo que eu pensava e queria era “voltar pra casa, pro meu *lugar*”, pois, conforme Luis R. Cardoso de Oliveira, estar em campo “[...] também atua e tem impacto no plano dos sentimentos. Além da experiência do choque cultural e sua repercussão no âmbito das emoções, ao ver-se isolado ou marginalizado no campo o antropólogo sente falta do convívio com sua comunidade de origem, e das interações nas quais estava acostumado a se envolver” (CARDOSO DE OLIVEIRA, L., 2007: 8-9).

Então, meu refúgio até que este sentimento passasse e eu reencontrasse o caminho para me desfazer da posição de “detentora do conhecimento técnico” que, no meu ponto de vista, naquela situação inicial demarcava a fronteira entre mim e elas, era o quarto do Hotel Paulista que fica na rua Djalma Dutra, uma das principais do centro de Altamira, onde me hospedei por vários dias ao longo das etapas do trabalho de campo. Apesar das paredes mofadas, da cama pequena e do quarto quente, era lá que nestes momentos de incertezas, parava um pouco para respirar profundamente e pensar qual o melhor caminho para criar possibilidades de aproximação naquela nova posição que me encontrava.

simbólica. Compreenderia, então que aquela mudança poderia ser uma estratégia política, pois segundo elas, era mais fácil conseguir a atenção do poder público e da sociedade, altamirense em especial, se não mais tivessem sua atuação vinculada a uma posição contrária ao empreendimento e, por conseguinte, ao desenvolvimento da região e do país. Mas que tal ação vinculava-se a um posicionamento de defesa do rio Xingu como fonte de vida e alternativas de desenvolvimento com a preservação da natureza, da água, dos povos indígenas e ribeirinhos, por exemplo.

Por várias vezes foi na conversa com o recepcionista do Hotel que buscava o distanciamento necessário naqueles momentos de aflição e, ao mesmo tempo, aproveitava para saber um pouco mais, e a partir de um outro ponto de vista, sobre as opiniões das ‘pessoas da cidade’ em relação a Belo Monte. Geralmente quando ele me via logo perguntava: “quer que eu ligue a TV”, ou, “quer que eu coloque na novela”. A resposta era sempre positiva, pois sabia que assim poderíamos iniciar uma conversa informal, mas que me ajudaria a ter acesso a outros pontos de vista da população local acerca da construção da hidrelétrica, mas também sobre como os altamirenses vivem. Foi assim que aprendi a melhor me localizar geograficamente em Altamira. Fiz algumas descobertas interessantes, tais como, que há serviço de internet, mas ainda é muito lento, e também a existência de um cinema, o “Lúcio Mauro” na cidade, que a orla do Xingu é uma das principais opções para se divertir nas noites dos finais de semana, mas que geralmente quem a frequenta são as pessoas com maior poder aquisitivo da cidade, os turistas ou pessoas que vão realizar alguma atividade profissional no município.

Perceberia, então, o contraste social que a orla do Xingu pode nos mostrar, uma vez que é também o local onde a população de baixa renda constrói suas casas de madeira usadas como moradia e também comércio. Ali encostam os pequenos barcos que levam os ribeirinhos e pescadores até a cidade para comprar ou vender suas mercadorias ou buscar os serviços públicos, principalmente de saúde. É também onde podemos observar o esgoto da cidade sendo jogado no rio sem tratamento, ao lado de onde esta parcela dos moradores de Altamira vive.



Em outros momentos andava pelas ruas de Altamira para observar a dinâmica de organização e apreender as especificidades daquele contexto em relação ao fluxo do comércio, ao tipo de transporte utilizado, aos serviços disponíveis para a população em educação e saúde, por exemplo; os locais freqüentados pelas pessoas, o comércio da cidade. Enfim, para apreender o espaço físico e as dinâmicas sociais onde estão inseridas as minhas interlocutoras.





Sabia que as coisas ocorreriam de forma sutil. Teria que conquistar um outro campo de confiança e de interação que até aquele momento havia se limitado ao de “técnica aliada”. Tratava-se de uma situação que poderia mudar com o tempo e com o convívio, mas que dependeria, sobretudo, da sensibilidade e capacidade de transformar minhas limitações, próprias de um temperamento mais tímido. Passei então a oferecer-me e demonstrar de forma mais explícita e incisiva minha vontade de contribuir e de estar com elas nas suas várias atividades, como pode ser observado nos trechos de alguns dos nossos diálogos:

Quando percebia que elas estavam saindo para alguma atividade logo perguntava:

Angela: “Posso ir com vocês?”

Livia: “Pode, mas não vai caber todo mundo no carro. Eu vou de bicicleta”.

Angela: “Eu não tenho e nem sei andar de bicicleta. Vou a pé. É só seguir esta rua aqui que eu chego lá [Centro de Convenções]?”

Livia: Eu também vou de pé com você. Não é longe nada.

Angela: Que bom, assim vamos conversando.

Em outros momentos solicitava a companhia para um almoço. Geralmente Ruth era minha companhia, pois me dizia: “não gosto do almoço feito em casa. Não gosto do tempero. Ela [a empregada doméstica] cuida bem da casa, mas não cozinha bem”.

Angela: “Quando você for almoçar você me chama?”

Raquel: “Eu vou almoçar numa senhora ali perto da [rua] Perimetral”.

Angela: “Ótimo. Quero conhecer outras opções. De preferência mais barato”.

Depois do primeiro almoço eu logo ouvi:

Raquel: Amanhã podemos almoçar [juntas] de novo. Vou voltar pra fazer os relatórios de prestação de contas [para as instituições e agências que apoiaram a realização do Encontro Xingu Vivo para Sempre]. É muito difícil. Você pode até me ajudar.

Angela: Não sei se vou saber, mas vamos tentar...

Raquel: Vão lá na prefeitura comigo?

Oferecia a minha contribuição:

Angela: “Se quiser posso ajudar a elaborar este relatório”.

Silvana: “Eu quero sim. É muito complicado”.

Ou, ainda, demonstrava meu interesse e compromisso em estar nas atividades cotidianas:

Angela: “To indo pro hotel agora, mas amanhã pela manhã eu venho pra continuar o que não consegui terminar hoje, tá bom?”.

Janaína: Então você vem amanhã? Pode me ajudar com uma carta²⁷?

Angela: Sim, claro. Venho sim.

Janaína: Então vou te esperar.

Assim fomos estabelecendo tacitamente o compromisso de trocas mútuas. A minha presença e o conhecimento técnico já podia ser um ponto de aproximação e não somente um demarcador de diferenças, como apontou Janaína, num comentário feito após termos elaborado alguns documentos: “Nós precisamos é de uma intelectual no nosso grupo. Porque nos sabemos mobilizar e participar, mas quando tem que escrever um documento é mais difícil. O lado técnico é mais difícil pra nós”. A partir daí observei que havia uma maior aquiescência por parte do grupo, assim como me sentia mais confortável ao frequentar a sede do MMTACC e ao acompanhá-las em suas dinâmicas cotidianas. Por outro lado, percebia que a minha presença passou a ser solicitada em várias atividades. Desde o processo contínuo e, confesso, desgastante, de elaboração de documentos, cartas e relatórios, que se configurou enquanto principal objeto de troca, conforme comentário de Raquel: “Nós vamos fazer assim, nós damos informação pra ela, mas vamos cobrar. Ela [em troca] nos ajuda a escrever os documentos” - até a participação em atividades externas como, por exemplo, a reunião junto ao Conselho das Reservas Extrativistas para debater sobre os procedimentos para melhoria de vida dos moradores das Reservas

²⁷ Tratava-se de uma carta-protesto que foi lida e entregue à Governadora do Estado do Pará que esteve presente no município, juntamente com o Secretário de Estado do Meio Ambiente, deputado federal e políticos municipais com objetivo de apresentar os projetos de desenvolvimento para o município e as ações de fiscalização de atividades, tais como extração de madeira. Também estavam presentes representantes dos oleiros, de madeireiros, da associação de comerciantes, lideranças indígenas e movimentos sociais. A ajuda solicitada consistiu, em certa medida, em redigir o que ela ia me dizendo sobre o posicionamento de repúdio à construção de Belo Monte. Esta carta foi assinada por Silvana enquanto representante do MMTACC e por Janaína pelo “Movimento Xingu Vivo para Sempre” .

Extrativistas (RESEX's) Riozinho do Anfrísio e Iriri, ambas dentro do território de Altamira²⁸.

Ao acompanhar Silvana nesta reunião, ela, então, apresentou-me aos demais da seguinte forma:

Deixa eu apresentar a Angela, uma parceira nossa de muito tempo. Ela é antropóloga e tá fazendo o estudo dela sobre o movimento de mulheres aqui de Altamira. Eu convidei ela para participar da reunião com a gente, porque ela quer acompanhar nossas atividades. Se não tiver problema pra vocês [do Instituto Chico Mendes], é claro?

Complementava a apresentação dizendo que eu acompanhava suas atividades para compreender melhor como trabalhavam, e destacava o fato de eu já ter trabalhado na FASE e que naquele momento estava pesquisando as mulheres²⁹. Aqui percebo que ao mesmo tempo em que continuava sendo vista como a “parceira de muito tempo”, a minha presença ali já havia ganhado um novo sentido, o da antropóloga desenvolvendo seu estudo sobre aquele grupo de mulheres. No meu ponto de vista, dar visibilidade a esta condição de “*pesquisadora das mulheres de Altamira*” conferia-lhes o reconhecimento da importância da sua atuação naquele contexto. Fui percebendo essa maior aproximação, por exemplo, quando Silvana, ao saber que eu voltaria para uma segunda etapa de levantamento em campo, logo disse que se quisesse poderia ficar na casa dela, mas, se eu preferisse, ela poderia solicitar à coordenação da SDDH (Sociedade Paraense de Direitos Humanos)³⁰ que eu me hospedasse em uma das salas da sua sede em Altamira, demonstrando preocupação e interesse em me ajudar “porque, né mana, eu sei que estudante não

²⁸ O Conselho das RESEX Riozinho do Anfrísio e Iriri reuni-se periodicamente para discutir as questões e dinâmicas destas unidades de conservação, além do Instituto Chico Mendes e das lideranças que vivem nestas RESEX's, é também composta por representantes da Fundação Viver Preservar e Produzir -FVPP, por isso Silvana participou desta reunião, bem como o ISA (Instituto Sócio-Ambiental).

²⁹ Apesar de atuar ainda hoje como consultora da FASE/Fundo Dema, desde fevereiro de 2008, atuo como assessora da Coordenadoria de Pesquisa, Formação e Educação em Direitos Humanos que integra a Diretoria de Cidadania e Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos- SEJUDH.

³⁰ Entidade da sociedade civil organizada, de abrangência estadual, que atua na defesa e promoção dos Direitos Humanos e tem uma sede em Altamira ainda inativa quando Silvana cogitou a possibilidade de eu me hospedar lá quando voltasse para a segunda etapa do campo.

tem dinheiro, que passa dificuldades. Minha filha também tá fazendo faculdade. É só avisar antes pra gente organizar»³¹.

Retornei, então, no período de 12 de agosto a 20 de setembro. Sentia que já havia uma maior aproximação entre mim e o grupo de mulheres. Logo que cheguei na sala fui recebida com abraços e pude ouvir os seguintes comentários: “Que bom que voltou!”; “Voltou mesmo, né, mulher!”. Participei direta e cotidianamente na dinâmica de atividades, tais como reuniões, elaboração de documentos, atendimento ao público, preparação de material para participação em eventos relacionados às ações desenvolvidas pelas mulheres, ou, simplesmente, permanecia com elas em descontraídas conversas, ou, vendo televisão (noticiário local principalmente) no horário de almoço.

Algumas vezes, pela manhã, eu levava um bolo de laranja ou de abacaxi que comprava na Padaria Xingu, próximo de onde estava hospedada, para compartilhar no café da manhã com elas. Em outros momentos, era a aproximação com alguém da família que me proporcionou o aconchego (tão necessário quando estamos ‘fora de casa’) ao ver a preocupação com meu bem-estar e a intimidade que já permitia compartilhar o “feijão” quando, com olhar afável, Janaína me convidou: “Filha, já almoçou? Eu trouxe um feijão de casa³², se quiser podemos dividir porque daqui já vamos pra reunião com a governadora. E lá vai a tarde toda!”. Compartilhamos, então, o alimento usando o mesmo prato e com o mesmo talher.

Também fui convidada para “comer uma feijoada no restaurante do meu irmão”, depois de um longo sábado de trabalho na elaboração e preparação do material para Janaína que o levaria a uma atividade em Brasília. Com as visitas as suas casas para almoçar nos finais de

³¹ Quando retornei em agosto de 2008 este espaço já estava funcionando, tornando-se inviável minha hospedagem no local.

³² “*Um feijão de Casa*” era, na verdade, uma reforçada mistura de arroz, feijão de corda, farinha e ovo, temperado com cheiro-verde (coentro). Em algumas localidades de Minas Gerais, costumamos chamar esta mistura, acrescida de lingüiça geralmente de carne suína e substituindo o feijão de corda pelo carioquinha, de “mexido” ou “mexidão”.

semana, (Janáina e Roberta), mas também para realização das entrevistas (Sandra, Irmã Laura, Irmã Sônia, Rita, Carmela e Roberta) pude observar como se organizam para atividades domésticas, entre elas: cuidar da casa e dos filhos ou netos, cozinhar e cuidar das roupas, ou, preparar uma feijoada que seria oferecida na festa de aniversário da filha. Atividades estas conciliadas com as de militância no movimento social, mas também com o trabalho como professoras, estudantes, funcionárias públicas. Assim, somente após perceber esta maior proximidade, considerei que já era o momento adequado para realizar o levantamento de dados através dos relatos orais.

1.3 As *Entre-Vistas*

*A estranheza não começa nos limites da água, mas nos da pele
(Geertz, 2001:75)*

O processo de construção etnográfica, além da observação participante³³, fundamentou-se na realização de entrevistas explanatórias (THOMPSON, 1992), ou seja, informações apreendidas nas conversas informais na dinâmica do cotidiano, através das quais pude identificar interlocutores significativos neste contexto e em consonância com os objetivos propostos. Posteriormente foram realizadas dezesseis entrevistas em profundidade, das quais dez relatos de vida (BOURDIEU, 1986; PORTELLI, 1996, 2004) que, somados a um conjunto de dados apreendidos nas idas ao campo, possibilitaram a construção que me conduziu a uma interpretação daquele contexto (CLIFFORD, 1998; CARDOSO DE OLIVEIRA, R.,1996).

³³ Ver, por exemplo, Malinowski, 1978; Becker, 1997; Guber, 2001; Cardoso de Oliveira 1996; Geertz, 1989; Tuner, 1974; Miranda, 2006.

As observações e informações preliminares foram feitas nas primeiras idas ao campo com objetivo de compor um quadro que me subsidiasse no recorte analítico que faria, tendo em vista a complexidade sócio-cultural, ambiental e política que a questão da construção de uma hidrelétrica, e em especial de Belo Monte, envolve. Neste sentido, diria que minha inserção no campo se processou em dois momentos complementares e interdependentes. Houve um período preliminar de levantamento de informações e posteriormente um aprofundamento das questões que aí surgiram. Considero que o trabalho no campo se deu tanto com as idas até Altamira quanto com a participação em algumas atividades em Belém.

Logo, no período de 14 e 15/03/2007 participei, representando a FASE/Fundo Dema, do “Seminário do Dia Internacional Contra Barragens: Viva o Rio Xingu Vivo”. Neste Seminário, além de compor uma das mesas de debate, que discutia o tema sobre os impactos dos grandes projetos e o modelo de desenvolvimento para Amazônia, também fui convidada por Silvana, coordenadora do MMTACC, a ceder entrevistas a jornalistas locais³⁴. Posteriormente, naquele mesmo ano, dos dias 01 a 03 de junho, participei do “Encontro Povos Indígenas e a Hidrelétrica de Belo Monte”³⁵. Interessante observar como os eventos realizados pelos movimentos sociais culminam com ações simbólicas em torno do rio Xingu. Assim, a exemplo do ocorrido no “Encontro dos Povos Indígenas e Movimentos Sociais: Xingu Vivo para Sempre” realizado em 2008, o Seminário e o Encontro, acima mencionados, também foram concluídos com um abraço simbólico no Xingu, podendo, ainda, ser esta ação considerada como uma estratégia política acionada pelos movimentos organizadores destas atividades para dar visibilidade a sua posição contrária à construção de Belo Monte. A participação nestes eventos ajudou-me a visualizar os

³⁴ Participei destas atividades representando a FASE/Fundo Dema. Neste momento, já havia ingressado no mestrado em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia do PPGCS/UFPA, no entanto o foco da minha pesquisa ainda não estavam bem delineados. Contudo, considero que se trata de uma primeira imersão no campo, uma vez que meu olhar já estava atento buscando informações que me ajudassem a compreender aquele contexto.

³⁵ Organizado por várias entidades, mas tendo à frente o Conselho Indigenista Missionário – CIMI.

vários segmentos sociais (povos indígenas, ribeirinhos, população urbana) envolvidos, bem como os seus posicionamentos.

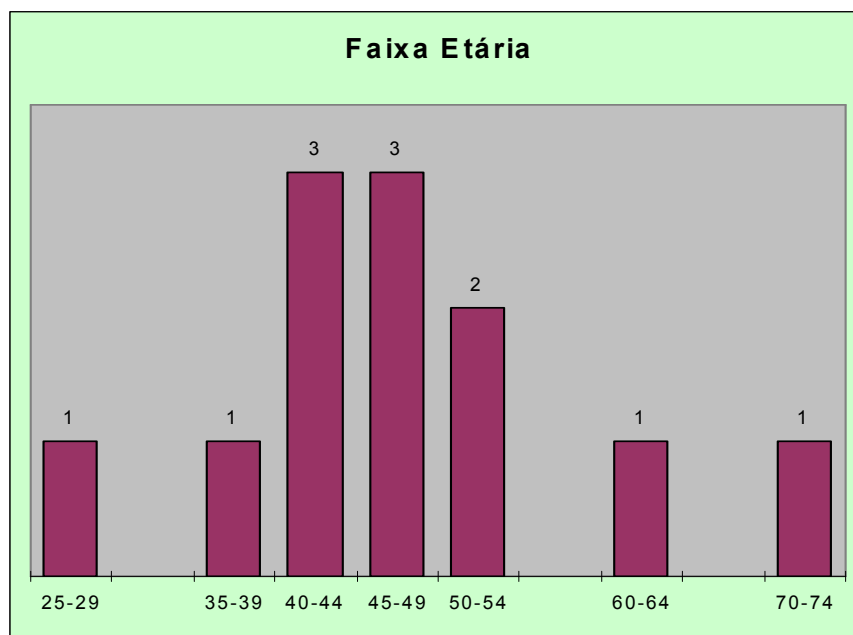
Ainda no ano de 2007, participei, em Belém, do “Fórum Técnico Sobre AHE Belo Monte”, realizado em 4 de agosto no Campus da UFPA, e do “Seminário para Apresentação da Revisão do Inventário de Belo Monte”, em 18 de dezembro no auditório do Museu Goeldi. Em janeiro de 2009 dentro da programação de atividades do Fórum Social Mundial, foi realizada a “Oficina Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte e sua Importância para Matriz Energética Brasileira e para Desenvolvimento Social”. Todos promovidos pela Eletrobrás e pelo Ministério de Minas e Energia com o intuito de apresentar e defender a viabilidade econômica, social e ambiental do projeto hidrelétrico de Belo Monte. Neste sentido, estas participações me colocaram diante dos argumentos do Setor Elétrico e do Governo³⁶. Participando destas atividades fui tentando apreender os vários posicionamentos e argumentos em relação à hidrelétrica de Belo Monte compondo, assim, um quadro analítico que me permitisse ter uma referência inicial acerca dos posicionamentos favoráveis, bem como dos confrontos que se davam nestes espaços entre aqueles que se posicionam contra e os que se posicionam a favor da construção da hidrelétrica.

³⁶ Ver AHE Belo Monte: Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Socioambiental. Eletrobrás/Ministério de Minas e Energia, 2007. Disponível site Ministério Minas e Energia.



A partir destas informações, na segunda etapa do trabalho de campo utilizei-me das entrevistas em profundidade e dos relatos de vida, compreendidos segundo as perspectivas metodológicas de Michel Le Ven (1997) e Pierre Bourdieu (1974, 1986). Para estes autores, a entrevista é uma relação social e, como tal, coloca pesquisador e interlocutor em posição simultânea de entrevistado/entrevistador. Ou seja, não há um sujeito ativo que faz perguntas e um passivo que apenas responde. Há uma troca, uma interlocução e interação na qual é preciso compreender como estes agentes da entrevista se vêem e a partir de quais lugares sociais estão falando. Daí a necessidade de ler nas entrelinhas, de compreender, respeitar e ouvir o Outro, também no seu silêncio que, assim como o que é dito, é parte essencial do momento do *entre-ver* que constitui a entrevista (LE VEN, 1997).

Volto a frisar que inicialmente meus contatos foram com Janaína e Silvana, lideranças do movimento social, a partir das quais fui tendo acesso às demais mulheres que se identificam e são identificadas pelo grupo como “aquelas que estão à frente mesmo” das ações promovidas por elas. Ao todo são doze mulheres: Janaína, Silvana, Sandra, Carmela, Rosana, Rita, Roberta, Irmã Laura e Irmã Sônia, Fernanda, Livia e Raquel, das quais realizei entrevista em profundidade com dez. Conforme pode ser observado no gráfico abaixo, estou dialogando com um grupo formado por um maior número de mulheres na faixa etária dos 40 aos 54 anos. Sendo que a mulher com menor idade tem entre 20-25, e aquela com maior idade está entre os 70 e 75 anos. Outros marcadores sociais que foram sendo observados, mostraram-se como relevantes para os objetivos a que me propus, os quais serão tratados no segundo e terceiro capítulos. A partir deste ponto, ao longo das discussões propostas nessa dissertação, para melhor fluidez do texto, referir-me-ei a estas interlocutoras enquanto “Grupo de Mulheres do Xingu”.



Além das entrevistas em profundidade, foram realizadas seis entrevistas com lideranças e representantes de entidades e movimentos sociais, com os quais o Grupo de Mulheres do Xingu dialoga no sentido de garantir o fortalecimento, apoio e a divulgação de suas ações de forma estratégica no contexto de tensão política e simbólica no qual estão inseridas. Em média estas entrevistas duraram entre uma hora e uma hora e meia, algumas foram realizadas nas sedes das entidades sociais onde atuam, a saber: Prelazia do Xingu, Fundação Viver Produzir e Preservar, Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Pastoral da Criança, Comissão Justiça e Paz.

As entrevistas não foram realizadas tendo como base norteadora um roteiro ou questionário pré-estabelecidos. Mas, sim, questões iniciais provocadoras que permitiam ou incentivavam as pessoas entrevistadas a fazer o seu relato. Thompson (1992), nos lembra que para se obter um relato oral satisfatório, o entrevistador deve primeiramente ter informações prévias acerca da pessoa entrevistada, deve-se também evitar perguntas diretas, ou seja, aquelas que já contém ou insinuam a resposta que o entrevistador busca. Na maioria das vezes, mais que perguntar, o pesquisador deve utilizar-se de expressões faciais que demonstrem seu interesse e

atenção ao que está sendo relatado, sendo necessárias poucas intervenções que devem ser feitas apenas para garantir a continuidade do relato, ou para não deixar tão livre a ponto de perder totalmente o foco, tendo em vista os objetivos propostos.

Tive a permissão de todos os entrevistados para usar o gravador. Assim, houve apenas uma entrevista que, por problemas no gravador digital, não pôde ser gravada. O que não significou prejuízos, pois também foi um procedimento meu, mesmo quando efetivada a gravação, logo após sair do local de realização da entrevista e antes de ouvi-la, anotar no caderno de campo o relato que foi feito, as condições e o contexto das entrevistas e todas as observações que posteriormente poderiam ser úteis, mas que também poderiam escapar à minha memória.

CAPÍTULO 2

DELINEANDO PERSPECTIVAS TEÓRICAS E CATEGORIAS DE ANÁLISE

Busco neste capítulo fundamentar teoricamente a minha opção por não operar com a categoria *mulher*, tendo como referência uma perspectiva universalizante que privilegia a noção de uma identidade coletiva única e universal e, por conseguinte, desconsidera as especificidades e subjetividades das mulheres que estão em foco na análise aqui proposta. Neste sentido, conforme aponte, a discussão de gênero a partir das perspectivas teóricas de autores, tais como Louro, 1997; Laqueur, 2001; Butler, 2003; e Bento, 2006, dentre outros, ajudam-me a refletir acerca das formas diversas de vivenciar a experiência de ser mulher, uma vez que estes autores levam em conta o contexto histórico-cultural e social no qual esta experiência vem à tona, bem como as subjetividades aí envolvidas.

Assim, um dos desafios desta pesquisa é lançar o olhar para uma análise que considere as identidades enquanto relacionais e, portanto, passíveis de constantes transformações, numa complexidade que se compõe por marcadores sociais que delineiam diferenças. Aprender estas diferenças e as tensões que permeiam o cotidiano deste Grupo de Mulheres do Xingu, que podem se apresentar por vezes de forma implícita, noutras de forma explícita, é fundamental para o meu objetivo de compreender o que move e faz com que estas mulheres se unam e se constituam em determinados momentos, enquanto um grupo numa articulação política em torno da proteção da natureza. Considerando a argumentação de que não apenas a efetivação da construção da hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu, mas a possibilidade desta construção por si só já causa impactos, lido por elas como negativos para a região da Transamazônica, para o município de Altamira, mas em especial para as mulheres que aí vivem.

Partindo do entendimento de que há maneiras diversas de vivenciar a experiência de ser mulher, me aproximo das perspectivas de análise que questionam concepções teóricas universalizadoras, fixando homem/mulher em pólos opostos e muitas vezes contraditórios: dominante/dominado, forte/fraco, racional/emocional, impaciente/paciente, agressivo/passivo, etc. Portanto, considerando que a identidade de gênero é uma construção social, poderemos refletir sobre como é moldada e modificada nas e pelas relações sociais. Como desdobramento desta opção, a partir da observação das relações construídas entre as doze mulheres que se compreendem pertencentes a um grupo em defesa das questões sociais e da natureza ameaçada pelos impactos da hidrelétrica de Belo Monte, busquei percorrer vários aspectos e dimensões do cotidiano vivenciado por este *grupo de mulheres*, bem como apreender como elas se pensam enquanto mulheres e militantes do movimento social e, em especial, do movimento em defesa do rio Xingu.

As nuances aí observadas permitiram levar em conta o fato de que a noção de *grupo de mulheres* não pressupõe uma homogeneidade intrínseca que dilui as diferenças e tensões existentes. Segundo Simmel (1983), a existência de conflitos ou dissenso não implica uma ameaça ou negação do grupo, pois “[a] *contradição e o conflito, ao contrário, não só precedem esta unidade como operam em cada momento de sua existência*” (SIMMEL, 1983[1964]:124). Assim, recorro à noção de grupo considerando que em alguns momentos, motivadas por situações que as colocam numa mesma posição no *campo* de luta política e simbólica (BOURDIEU, 2004, 2001; 2000; CARNEIRO, 2005), estas mulheres se forjam e se reconhecem enquanto pertencentes ao mesmo grupo, e posicionam-se frente à sociedade tendo em vista o fato de compartilharem uma mesma visão acerca de uma determinada situação. Apesar disso, em outros momentos, motivadas por questões outras, podem se aproximar ou se inserir em outros grupos ou situações que as coloquem em posições antagônicas inter e intragrupo, pois, conforme

nos aponta Louro (1997), tanto “homens [quanto] mulheres através das mais diferentes práticas sociais, constituem relações em que há, constantemente, negociações, avanços, recuos, consentimentos, revoltas e alianças” (LOURO, 1997: 39-40). Ou seja, as relações de poder (FOULCAULT, 1976) não estão presentes apenas nas relações entre homens e mulheres, mas nas relações sociais independentemente da identidade de gênero que os *agentes sociais* envolvidos assumam. Assim, não se trata de determinar *a priori* que ao se assumirem enquanto um grupo de mulheres em defesa do rio Xingu as relações aí estabelecidas se tornem uniformes e isentas de qualquer tensão interna ao grupo.

A proposta, portanto, é a de *perturbar* e questionar as noções de posições fixas e engessadas numa identidade de gênero que poderia ser considerada como determinante para que estas mulheres se constituíssem enquanto um grupo em defesa da natureza. O que poderia nos levar erroneamente a considerar que o fato, por si só, de ser mulher as colocariam num pólo dominado e, por isso homogêneo, em oposição a um pólo dominante. Como coloca Louro (1997), o “processo desconstrutivo permite perturbar essa idéia de relação de via única e observar que o poder se exerce em várias direções [de várias formas e com intensidades distintas]”. (LOURO, 1997:32-33. Acréscimos meus). Destarte, a noção foucaultiana de que o poder se desloca, não sendo uma condição fixa, nem um objeto ou uma coisa, mas, sim, exercido nas relações, contribui sobremaneira para uma análise que não reduz a relação de gênero a um determinismo de oposições entre o pólo dominante, onde se localiza o poder, e o pólo dominado, lugar de submissão. Recorrendo a uma metáfora, para melhor clareza, diria que para Foucault (1979) o poder tem uma fluidez que lhe permite um contínuo deslocamento, semelhante ao de uma nuvem de fumaça que se move constantemente num determinado *campo*, estando mais concentrada ora num ponto ora noutra, mas, ainda que com intensidades distintas, está sempre presente e em movimento por todos os pontos deste *campo*.

Se tomarmos este *campo* como o espaço das relações sociais, nas suas dimensões material e simbólica (BOURDIEU, 2001), poderemos compreender que não há pólos opostos e determinados, onde encontraremos bem delimitado e fixado o poder. Também não há um pólo dominado ou passivo sobre o qual e em direção ao qual o poder é exercido sem ocorrer resistências. Nas palavras de Machado (1979), podemos assim entender a coexistência entre poder e resistência na teoria foucaultiana:

[O]s poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. Daí a importância e a polêmica idéia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não possui. Não existe de um lado os que têm o poder e de outro os que se encontram dele alijados. *Rigorosamente falando o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que efetua, que funciona (...)*. E como onde há poder há resistência, [assim como ocorre com o poder] não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda estrutura social (MACHADO, 1979: XIV. Ênfase e acréscimos meus).

Bourdieu (2001) pontua que o poder não está restrito à dimensão mensurável e objetiva da força (física ou econômica, por exemplo), devendo-se atentar para o fato de que, muitas vezes, o poder não poderá ser alcançado “*a olho nu*”. O poder simbólico, ou seja, o “poder de constituir o dado pela enunciação (...) poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força - física ou econômica - (...) capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia” (BOURDIEU, 2001:14), ao construir o sentido imediato do mundo, através do fazer ver e do fazer crer, o faz de forma legitimada, sendo necessário alcançarmos as sutilezas que, não raro, dissimula a sua existência a tal ponto de torná-lo invisível, por isso

[...] é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido [legitimado]: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (...). O poder que faz

das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. *O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, de outras formas de poder (...)* o trabalho de dissimulação e de transfiguração garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico. (BOURDIEU, 2001:08-15. Ênfase minha).

Vale observar que o poder é exercido mas não somente através da força física. A força simbólica - das palavras, do fazer crer - tem potencial para concretizar a existência ou não, a permanência ou não de algo ou de alguém em um dado lugar social (BOURDIEU, 2001). Logo, ao afirmar que o poder está em toda parte – chamando atenção para que o pensar o poder como estando “em toda parte” não deve diluí-lo a tal ponto que nos leve a uma confusão de entendimento de que ele não esteja “em parte alguma” – Bourdieu nos coloca diante de uma noção de poder que é exercido com a força simbólica. Força essa que pode criar lugares sociais onde, por exemplo, mulheres são fixadas em posições que simbolizam a fragilidade, o cuidado e a sensibilidade ou, ainda, da impureza, do perigo, da irracionalidade (HÉRITIER, 1997; FIÚZA, 2001). Do outro lado, seguindo uma lógica dicotômica, estaria o homem simbolizando a força, a brutalidade, a insensibilidade e a racionalidade.

As experiências do grupo de mulheres que são o foco desta análise nos revelam um cotidiano no qual se vivenciam constantemente a violência simbólica que as desqualificam, estigmatizando-as e as transfigurando, através do “*poder quase mágico de nomear e de fazer existir pela virtude da nomeação*” (BOURDIEU, 2001:142), em ameaça ao desenvolvimento da região, e simultaneamente elegem a hidrelétrica como o contraponto, o símbolo deste desenvolvimento. Mister notar que a prática discursiva que faz ver e faz crer a hidrelétrica como símbolo do “desenvolvimento”, associando-o ao poder do ser humano (masculino) de dominar a natureza através da ciência e de técnicas cada vez mais apuradas, é, em certa medida, uma forma

de evidenciar a representação do poder masculino, uma vez que, privilegiando um modo dicotômico de pensar o mundo, o masculino ocupa a posição dominante do cultural, do racional, da ciência. Ao falar das principais dificuldades de fazer parte de um grupo que se posiciona contrariamente a construção da hidrelétrica de Belo Monte, conforme trecho abaixo do relato de uma das lideranças do movimento em defesa do rio Xingu, apreendemos como esta força simbólica pode ser usada para criar nomeações que desqualificam e estigmatizam:

A gente também ... somos mal vistas... e agora a gente foi até batizadas de ‘mulheres da saiona’... [Angela: Ah é! Como é essa história de mulheres da saiona?]. As “mulheres da saiona” é assim, porque algumas mulheres do movimento usam saiona, usam saia comprida, então eles dizem assim “as mulheres da saiona”. [Dizem] que nós somos as “trapalhadoras”, que nós não queremos o desenvolvimento na região. Que nós viemos para atrapalhar. Mas não é bem isso né. Pra nós não é isso. Nós temos o que fazer. Nós estamos defendendo a vida porque nós sabemos que se não defender... daqui uns dias nós não temos mais água. Tem tanta água aqui... e aí tão querendo construir a barragem, Belo Monte. E a gente sabe que a construção da barragem ela vai prejudicar. Aí ela vem trazendo vários... como se diz assim... vários problemas pra cidade. Já tem o que? Vinte anos que tá se falando nessa barragem. (Sandra, em entrevista realizada em agosto de 2008, Altamira. Ênfase minha).

Interessante apreender como há uma desvalorização da atuação política deste grupo de mulheres, presente, inclusive, dentro do próprio movimento social. Numa manhã de setembro de 2008, quando estávamos eu e uma liderança feminina na sede do MMTACC conversando sobre a atuação das mulheres na luta em defesa do Xingu e de todas as demais atividades desenvolvidas por elas, no sentido de se obter melhores condições para que as pessoas possam viver naquela região, o seu marido, também militante do movimento social e inserido na política partidária local, chegou e disse: “passei aqui rápido. Vim só pra saber das fofocas”. Então, após ter olhado para mim como se dizendo: “olha o absurdo que temos de ouvir”, ela respondeu, com um sorriso no canto da boca e olhando fixamente para ele, num tom de desaprovação e de imposição: “Aqui nós não fazemos fofoca, não. Trabalhamos. Se você quiser temos informação e muito trabalho”.

Então, ele, com um sorriso e expressão de que se tratava apenas de uma brincadeira se aproximou um pouco mais dela e disse: “Não! É só porque vocês [as mulheres que atuam no movimento social] tão sempre reunidas por aqui não é não? E vocês tem as notícias”. Logo ela replicou: “Então é só você vê o jornal, mano”. E logo se afastou novamente do marido que pegou o jornal sobre a mesa e saiu da sala ainda sorridente.

Considerando que poder e resistência coexistem e são exercidos em várias direções, a análise deve voltar-se para os *agentes* que constituem e são constituídos nas relações ou práticas sociais. A desconstrução de uma visão que fixa a mulher numa posição de vítima e de submissão em relação ao homem, que se encontra na posição de dominador, nos permite considerar as várias posições que um *agente social* - seja aquele que se compreende, em termos de identidade de gênero, como homem, como mulher, como transexual (BENTO, 2006) - pode assumir em determinado contexto, ou ainda, as *estratégias* acionadas para subverter e se deslocar nestas posições. Ou seja, são agentes porque agem sobre um determinado contexto social, não obstante serem também forjados neste e por este contexto.

O fato de partir de uma perspectiva teórica que não se fundamenta na existência de oposições rígidas, não significa a negação das desigualdades presentes nas relações sociais - sejam elas entre homens e mulheres, entre mulheres e mulheres, e entre homens e homens - já que “[i]gnorar a assimetria sexual me parece uma atitude essencialmente romântica, que nos cega quanto a fatos ou atos que devemos tentar entender e mudar” (ROSALDO, 1995:19).

Neste sentido, o diálogo com Bourdieu (2005[1971]; 2004; 2001; 2000) ajuda a apreender que há um potencial de *agência* sobre o contexto sócio-cultural conferido aos agentes pelas experiências acumuladas nas suas práticas, ou seja, pelo *habitus*³⁷ que, segundo Miceli (2005),

³⁷ Bourdieu não está operando com a noção de agente social dentro da lógica da teoria dos jogos ou da racionalidade puramente mecânica em que se tem uma avaliação entre meios/fins. Deixa clara em sua obra (2005[1971]; 2004;

[...] deve ser encarado como um ‘sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por estes resultados’. Com efeito, o habitus constitui um efeito gerador que impõe um esquema durável e, não obstante, suficientemente flexível a ponto de possibilitar improvisações reguladas. Em outras palavras, tende, ao mesmo tempo, a reproduzir as regularidades inscritas nas condições objetivas e estruturais que presidem a seu princípio gerador, e a permitir ajustamentos e inovações à exigências postas pelas situações concretas que põem a prova sua eficácia. (...) O habitus vem a ser, portanto, um princípio operador que leva a cabo a interação de dois sistemas de relações, as estruturas objetivas e as práticas. O habitus completa o movimento de interiorização de estruturas exteriores, ao passo que as práticas dos agentes exteriorizam os sistemas de disposições incorporadas. (MICELI, 2005:XXI).

Daí a compreensão de que não há uma passividade diante do contexto de diferenças e de desigualdades – sociais, políticas, econômicas, de gênero, geracional, étnico-racial, etc. – no qual as relações são vivenciadas. Se há uma ordem cultural em que as relações são assimétricas, esta ordem é questionada, colocada em cheque através de estratégias, de arranjos, de resistências forjadas pelos “agentes sociais” que, conforme Bourdieu (2004), diferentemente da noção de sujeitos que pode levar a uma compreensão de passividade diante da ordem cultural, ou da ‘regra do jogo’, agem não apenas sob esta ordem cultural (ou estrutura), mas também sobre ela. Em suas palavras:

[...] Falo de agentes e não em sujeitos. A ação não é a simples execução de uma regra, a obediência a uma regra. Os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como nas nossas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas que lhes escapam. Nos jogos mais complexos (...) eles investem os princípios incorporados de um *habitus* gerador, disposições adquiridas pela experiência, logo, variáveis segundo o lugar e o momento. (BOURDIEU, 2004:21).

2001; 2000), que a noção de *habitus*, ou “disposições adquiridas pela experiência”, apesar de mostrar-se objetivamente ajustada à situação, não deve ser tomada como “*produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica de causas*”.

Bourdieu (2001, 2004), ao (re)introduzir a noção de *habitus* e de *agência* em suas proposições teóricas, busca colocar em evidência as capacidades ‘criadoras’, ativas e inventivas dos agentes sociais, mas destacando que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana, é um conhecimento adquirido, variável “*segundo o lugar e o momento*” e, portanto, fundamentado num contexto histórico-social específico. Essa capacidade criadora pode ser também apreendida nas discussões propostas por Sahlins (2003a) ao destacar a relação entre história e ação e, por conseguinte, o potencial de resignificação que o agente social tem sobre a ordem cultural. Sahlins (1997; 2003a; 2003b; 2004; 2006), aponta a relação imbricada entre o *agente social* e a ordem cultural que o constitui e simultaneamente é constituída, ao mesmo tempo em que é modificada por ações individuais de abrangência coletiva. Considera, assim, a interação dual entre sociedade e pessoa, entre a ordem cultural constituída pela sociedade, porque vivenciada e pensada pelas pessoas³⁸. Ao propor um diálogo entre história e antropologia, Sahlins (2006), em linhas gerais, destaca três dimensões desta relação: 1) como a cultura determina padrões de ação (significados) que adquirem forças históricas; 2) o fato de que por vezes, um evento considerado ímpar está inserido no universo da cultura e acaba por decidir o rumo histórico dos acontecimentos; 3) que indivíduos (ou agentes sociais), se revestem de valores simbólicos a ponto de se tornarem determinantes da ação histórica.

Ao mesmo tempo em que o agente social atua e dá significado a sua ação, a partir de uma ordem cultural, ele pensa, age sobre esta ordem cultural, podendo, inclusive, modificá-la. Aqui não se trata apenas de um sujeito neutralizado diante de uma ordem cultural que dá sentido e ordena seu cotidiano, conforme também podemos apreender da proposta de Bourdieu (2001,

³⁸ Sahlins (2006) esclarece que a noção de ação do indivíduo desenvolvida em sua análise designa intervenções que afetam a história de coletividades sociais, daí a especificação “ação histórica”. Assim, ao discutir ações dos indivíduos, Sahlins não está voltando seu olhar para ações que se restrinjam ao âmbito individual, mas àquelas que são modificadas e modificam a ordem cultural (2006:279).

2004). Sahlins (2003a) indica que “a cultura é historicamente reproduzida na ação”, ou seja, as pessoas têm agência sobre a cultura (BOURDIEU, 2005[1971], 2004; 2001; SAHLINS, 2003, 2006). São elas as protagonistas das ações criativas, pois “sabe-se que os homens criativamente repensam seus esquemas convencionais [ordem cultural preexistente]” e, assim, “a cultura é alterada historicamente na ação” (SAHLINS, 2003, 2006). Neste caso, os agentes sociais ordenam (dão sentido) os eventos de acordo com os esquemas culturais. Por outro lado, ao vivenciar estes eventos repensam criativamente esta estrutura. E, ao repensá-la, podem modificá-la. Sahlins quebra com a noção de que a cultura é estática no tempo e no espaço, pois ela não apenas é vivida, mas ao ser vivida é também pensada, portanto, re-significada.

Apresentei acima três importantes contribuições teóricas que, do meu ponto de vista, se inter cruzam em alguns pontos e nos ajudam, enquanto instrumento analítico, ao nos permitir romper com noções de poder exercido numa única direção (FOUCAULT, 1976; BOURDIEU, 2001, 2004); com a idéia de passividade e neutralidade dos sujeitos mediante a ordem cultural, tendo em vista sua capacidade de agência através das disposições adquiridas nas experiências (BOURDIEU, 2001, 2004); e de cultura, cristalizada e imutável no tempo e no espaço, que se impõe sem nenhuma possibilidade de sofrer mudanças (SAHLINS, 2003a).

Fundamentada nesta proposta analítica, estou considerando que mulheres tanto quanto homens são agentes sociais que exercem o poder ou a resistência dentro de uma ordem cultural, onde as relações sociais podem se dar numa dinâmica de desigualdades. Contudo, enquanto agentes sociais que não se encontram numa condição de submissão e de passividade mediante tal dinâmica, apoiadas nas disposições adquiridas em suas experiências cotidianas, repensam tal contexto e constroem estratégias no sentido de romper com tais desigualdades. Ou seja, pensam e agem sobre a ordem cultural, podendo, inclusive, transformá-la.

Ao acompanhar a trajetória de vida e a atuação das mulheres do grupo com o qual dialoguei, busquei desconstruir noções fundamentadas no essencialismo, na homogeneização e na imutabilidade, e abrir espaço para uma interpretação que me permitisse apreender as negociações, as performances, as estratégias, a criatividade e a inventividade de cada uma destas mulheres.

2.1 Diferenças e Desigualdades: “mulher Índia é diferente das não-Índia”; “mulher negra vive situações que vocês brancas não vivem”

Operar com a categoria mulher implica problematizar perspectivas universalizantes. Características biológicas relacionadas aos corpos femininos e a processos corporais comuns, como a experiência do parto, por exemplo, têm sido tomadas em algumas análises como condições naturais próprias a toda mulher, e, portanto, possibilitam fixar uma identidade universal (MARTIN, 2006 [1987]). Assim, “(...) há uma tendência de pensar gênero como, acima de tudo, a criação de diferenças biológicas que opõe mulheres e homens, em vez de considerá-lo como produto de relações sociais em sociedades concretas - e mutáveis” (ROSALDO, 1995:16). Trata-se de uma leitura simplista e trans-cultural aquela que considera as desigualdades entre homens e mulheres decorrentes das diferenças biológicas, destacando a condição da mulher de dar a luz e de amamentar como condição natural e universal. Se através de seus corpos femininos as mulheres vivenciam processos corporais e biológicos semelhantes, estes atos não têm os mesmos significados, varia com a organização social, com as expectativas e as experiências individuais.

Neste sentido, vale tomar como referência à compreensão de Dona Cândida, é uma liderança indígena Juruna, com idade entre 60-65 anos e uma das mulheres que atua na

articulação contrária a construção de Belo Monte³⁹. Ela fala sobre sua percepção de que mulheres são diferentes tendo como referencial o parto: “Mas eu vou logo lhe dizendo: mulher Índia é diferente das não-Índias”. Foi imediatamente esta observação que ouvi quando eu e Dona Cândida nos encontramos na sala do MMTACC onde eu estava redigindo um documento atendendo ao pedido de Janaína e ela havia ido procurar ajuda do MMTACC para resolver algumas questões familiares. Foi com esta frase que Dona Cândida respondeu-me após eu ter apresentado-me a ela e dito que estava ali para fazer um estudo sobre como é a vida das mulheres em Altamira e a luta em defesa do rio Xingu⁴⁰. Depois de ouvir sua observação sobre as diferenças entre *mulher índia* e *mulher não-índia* dei continuidade ao nosso diálogo perguntando-lhe: “mas como assim Dona Cândida? por que mulher índia é diferente das outras?”. Ela, então, usou a experiência do parto para exemplificar:

Só pra começar digo do parto. Na hora de pari a mulher não-índia fica ali, tem o filho e no outro dia já sai pra lá. A mulher índia não. Ela faz diferente. Ela tem o filho ali. Sozinha. Fica com ele e do lado coloca uma cuia de casco de tatu cheia de água. E fica ali se lavando. Vai se lavando... se lavando. Depois levanta e o pai [da criança] é que deita no lugar dela e fica cuidando [da criança]. *E sente todas as dores*. A índia se levanta e vai cuidar dos afazeres e da alimentação para o filho e [para] o pai. Isso é só para começar. *Tem diferença. Os costumes são diferentes*. (Dona Cândida, em conversa informal realizada em Altamira no dia 30/05/08, na sede do MMTACC)⁴¹.

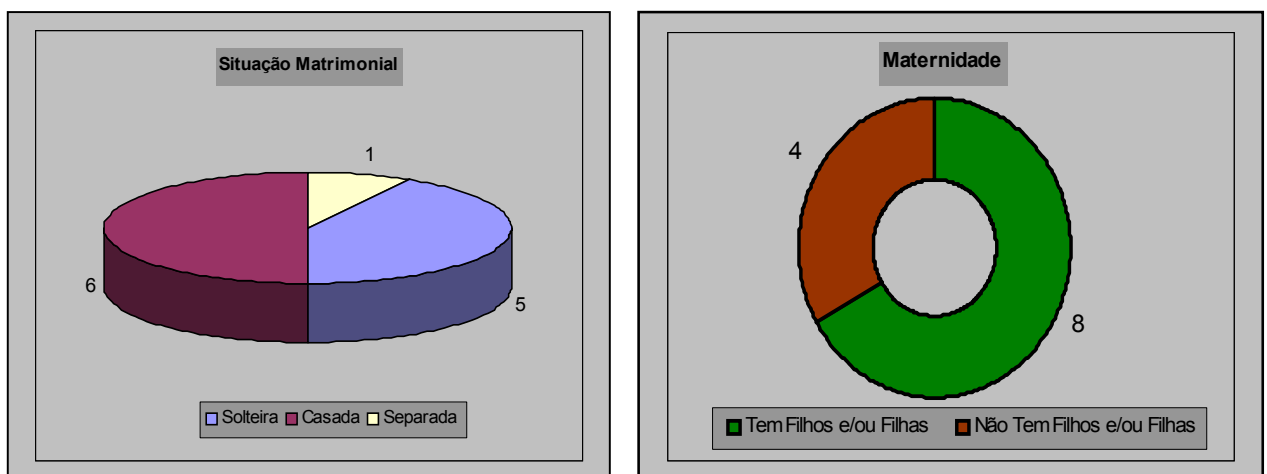
Interessante destacar, ainda, que ao final da sua fala Dona Cândida acrescenta que: “isso [o parto] é do jeito que é lá no meu povo. É o nosso costume”. Assim, tomando como exemplo o

³⁹ Para uma análise sobre os Juruna que vivem na área urbana de Altamira, ver Lacerda Lima (2009) “O ‘Caminho de Volta’ Vivenciado pelos Juruna/Yudjá da Aldeia Boa Vista”. Belém: UFPA/PPGCS. Dissertação de Mestrado.

⁴⁰ As conversas aconteceram no período de trabalho de campo (19 a 31/05/08) realizado em Altamira. Nesta etapa dos levantamentos de campo optei por realizar entrevistas informais. Tendo em vista a maior dificuldade de acesso e os limites de tempo e de recursos, não estreitei o diálogo com as mulheres indígenas que atuam no movimento contra a construção de Belo Monte, limitando-me a esta oportunidade que tive de um encontro com Dona Cândida e a uma entrevista realizada com Sheila, filha de Dona Cândida e também liderança indígena. Contudo, considero que um estudo atento junto às mulheres indígenas se faz necessário.

⁴¹ Trata-se aqui de entrevistas explanatórias (THOMPSON 1992), ou seja, informações apreendidas nas conversas informais através das quais pude apreender informações relevantes e identificar interlocutores significativos neste contexto e em consonância com os objetivos propostos.

momento do parto, que não raras vezes é considerado como o aparato natural biológico mais adequado para determinar o que é ser mulher, Dona Cândida não apenas mostra sua compreensão sobre a diferença entre mulheres “índias e não-índias”, como também indica que há costumes diferentes entre povos indígenas. Ou seja, o fato de ser indígena não fará com que todas as mulheres indígenas vivenciem de forma igual uma mesma experiência, o parto, pois estas variam de acordo com os costumes. Por outro lado, quando destaca a relação do homem e da mulher na experiência do parto também aponta para as diferentes formas possíveis desta relação e de vivenciar esta experiência num dado contexto cultural. No grupo de mulheres com o qual dialoguei as experiências da maternidade são vivenciadas por oito das doze mulheres que o constitui, conforme gráfico abaixo.



Ao destacarem as peculiaridades de como vivenciaram a maternidade, Rita, Roberta, Rosana e Carmela permitem identificar que há um “modelo ideal” (WOORTMANN, K,1987) que, em certa medida, define uma relação imbricada entre o matrimônio e a maternidade, ou seja, preferencialmente a maternidade “deve” ser vivenciada dentro de uma relação matrimonial, bem

como define a melhor faixa etária para exercer a maternidade. Assim, não se deve ter filhos numa idade muito tenra, ainda na adolescência, ou numa idade muito avançada. Aos 14 anos de idade seriam muito novas para ter filhos, e a partir dos 30 anos já estariam muito velhas. Contudo, elas reorganizam, dentro de um “modelo adaptativo” (WOORTMANN, K,1987), esse padrão social e vivenciam a experiência de ser mãe dentro das suas expectativas e trajetórias individuais, tornando-se “mãe solteira”; “mãe adolescente”, “mãe já velha”, e, até mesmo, adiando a maternidade ou deixando de vivenciá-la, conforme apontam Roberta, Carmela, Rita e Rosana nos relatos abaixo:

Eu sou o pai e a mãe dos meus filhos. Eu que tenho que sustentar e cuidar dos meus filhos. *Eu escolhi assim, ser mãe solteira.* (Roberta, entrevista realizada em Altamira, setembro de 2008).

Engravidei muito cedo, aos quinze anos eu engravidei. Porque na época a gente não tinha muito conhecimento das coisas. As mães não tinham muito esta coisa de conversar com os filhos. Aos 16 conheci meu marido e casei, mas aí não tive muito esforço de voltar a estudar não. Voltei [a estudar] pr'uns tempos mas aí não fui adiante. Comecei a ter os filhos... eu me separei do meu marido aí é que fui para as aventuras dos garimpo. (...) Na época eu só tinha dois filhos. Um que eu tive adolescente e outro do primeiro casamento. Aí eu fui pro garimpo e passava um tempo lá no garimpo e voltava. Meus filhos ficava com a minha mãe. Essa minha vida foi muito cruel, mas foi muito boa pra mim amadurecer. Hoje eu tenho uma outra cabeça porque eu aprendi muito as minhas custas, entendeu? Foi muito difícil, mas eu aprendi. Errando e acertando. Eu era uma pessoa muito inexperiente, mas os erros serviu pra aprender a amadurecer. (Carmela em entrevista realizada em Altamira, setembro de 2008).

Eu tenho três filhos. Porque eu demorei também pari (...). *Aí eu já pari com 32 anos.* A [menina] que hoje tem 16 anos. Aí depois de 10 anos veio o [menino] que é o meu caçulinha, tem 6 anos. E tem o do meio que é o meu adotivo, que tem 14 anos. Então eu tenho três. Aí eu venho dividindo o meu tempo (Rita, entrevista em Altamira, agosto de 2008. Ênfase minha).

Eu não tenho filhos. Eu ainda não quis ter. Nem sei se ainda vou poder ter. Eu já tenho quarenta anos. Até agora não tive filhos. (Rosana, entrevista em Altamira, agosto de 2008).

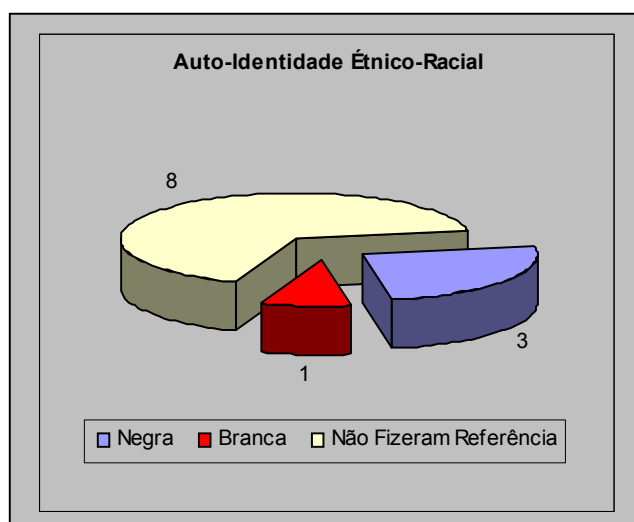
Neste sentido, determinar o que é ser mulher tendo como referência apenas os processos corporais comuns, torna-se insuficiente para dar conta da complexidade e pluralidade das

identidades vivenciadas nas suas peculiaridades e nos seus significados. Louro (1997) destaca como feminino e masculino (identidades de gênero) são construções que tomam significado a partir de contextos específicos, das expectativas sociais em relação às identidades de gênero, mas também nas experiências pessoais:

Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se constituindo como masculinos e femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também se transformando na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, éticas, de raça, de classe... (LOURO, 1997: 28).

Um modo de pensar o mundo de forma dicotômica, deve ser levado em conta numa análise acerca das desigualdades de gênero. Pensar o mundo tendo como referências pares que se distinguem e se opõem pode ser arriscado, pois reduz as complexidades e especificidades histórico-culturais a um processo que universaliza e naturaliza mulheres e homens, insuficiente para a compreensão do emaranhado de significados e representações que dão sentido às formas de organização social. Partindo destas perspectivas teóricas eu desconfio de análises essencialistas. Tendo como referência as observações e os diálogos com minhas interlocutores em campo, busco identificar e analisar quais são as práticas e discursos destas mulheres acerca de si mesmas e das interações estabelecidas entre elas junto às teias de relações, com as quais interagem em função da defesa do rio Xingu. Além de atuarem no cenário político através do movimento social, há marcadores sociais que se mesclam e constituem as identidades, as histórias, as subjetividades e as peculiaridades das mulheres que, apesar de estarem num mesmo contexto, vivenciam a experiência de ser mulher de formas distintas já que não há, nesta perspectiva um ser “Mulher” absoluto e universal.

Conforme já apontado, o fato de se constituírem enquanto um grupo não implica ausência de tensões e divergências em seu interior. Assim, marcadores étnico-raciais, trazidos à tona pelas próprias interlocutoras⁴², demonstram outra dimensão das relações de poder e permitem apreender algumas diferenças que demarcam espaços dentro do grupo. Vale a pena observarmos como este grupo se constitui em termos da auto-identificação étnico-racial, conforme apresento no gráfico abaixo, bem como o relato de Rosana destacando as assimetrias sociais vivenciadas por “mulheres negras” em relação às “mulheres brancas”.



[A] mulher negra vive situações que *vocês brancas* não vivem. É muito diferente [mulher branca de mulher negra]. Tem muito preconceito ainda. Diz que não [tem preconceito] mas tem. *Até dentro do próprio movimento de mulheres que anula a gente e não chama a gente pra participar de muitas coisas.* [Em] muitas viagens pra Belém e pra Brasília não é a gente [mulher negra] que vai. Tem vez que a gente só fica sabendo depois. *É porque mulher negra sofre mais.* Então eu sou primeiro da causa do negro. (Rosana, em entrevista realizada em Altamira, setembro 2008)⁴³.

⁴² Conforme já apontado, as entrevistas não foram norteadas por perguntas previamente determinadas, ou seja, por questionários fechados. Assim, a partir da observação de que algumas questões eram relevantes, pois recorrentes ou incisivas nos relatos, buscava criar situações – perguntas, expressões - para aprofundamento que me permitisse apreender seus significados. Logo, a maternidade, o casamento e a identidade étnico-racial são exemplos destas questões.

⁴³ Imprescindível chamar atenção para o momento no qual pesquisadora e interlocutora se entreolham e se reconhecem nas diferenças que permeia esta relação (BOURDIEU, 1997b), apesar da aproximação que

Ao chamar atenção para a condição peculiar da “mulher negra”, Rosana fala ‘das dificuldades vivenciadas junto às “mulheres brancas” para conquistar um espaço e uma relação simétrica. As desigualdades e relações de poder entre estas mulheres estão presentes nas decisões cotidianas que definem quem irá representar o grupo em eventos dentro e fora de Altamira, assim como o fato das funções de coordenação dentro do movimento de mulheres não serem ocupadas pelas “mulheres negras”. Segundo as três mulheres do Grupo que se auto-identificam como negras, estas decisões são sempre tomadas a despeito delas.

Para as mulheres que se auto-identificam como negras, há constantemente uma negação dos seus direitos e das suas especificidades evidenciada, entre outras coisas, por serem elas sempre “as últimas a saberem das coisas que são decididas. [A gente] Só fica sabendo depois que já tá decidido”. Para resistir a tais assimetrias étnico-raciais e colocar em evidência as suas especificidades, houve uma rearticulação onde três mulheres que se auto-identificam como negras e, se encontram, no *campo das relações de poder* (BOURDIEU, 2001; FOULCAULT, 1979), subjugadas e em conflito com as demais mulheres, decidiram pela constituição de uma nova articulação, o “Movimento de Mulheres Negras Maria Maria”, pois diante destas desigualdades engendradas pelas relações de poder do Grupo, identificam a legitimidade de sua participação se voltarem “primeiro [para a] causa do negro”, como relatado por Rita:

[Angela: aí se cria o Movimento de Mulheres Negras Maria Maria porque vocês mulheres negras sentiam que mesmo dentro do movimento de mulheres o que era específico de mulheres negras não era tratado?] Não. Não debatia. A gente sempre entrava nesse debate do movimento: “ah! Vou representar fulano”. E a gente sempre falava assim: “A gente tá

estabelecemos, conforme apontado no capítulo primeiro, fica claro que o olhar lançado por Rosana na minha direção, ao usar a expressão “vocês brancas”, me inclui, me posiciona na condição privilegiada e dominante de “mulher branca”. Adiante, no relato de Rita, novamente vem à tona este entendimento quando, apontando para mim, fala: “Agora vai você lá me representar! O Doutor lá me representar. De jeito nenhum. Uma mulher lá toda brancona, toda bonitona vai me representar?”. Assim, se no campo ambiental e das assimetrias de gênero estamos numa mesma posição, as desigualdades étnico-raciais (a brancona) e sociais (o doutor) nos coloca em posições distintas e, em certa medida, concorrentes.

de fora”. Porque sempre é alguém que não é negro [que vai representar], mas o movimento não é só de branco. Aí o pessoal [do MMTACC] dizia: “vamos para conferência de direitos humanos, de mulheres, de meio ambiente”. Aí escolhiam [um representante], mas a gente sempre tava excluída. Não, não tô admitindo. Eu quero ir pra fora. Já que não dá de um modo global, já que tem esse tipo de comportamento, então agora a gente vai discutir o que sempre se passou nesse país (...) No começo o movimento MMTACC achou ruim, ficou assim meio tímido, porque a gente queria dividir. Não a gente não quer dividir não. A gente só quer discutir esta especificidade e também participar. (...). *Porque eu acho assim que algumas pessoas não me representam. Agora vai você lá me representar! O Doutor lá me representar. De jeito nenhum. Uma mulher lá toda brancona, toda bonitona vai me representar. Ah! claro que não. Ela não sabe o que eu passo na rua, no meu trabalho, na minha convivência.* Não, eu quero tá lá representando a mulher negra que sofre o preconceito racial. Porque esta discriminação racial a gente tem que combater esse mal (...). Sofre preconceito. Quando chega no hospital, na educação... o primeiro que desiste na sala, quando tá estudando, é sempre aquela mulher negra, aquele homem negro. Porque ele tá sempre a margem, ele tá sempre subalterno. Das piores coisas [é ele quem] tem que fazer. Até porque ele tem baixo conhecimento. Então ele tá submetido ali a fazer as piores coisas. O que sobra pra ele. *Eu resolvi não fazer a sobra. Eu e o nosso grupo.* Não tem esse negócio de tá querendo ser melhor. Não. Não me representa em algumas situações (...) *E a gente é discriminado. Toda ora alguém tá fazendo uma discriminação pra gente. Até dentro do movimento! O tratamento é melhor. Aquela que é mais assim, que é mais clara [fica à frente], aquela outra fica mais ali [no canto].* (Rita, entrevista realizada em Altamira, agosto de 2008.)

Essa situação de desigualdades vivenciada pelas mulheres negras dentro do Grupo é corroborada pelo ponto de vista de Rosana para quem o fato de ser negra acentua de forma mais aguda as desigualdade e relações de poder que são engendradas dentro do Grupo e refletem, numa dimensão micro, a discriminação étnico-racial que abrange e perdura na sociedade brasileira como um todo:

[Sofremos] discriminação por ser mulher e, maior, por ser negra. Não pela parte de ser pobre, mas é mais a questão racial. Embora a outra pessoa não reconheça que ele também é negro. Tá na cabeça das pessoas. E em relação a discriminação étnico-racial dentro do grupo, nós fazemos parte do movimento de mulheres pelo nosso compromisso, não só pela coordenação que existe, mas pelas outras mulheres [da sociedade] que temos compromisso de estar junto, de conscientizar. Porque se for por causa da coordenação mesmo nós somos muito discriminados. *Se nós pegamos algum cargo, eles não repassam o cargo pra gente direito. Se for a tesouraria, eles não têm confiança. Não compartilham. Querem que [estejamos] na luta, em conjunto, que vai pra rua, que gritar, mas as... as responsabilidades não é também colocada no meio.* As vezes, tem um encontro em São Paulo, ou em outro local, jamais nós [as mulheres negras do movimento] somos cotadas pra ir. Por quê? Por causa dessa discriminação dentro do próprio movimento. Não passa

de Belém. às vezes nós somos ousadas... a gente resolveu... A gente não é muito valorizada devido essa diferença, não só de viagem, mas de valorização. Mesmo que quando a gente vai pra rua a gente tá junto. Então essa divergência a gente tem que ser maior do que ela. Tem que superar. *Enquanto o outro grupo [de mulheres brancas] não supera isso [a discriminação étnico-racial] a gente continua....* Nós temos o mesmo perfil, somos capazes, e as vezes nós não somos cotadas por causa mesmo da discriminação. E você [negro] precisa ser bom mesmo pra ludibriar essas coisas, pra superar (Roberta, entrevista realizada em Altamira, agosto de 2008.)

Neste ponto, torna-se possível analisar, sob a luz das concepções simmelianas (1983), o conflito, como um dos elementos de sociação, motivando as “ações e reações dos indivíduos entre si (...), através das múltiplas interações *uns-com-os-outros, contra-os-outros, e pelos-outros (...)*” (SIMMEL, 1983:21). Logo, enquanto Grupo de Mulheres do Xingu algumas ações, voltadas sobretudo para as questões ambientais e para o acompanhamento dos casos de crianças e de mulheres vítimas de violência física e sexual elas evidenciam uma ação integradora “*umas-com-as-outras e pelos-outros*”. Mas, noutras situações, quando lidam com as relações de poder e desigualdades intra-grupo, pode-se estabelecer relações em que há conflitos de interesses, sem, contudo, representar a desintegração do Grupo (SIMMEL, 1983). Assim, o conflito como forma pura de sociação, é “tão necessária à vida do grupo e sua continuidade como o consenso. É ele indispensável a coesão do grupo. O conflito não é patológico nem nocivo a vida social, pelo contrário, é condição para a sua própria manutenção, além de ser o *processo social fundamental para mudança de uma forma de organização para outra.* (SIMMEL, 1983: 23).

Considero que aqui se encontra outro ponto fundamental a partir do qual podemos compreender que não há um ser ou uma condição *mulher* universal que abarque ou anule toda e qualquer outra identidade, pois

[p]arece-me agora que o lugar da mulher na vida social humana não é, diretamente, o produto daquilo que ela faz (e menos ainda função do que, biologicamente, ele é) mas sim *do sentido que suas atividades adquirem através da interação social concreta.* E as significações que as mulheres atribuem para as atividades de suas vidas são coisas que nós

somente podemos compreender através de uma análise das relações que as mulheres forjam, dos contextos sociais que elas, junto com os homens, criam e dentro dos quais elas são definidas. Gênero, em todos os grupos humanos, deve então ser entendido em termos políticos e sociais com referência não a limitações biológicas, mas sim às formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social. Da mesma forma que não temos motivos aparentemente para procurar fatos fisiológicos quando tentamos entender as mais familiares desigualdades na vida humana – tais como liderança, preconceitos raciais, prestígio e classes sociais – e, assim parece que seria interessante pensar sexo biológico tal como raça biológica, como uma desculpa ao invés de uma causa para todo o sexismo que observamos (ROSALDO, 1995:22).

Assim, no *campo* das relações sociais, onde há um constante exercício do poder (físico e simbólico) e da resistência, os conflitos daí decorrentes engendram novas formas de sociação não restritas apenas àquelas motivadas pelas assimetrias de gênero, colocando homens e mulheres em lados opostos e concorrentes. São também perpassados por outros marcadores sociais experienciados nas “relações concretas” entre as pessoas independente da identidade de gênero que assumam. Assim, mais importante que lançar o olhar na busca do *lugar das desigualdades* é preciso ampliá-lo a tal ponto que permita apreender as *relações de desigualdades* que vão além da oposição fixada *a priori* entre masculino/feminino, pois as posições de mulheres e homens na vida social resultam do “sentido que suas atividades adquirem nas relações concretas”. Compreender este sentido requer um olhar arguto na direção do contexto social e histórico, das trajetórias de vida e das subjetividades.

CAPÍTULO 3

AS MULHERES EM MOVIMENTO

A grandeza do rio Xingu é que ele sobe. Ele vai indo. Ele não é um rio parado. Assim como nós também não podemos ficar parados. Na hora que ele pára ele apodrece e ele traz doença, ele tira a vida. (Irmã Laura, em entrevista realizada em Altamira, setembro de 2008).

Neste capítulo tenho como objetivo apresentar o grupo de mulheres interlocutoras nesta pesquisa em seus vários movimentos. Ao acompanhar “o movimento das mulheres”, os caminhos que percorreram até se constituírem e se sentirem pertencentes a este *lugar* - a Transamazônica, é possível observar, sob o ponto de vistas delas, algumas das dimensões da frente de expansão em direção a esta região a partir das *pequenas narrativas* (CARDOSO DE OLIVEIRA, R, 1988; GEERTZ, 1991)⁴⁴. Seguirei apresentando algumas observações em relação a quem são “as mulheres do movimento”, como elas forjam suas identidades e se vêem no seu cotidiano, nas suas performances e estratégias para experienciar a vida nas suas várias dimensões – dimensões estas que não estão estanques e delimitadas, mas se perpassam, se encostam, se misturam - assim como a relação imbricada entre os processos por elas vivenciados, num contexto social específico, e a inserção e atuação em movimentos sociais reivindicatórios. Isso será feito através da história de vida contada e, portanto, rememoradas e re-significadas por elas. Busco, assim, compreender melhor o significado da militância no movimento de mulheres e a relação desta atuação com a defesa do rio Xingu ao se posicionarem contrárias à construção da hidrelétrica de

⁴⁴ Opção esta que se justifica, por um lado, por já existirem amplas e rigorosas pesquisas publicadas sobre este processo de expansão e, apesar de tê-las como referência, torna-se desnecessário reproduzi-las aqui. Alguns autores e trabalhos interessantes nos ajudam a compreender o contexto histórico, econômico e político deste processo de expansão da fronteira amazônica. Cito aqueles aos quais recorri: ADRIANCE, 1996; CASTRO, 2005; SILVA, 2008; SOUSA MARTINS, 1997; VELHO, 1972. Sobre história do Brasil nas décadas de 1960-1980, consultei IGLESIAS (1993) e FAUSTO (2002, 10ª. edição).

Belo Monte, sobretudo por considerarem que os impactos sobre as mulheres da região serão ainda mais negativos que para os demais grupos sociais também impactados. São estes vários movimentos o cerne da análise deste capítulo, uma vez que, conforme apreendo da fala de Irmã Laura, é *no* e *em* movimento, assim como o Rio Xingu, que se tem o sentido da vida – material, orgânica, biológica, social, religiosa, cultural, simbólica. Parar representa “apodrecer, ficar doente, tirar a vida”.

Considero que apreender estas subjetividades e construir uma percepção do Outro na sua especificidade, alcançando o seu modo de pensar e organizar o mundo e, portanto, de dar-lhe sentido, poderá ser efetivado a partir das *pequenas narrativas* (GEERTZ, 1973; CARDOSO DE OLIVEIRA, R, 1988), pois “elege-se com isso uma sorte de saber negociado, produto das relações dialógicas onde pesquisador e pesquisado articulam ou confrontam seus respectivos horizontes (BOURDIEU, 1997b). E o texto [nesta perspectiva que rompe com a ordem cientificista absoluta] (...) não pode mais estar submetido a um autor todo soberano (...), mas, se possível, deve ser polifônico” (CARDOSO DE OLIVEIRA, R., 1988:100. Acréscimos meus)⁴⁵.

Tendo como referência esta perspectiva teórico-metodológica, fui negociando paulatinamente situações que me permitissem ter acesso a estas pequenas narrativas ao longo de todo período de campo. O acompanhamento das atividades do “Grupo de Mulheres do Xingu” realizadas em Altamira, as idas cotidianas à sede onde funciona o Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade - MMTACC, permitiu trocarmos momentos de conversas e de convivência mais próxima. Os almoços em pequenos restaurantes na cidade, ou o

⁴⁵ Numa perspectiva teórico-metodológica interpretativista, há uma crítica à razão absoluta como símbolo do processo do fazer ciência. Assim, as grandes narrativas ou meta-discurso, segundo Cardoso de Oliveira (1988) próprias da matriz antropológica denominada por ele como *paradigma da ordem*, enquanto legitimadoras do saber e da possibilidade de se chegar a um consenso sustentado “*numa concepção de humanidade vista como um sujeito coletivo, universal, em busca de sua comum emancipação*” (Cardoso de Oliveira, 1988: 99), são criticados, pois são nas “pequenas narrativas” e na percepção do Outro na sua especificidade que seu modo de pensar e de dar sentido ao mundo poderá ser compreendido pelo antropólogo (Geertz, 1991, 1973).

café com bolo que por algumas vezes substituímos o almoço, assim como as visitas em suas casas, permitiram-me conhecer um pouco da trajetória de cada uma das mulheres com as quais dialoguei e a dinâmica dos seus cotidianos. A partir daí, norteiei-me no momento das entrevistas onde pude aprofundar algumas questões. Momentos esses nos quais vivenciei uma gama de emoções próprias do *entre-ver*, ou seja, próprias da relação entre pessoas que estão se vendo e provocando, numa via de mão dupla, reflexões sobre sua própria trajetória e sobre o Outro (LAVEN, 1997; BOURDIEU, 1986 e 1997; LIMA, 2003). Muitas vezes, emergiram risos, algumas lágrimas e sentimentos de indignação provocados por narrativas que revelaram dimensões de dor e sofrimento, de desafio e de terror, mas também de solidariedade, de luta e de conquistas por melhores condições de vida naquela Transamazônica, cujo significado alcançamos quando exercemos o desejo de se fixar no “*nosso lugar*”, presente nas suas histórias sobre a ocupação dos *lotes* [áreas rurais] e das *ruas* [áreas urbanas] de Altamira.

As entrevistas foram realizadas de uma forma mais livre, não havia um roteiro de perguntas rigidamente a ser seguido para todas as entrevistadas já que eu sabia que com cada uma seria um momento ímpar. Tendo como ponto norteador meu objetivo de compreender como se vêm e se constituem enquanto um grupo em defesa do rio Xingu, buscava suscitar perguntas que as motivassem a narrar sua trajetória de vida (BOURDIEU, 1986; PORTELLI 1996 e 2004; LIMA, 2003)⁴⁶, desde a chegada à região amazônica até sua inserção no movimento em defesa do rio Xingu. Em resposta à provocação inicial – “*me fale um pouco como foi a sua vinda pra cá/ pra essa região*” – as mulheres foram re-construindo uma história da Transamazônica onde a

⁴⁶ Nestas oportunidades, sim, fazia algumas intervenções com perguntas provocativas ou que pudessem demonstrar meu interesse pelo que estava sendo re-vivenciado no momento da entrevista - tais como: “*me fale como foi isso*”; “*Me conta melhor essa história pra eu entender*”; “*me fale um pouco mais desse momento*”. Logo, minha intenção era obter um aprofundamento do relato sobre aquela situação, pois considerava que assim poderia ter mais subsídios para melhor compreender o contexto de vida daquelas mulheres. Dessa forma, nossas conversas apesar de longas - todas duraram mais de uma hora e meia e, pelo menos cinco, chegaram a mais de duas horas, - não percebíamos durante a entrevista que já estávamos conversando há tanto tempo.

idéia do “vazio geográfico”, tão comum nos discursos usados para legitimar as intervenções e os programas governamentais de ocupação da *floresta*, foi diluindo-se frente aos (re)significados *do lugar vivido* (ESCOBAR, 2000; SILVEIRA, 2009).

Impulsionadas pela vivência no contexto de ocupação da Transamazônica, e das condições daí decorrentes, estas mulheres foram se constituindo enquanto expressões políticas dentro do movimento social e da luta por mudanças, visando condições justas e dignas que permitissem a fixação naquela região e a manutenção de um modo de vida, cujo significado é mais amplo e abrangente que a lógica essencialmente utilitarista norteadora, naquele momento, e ainda hoje, dos projetos nacionais e internacionais de ocupação do território amazônico (desenvolvo esta questão de forma mais definida no capítulo seguinte desta dissertação).

3.1 O Movimento das Mulheres (*Para e Na Transamazônica*)

O projeto de integração nacional do Governo Médici, no início da década de 1970, o tão mencionado “Terra sem gente, para gente sem terra”, objetivava integrar a região amazônica ao resto do país, através da abertura de novas estradas, bem como retirar pessoas das áreas superpovoadas ou com baixa produtividade devido às secas, e transferi-las para a Amazônia, vista como o vazio a ser devidamente ocupado, assegurando, assim, a soberania e segurança nacional naquela região de fronteiras com outros países latino-americanos.

A Transamazônica foi planejada para ligar a Amazônia ao Nordeste Brasileiro. É uma das obras previstas no início da década de 1970 no planejamento do governo federal em relação à abertura de rodovias nas regiões amazônica e central⁴⁷. Era, então, a promessa de que teria uma

⁴⁷ Também as rodovias: Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho, Porto Velho-Manaus e Cuiabá-Santarém.

“vereda aberta” para o nordestino colonizar o “enorme vazio demográfico”, bem como para a "exploração de potenciais naturais até então inacessíveis” (VELHO, 1972).

A Rodovia Transamazônica foi construída no início da década de setenta com o propósito específico de facilitar a colonização. Era a única entre as nove rodovias federais que ia de leste para o oeste, estendendo-se do município de Estreito, no Maranhão, até Humaitá, no Amazonas. As outras rodovias tinham como objetivo estimular a migração a partir do sul. *Embora permaneça até hoje uma rodovia estreita e não-pavimentada, a Transamazônica era suficiente para fornecer um dos meios de locomoção para milhares de migrantes empobrecidos vindos do Nordeste* (ADRIANCE, 1996: 48. Ênfase minha).

Interessante notar que esta observação da autora sobre as condições da Transamazônica – “rodovia estreita e não-pavimentada” - feita em meados da década de 1990, é extremamente atual. Sendo ainda necessário incluir nestas características o fato de que têm sido, cada vez mais frequentes, os assaltos aos ônibus que trafegam ao longo desta rodovia. Em fevereiro de 2009, percorri um trecho da Transamazônica numa viagem de ônibus saindo de Belém até Altamira com objetivo de ter uma referência, espacial, deste *lugar*. Fui motivada pela inquietação em relação ao meu desconhecimento sobre esta rodovia, apesar de ao longo do meu campo etnográfico ter sido ela citada várias vezes, se configurando como referência do deslocamento, da presença e da militância das minhas interlocutoras nessa região.

Na ocasião da minha viagem Belém-Altamira, justamente pelas histórias que ouvira sobre assaltos e violência física sofridos em alguns trechos da rodovia, tive receio de fazer registros fotográficos, buscando me manter o mais discreta possível⁴⁸. O que parece não ter surtido tanto efeito. As várias vezes em que aproveitei as breves paradas – realizadas para que os passageiros fizessem rápidos lanches ou usassem o banheiro de algum restaurante, ou pequeno comércio à

⁴⁸ Os assaltos e violência cometidos nas estradas brasileiras não são uma realidade apenas desta região amazônica, estando também presentes, por exemplo, em trechos que ligam o estado do Pará ao Maranhão, ou nos trechos que saíndo de Minas Gerais levam até a Bahia e a Pernambuco.

beira da estrada - para perguntar ao motorista se ainda faltava muito tempo para chegarmos ao destino, revelaram a minha posição de “forasteira”:

Angela: Moço! Ainda falta muito pra chegar?

Motorista: Depende pra onde vai. Pra onde a senhora tá indo?

Angela: Pra Altamira

Motorista: Então ainda falta muito. Você não é daqui, é de Goiás?.

Angela: Eu sou mineira, mas já moro em Belém desde 2005.

Motorista: Nunca foi pra Altamira? Ainda não conhece?

Angela: Conheço, mas é a primeira vez que vou de ônibus.

Motorista: Você tá indo fazer o quê em Altamira? Vai morar lá?

Angela: Sou pesquisadora. To indo fazer um trabalho pra a universidade.

Minha viagem foi marcada pela surpresa ao visualizar que a Transamazônica, que no meu imaginário era imensa, em muitos trechos não passava de estreitos caminhos não pavimentados e esburacados. Muitas vezes eram perceptíveis as imensas áreas desmatadas em seu entorno e, em algumas áreas, muita fumaça. Via-se também alguns travessões, onde não raro o ônibus parava para pegar um ou outro passageiro. Estes travessões ou ramais vão dar nos povoados ou lotes onde trabalhadores rurais desenvolvem suas atividades, mas muitas vezes, são os caminhos percorridos para exploração ilegal de madeira. A cada parada, os sobressaltos por não saber se estava no roteiro ou se havia sido uma interrupção feita por assaltantes. Uma avalanche de vendedores adentrava o ônibus - picolé, cacau, cupuaçu, doces, biscoitos, bijus – traziam-me um certo conforto de que estava tudo seguro. O medo foi companheiro insistente ao longo das dezenove horas de viagem rumo a Altamira⁴⁹.

⁴⁹ O deslocamento aéreo Belém-Altamira-Belém, atualmente é realizado apenas por duas empresas, cujo valor gira em torno de R\$ 700,00 a 800,00 reais e que por se tratar de aviões pequenos, é muito comum não haver disponibilidade de passagens para esse trecho sendo necessário a compra antecipada. A viagem aérea dura aproximadamente uma hora e dez minutos. O deslocamento rodoviário de Belém até Altamira está em torno de R\$ 110,00 e a viagem “quando a estrada tá boa” demora entre 19 e 24 horas, podendo chegar no período de inverno, ou seja, “na época das cheias ou das chuvas” na região Norte, até dias ou semanas de acordo com as condições da Transamazônica.

Velho (1972) destaca que o houve aumento do fluxo inter-regional de pessoas, sobretudo a partir de 1972 quando os trechos trafegáveis já eram em maior número. Este movimento se dava principalmente por parte daqueles lavradores estabelecidos nas redondezas da rodovia Belém-Brasília que se deslocavam em direção à Transamazônica. Este fluxo de pessoas ia aumentando na mesma proporção em que os trechos iam se apresentando com maior trafegabilidade e que alguns meios de transporte via estradas iam também se constituindo - linhas de ônibus que ligavam Araguaína ou Porto da Balsa à Marabá, ou Altamira a Itaituba, por exemplo. “Particularmente, é de se notar como a frente agrícola e o seu avanço sempre estiveram associados à abertura de estradas e caminhos, buscando a penetração e a ligação com as vias principais de comunicação e transporte” (VELHO, 1972:148).

Segundo Silva (2008), se a década de 1970⁵⁰ foi o período de maior fluxo de migração e de assentamento em terras distribuídas pelo INCRA⁵¹, na década seguinte a Transamazônica atravessava uma forte crise econômica e social decorrente da retirada dos investimentos e dos órgãos governamentais da região, deixando as famílias agricultoras sem apoio técnico e financeiro. Para esta autora, pode-se compreender a colonização da região Transamazônica a partir de dois movimentos. Num primeiro momento a chamada “colonização oficial”, resultante dos incentivos do governo, agente responsável por arregimentar as famílias e coordenar o processo de deslocamento e assentamento na região. Já a “colonização espontânea”, efetivava-se com recursos e mecanismos particulares das próprias famílias que migravam, antes mesmo da

⁵⁰ De acordo com o projeto de colonização do governo federal neste período, a parte oriental da Transamazônica (de Marabá para o leste até Altamira) foi a região fixada na década de 1970 para agricultura e assentamentos dos lavradores oriundos do nordeste brasileiro.

⁵¹ Importante notar que, criado em 1972, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) podia desapropriar terras de grandes proprietários para impedir agitação civil, embora só o fizesse de fato mediante organização dos trabalhadores rurais e petição de desapropriação. O INCRA recebeu a “jurisdição sobre toda terra dentro de uma faixa de 100 metros em cada margem das rodovias federais, passando a controlar 30% de toda terra no Brasil e 50% na Amazônia Legal” (ADRIANCE, 1996: 48).

abertura da Transamazônica. Contudo a abertura desta rodovia estimulou ainda mais a migração espontânea. Apesar destas diferenças, estes dois tipos de colonização “se aproximam no que se referem às expectativas e aos propósitos da migração: a busca de terra para trabalhar e, com isso, melhorar as condições de vida” (SILVA, 2008:45).

Apesar de dar continuidade ao favorecimento de grandes empresas iniciado no governo Médici (1970-1973), o Governo Geisel (1974) abandonou o programa de incentivo a colonização da Amazônia por trabalhadores e famílias nordestinos em prol de grandes empreendimentos em mineração, silvicultura e criação de gado, sob o argumento de que estes empreendimentos de grande porte criariam empregos na região. Contudo, conforme nos aponta Adriance (1996), estes grandes projetos, como a construção de hidrelétricas e a exploração de minério, tinham, e ainda têm, como características a instabilidade em relação aos empregos gerados, porque “[d]e início, tanto a criação de gado quanto a mineração parecem gerar empregos, no desmatamento da floresta e na construção de minas e refinarias. Porém, uma vez em operação, tais empreendimentos não exigem grande número de trabalhadores. A maior parte dos lucros fica canalizada para empresários do Sul e para empresas sediadas no exterior” (ADRIANCE, 1996: 52).

Se a década de 1970 foi um período de intensificação das campanhas de colonização, este estímulo não foi acompanhado por políticas públicas eficazes que garantissem ao colono as bases necessárias para sua fixação e produção na terra, vivenciando constantemente, e ainda na atualidade, conflitos e disputas de terra, sobretudo, em relação às ações de grileiros. Neste contexto de colonização e conflitos “encontra-se a mulher migrante: mãe, esposa, trabalhadora rural, dona de casa, professora, catequista, agente de pastoral, coordenadora de grupos e associações, sindicalistas, entre outras categorias que designam a sua atuação no processo de ocupação e organização social da Transamazônica” (SILVA, 2008:63). Acompanhando ou

acompanhadas por seus pais e mães, ou por seus maridos e filhos, estas mulheres forjaram suas histórias e deram sentido aos seus modos de vida, tendo como contexto a realidade vivenciada na região da Transamazônica.

Assim, mais que um fluxo migratório que marcou o contexto político-econômico nacional, sobretudo a partir da década de 1950, intensificando-se nas décadas de 1960-70 com os programas governamentais, ao acompanhar este processo de ocupação tendo como referência a narrativa das pessoas que o vivenciaram, percebemos que se trata de uma trajetória de vida. Onze das doze mulheres que constituem o grupo cerne desta pesquisa migraram de outros estados brasileiros, ou de outras localidades do Pará para a região da Transamazônica, a outra, filha de imigrante nordestina e militante dos movimentos sociais, nasceu em Altamira no início dos anos de 1980. Seguindo o fluxo migratório propalado como novas possibilidades de vida, aliado às necessidades de suas famílias, foram se fixando e se tornando pertencentes a um novo *lugar*, constituído numa imbricada rede de significados (LITTLE, 2002; ESCOBAR, 2000; HAESBAERT, 2004)⁵².

Para Little (2002), é através de uma abordagem histórica e etnográfica que se poderá observar a especificidade e a diversidade dos modos através dos quais o território pode ser acionado enquanto *lugar* de significados, de memórias, de valores, e de sentimentos para distintos grupos sociais. Para este autor, é o “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, [que o converte] em seu ‘território’” - e para estabelecer e manter esse território este grupo utiliza os - “saberes ambientais, ideologias e identidades coletivamente criadas e historicamente situadas”

⁵² Sobre essa discussão, ver também ALMEIDA (2007, 2006 e 2004); ZHOURI & OLIVEIRA (2005); MAZZETTO SILVA (2005); FURTADO (2004), por exemplo.

(LITTLE, 2002:3). O *lugar* não é necessariamente resultado de uma origem imemorial, podendo ser uma construção re-atualizada de um espaço compartilhado social e culturalmente, pois

“[s]in embargo, el hecho es que el lugar – como la experiencia de una localidad específica con algún grado de enraizamiento, lideros y conexión con la vida diaria, aunque su identidad sea construida y nunca fija – continúa siendo importante en la vida de la mayoría de las personas, quizás para todos” (ESCOBAR, 2000:113).

Abaixo, apresento quadro e mapa (páginas 88 e 89, respectivamente) que ajudam na visualização do deslocamento das famílias de minhas interlocutoras em direção a região, mais especificamente à Transamazônica. Sempre motivadas pela conquista da terra que representava a possibilidade de melhores condições de vida pela qual ansiavam. A idéia de se fixar, de ter roça e barraco, bem como de levar a família foi um processo experienciado por quase todas as pessoas que migraram para a região. Mas também fazia parte dos objetivos de alguns migrantes buscar as riquezas daquela região sem muito comprometimento em relação a melhoria das condições de vida. Este fluxo de migração é mencionado por Dom Erwin:

Nós estamos numa terra de migração. Talvez não tenha outra região que foi destino de tantas famílias que vieram de migrações. A história aqui já é uma história de migração. Os povos indígenas desapareceram... tem uns restos de outrora, mas as outras pessoas vieram todas de fora. Todas. Primeiro do Nordeste. Altamira era quase uma cidade nordestina na época áurea da borracha. Depois os soldados da borracha, durante a guerra, vieram do Nordeste e, depois, Centro e Sul [do Brasil]. A migração era mais Centro e Sul. [Do] Sudeste vieram os capixabas, os mineiros também, vieram os goianos. Vieram menos paulistas, mas também gaúchos e paranaenses. Primeiro vieram os homens. Passavam aqui meses, três meses pra ver como que era e depois vinham as mulheres. Mas os homens vieram com a idéia, vieram em busca de condições melhores para sobreviver. Queriam viver lá de onde eles vieram, mas não tinha mais condições. Então pensaram num mundo mais favoráveis a eles para que possam *enricar a curto prazo*. (Dom Erwin Krautler, em entrevista realizada em Altamira, Setembro de 2008).

Vale destacar que a categoria *enricar* traz em seu bojo noção de demarcadores de grupos sociais a partir da forma distinta de vivenciar a Transamazônica. Logo, há um grupo que busca se fixar nesta região transformando o espaço físico num *lugar* de significados, porque se constitui

enquanto a base material sobre a qual o sentido das relações e dinâmicas sociais é simbolicamente forjado. A este grupo que se estabeleceu e se compreende como pertencente à Transamazônica, se contrapõe o grupo que vem de fora apenas para explorar as riquezas e potenciais desta região, transformando a sua presença em ameaça ao *lugar vivido*. (VANDENBERGHE, 2005; ELIAS, 2000; SIMMEL, 1983). Segundo este ponto de vista do movimento social local, destacando aí a articulação das mulheres, o grupo de fora se norteia pela lógica da busca incessante por processos de enriquecimento rápido através de atividades, muitas vezes realizadas ilegalmente, que degradam não apenas a natureza, mas também os modos de vida que são imbricados nesta natureza, tais como o garimpo, a exploração de madeira e a criação de gados.

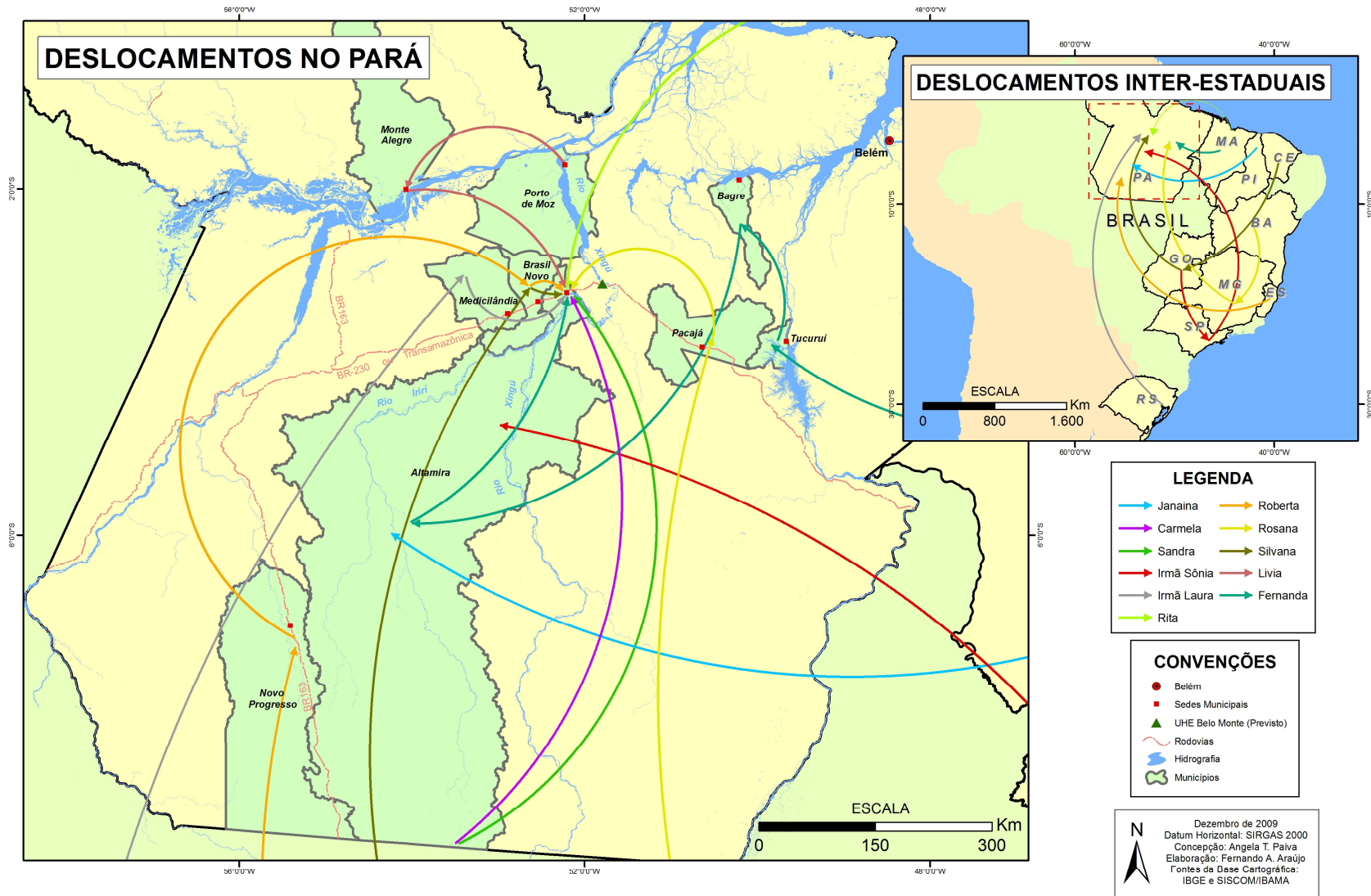
À frente destas atividades estão sobretudo os homens que viam e ainda vêm na região da Transamazônica e Xingu, a oportunidade de “enricar”. Por isso na grande maioria das vezes chegam sozinhos pois deixam seus familiares em outras localidades, sobretudo no Sul e Sudeste do país, e têm como objetivo somente conquistar riquezas econômicas e, em seguida, retornar para o seu *lugar* ou desbravar novas áreas a terem seus recursos explorados economicamente, e não para fixar-se num lote ou na rua, conquistando o território e o barracão.

Essa representação acerca dos que vêm de fora expressa o entendimento do que vai ser a chegada de um grande contingente de pessoas atraídas pela promessa de emprego e desenvolvimento propalada por aqueles que defendem a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Compreender o discurso do Grupo de Mulheres do Xingu acerca de serem as mulheres as principais impactadas pelas mudanças nas dinâmicas sócio-ambientais advindas deste processo implica no entendimento desta perspectiva do Outro – masculino, capitalista, perverso, desbravador e degradador do humano e do ambiente - cujos laços com o *lugar* são frouxos ou inexistentes.

QUADRO 1: DESLOCAMENTO DO "GRUPO DE MULHERES DO XINGU" PARA E NA TRANSAMAZÔNICA

No.	Nome	Origem Pai/Mãe	Local Nascimento	1a. Deslocamento				2a. Deslocamento				3a. Deslocamento				4a. Deslocamento			
				Ano	Destino	Com quem	Motivação	Ano	Destino	Com quem	Motivação	Ano	Destino	Com quem	Motivação	Ano	Destino	Com quem	Motivação
1 (1953)	Janaína	Ceará	Piripiri-PI	1953*	área rural de Altamira-PA	Família (mãe, pai, 8 irmãos e 4 irmãs)	Busca por terra para se estabelecer e manter família	1958	área urbana Altamira-PA	irmã mais velha	Estudar Instituto Maria Matias/ Prelazia Xingu	1967	área rural Altamira	retorna para casa dos pais	Lecionar no ensino fundamental	1970	área urbana Altamira	Família (marido)	Casamento e constituição Família
2 (1969)	Carmela	Cametá/Porto de Moz -PA	Iriri-PA (divisa com Mato Grosso)	1969*	área urbana de Altamira-PA	Com a mãe, uma irmã e dois irmãos	Busca por melhores condições de vida sobretudo acesso a escola.	1984	Rio - Área de Garimpo em Altamira-PA	Sozinha (sem familiares)	Trabalhar e ganhar seu próprio dinheiro	-	Boa Vista, área de garimpo Altamira-PA	Com marido	Para "trabalhar e ganhar dinheiro"	Início década 1990	área urbana Altamira	—	morte de um irmão e do assassinato de um dos sobrinhos.
3 (1969)	Sandra	Cametá/Porto de Moz -PA	Iriri-PA (divisa com Mato Grosso)	1969*	área urbana de Altamira-PA	Com a mãe uma irmã e dois irmãos	Busca por melhores condições de vida sobretudo acesso a escola.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4 (1972)	Sonia	Goiás	Goiânia-GO	1971	São Caetano- SP	Família (mãe, pai, irmãos e irmãs)	Facilidade maior de ir para a região da Transamazônica a partir de São Paulo	1972*	Altamira-PA	Família (mãe, pai, irmãos e irmãs)	Busca pela terra para se estabelecer e manter família	—	—	—	—	—	—	—	—
5 (1977)	Laura	Rio Grande do Sul	Porto Alegre - RS	1977	Medicilândia-PA	Grupo de religiosos católicos (padres e irmãs)	Prestar "assistência religiosas na Transamazônica"	1977*	Altamira-PA	Grupo de religiosas católicas (Irmãs)	"Assistencia religiosa a juventude" e lecionar.	—	—	—	—	—	—	—	—
6 (1979)	Rita	Maranhão	São Luis - MA	1979*	área rural de Altamira-PA	Família (mãe, 4 irmãos e 4 irmãs e a mãe. O pai já estava na região deste 1977)	Para viver com o pai que já havia migrado em 1977 para região e, busca pela terra e trabalho.	1986	área urbana Altamira-PA	Família (mãe, pai, irmãos e irmãs)	Melhores condições de vida, sobretudo acesso escola	—	—	—	—	—	—	—	—
7 (1985)	Roberta	Espírito Santo	Espírito Santo	Final década 1970	Novo Progresso - PA	Família (pai, mãe, irmãos, irmãs)	A busca pela terra para se estabelecer e manter família	1983	Brasil Novo-PA	Família (mãe, pai, irmãos e irmãs)	Porque adquiriram 'um lote' nesta região	1985*	área urbana de Altamira-PA	Família (pai, mãe, irmãos, irmãs)	Melhores condições de vida, principalmente acesso escola e saúde	—	—	—	—
8 (1985)	Rosana	Bahia	Bahia	1970	Belo Horizonte - MG	Família (mãe, pai, 3 irmãos, 2 irmãs, 1 irmão e 1 irmã "de criação")	A busca por melhores condições de vida e pela terra	1982	Pacajá-PA	Familiares (tia paterna e seu marido, primas e primos)	"Atrás de Terra. Por causa da melhoria [de vida]"	1985*	área urbana de Altamira-PA	Família (pai, mãe, 3 irmãos, 2 irmãs, 1 irmão e 1 irmã "de criação")	Busca por melhores condições de vida, acesso saúde, bancos, educação	—	—	—	—
9 (1989)	Silvana	Ceará	Ceará	Início década 1970	Goiânia-GO	Família (mãe, pai, irmãos e irmãs)	"Trabalho nas fazendas"	1979	Brasil Novo - PA	Família (mãe, pai, irmãos e irmãs)	Busca de terra para se estabelecer e manter família	1989*	Altamira-PA	Família (marido, filho e filha)	Melhores condições de vida	—	—	—	—
10 (1994)	Livia	—	Porto de Moz-PA	1989	Monte Alegre-PA	Família (marido e 2 filhos)	Em busca de melhores condições de vida, de emprego e moradia numa fazenda	1994	Porto de Moz-PA	Família (marido 2 filhos e 1 filha)	Perda do emprego e condições de moradia em Monte Alegre	1994* (após 3 meses)	Altamira-PA	Família (marido, 2 filhos e 2 filha. Em Altamira teve mais 2 filhas e 1 filho)	Viviam na casa de parentes em Porto Moz e se sentiam humilhados. Busca por melhores condições de vida.	—	—	—	—
11 (2003)	Fernanda	Maranhão	Maranhão	1989	Tucuruí-PA	Com Família (mãe, pai, irmãs, irmãos)	"Em busca de melhores condições de vida, de emprego"	1995	Bagre-PA	sozinha(sem familiares)	Trabalhar como Agente de Saúde a convite do Bispo da Prelazia de Cametá	1999	Áreas Indígenas da Região Xingu-PA	Equipe de trabalho	Atuação profissional na educação indígena	2003	Altamira-PA	Família (marido e 1 filha. Em Altamira teve 1 filho e está grávida novamente)	Atuação organização indigenista
12	Raquel	Ceará	Altamira-PA*	1983*	nascida em Altamira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

MAPA DE DESLOCAMENTOS DO GRUPO DE MULHERES DO XINGU NA/PARA REGIÃO TRANSAMAZÔNICA



Muitas famílias, antes mesmo das expectativas advindas com a abertura da Transamazônica, já viam na migração para essa região a oportunidade de melhorar as suas condições de vida, sobretudo devido ao acesso a terra e à educação para os filhos. Foi o que ocorreu com a família de Janaína no início da década de 1950 e com a família das irmãs Sandra e Carmela no início da década seguinte. Janaína é filha de pais cearenses que migraram para o Piauí, na cidade de Piripiri, onde nasceu. Ainda menina, em 1953, foi com sua família para o norte porque seu tio, que já estava no oeste paraense, sempre enviava recados “que tinha muita terra e que era muito bom. [E] como nós não tínhamos terra lá [em Piripiri], trabalhava de agregado, meu pai decidiu vir pra cá [Altamira]”⁵³. Assim, incentivados por familiares já estabelecidos na área rural de Altamira, Janaína, juntamente com seus pais e doze irmãos, iniciou sua trajetória em direção à região do Xingu onde o pedaço de terra para o cultivo da roça e a construção do *barraco* significava o começo da conquista por melhores condições de vida em relação à situação de agregados vivida no Piauí. As primeiras dificuldades vieram logo que chegaram no *lote*, mas vieram acompanhadas da solidariedade dos *vizinhos*.

Eu tinha 4 anos de idade e me alembro de toda essa trajetória...até chegar aqui, nas viagens tanto de barco como de trem. Então nós chegamos aqui em 1953. Eu com 5 anos de idade, lembro de algumas coisas assim... a nossa ida para a roça. E eu ... nós fomos lá pra este lugar onde meu tio morava [área rural de Altamira]. E lá ficamos um ano. Meu pai trabalhava na roça e lá ficamos já em vistas de tirar uma localidade [pedaço de terra] para nós. Aí aconteceu um acidente. Ele [pai] caiu do cavalo e amputou uma perna. Aí os vizinhos tirou este lote pra nós. De forma que quando meu pai chegou de Belém, ele perdeu a perna, teve que amputar a perna. *Quando ele chegou os vizinhos já tinha tirado o lote, feito o barraco na localidade e nós fomos morar nesta localidade*. E daí ficamos. (Janaína, em entrevista realizada em Altamira, setembro de 2008).

⁵³ Nas décadas de 1950-1960 o processo de exploração e ocupação do território intensificou-se, sobretudo, devido à construção de obras de infra-estrutura de transporte, tais como a abertura das rodovias Belém-Brasília (BR-010) e Brasília-Acre (BR-364) que, além de facilitar o acesso à região, acelerando a dinâmica de ocupação, também cumpriam o objetivo de escoar os produtos extraídos da floresta e da produção agropecuária, favorecendo e incentivando produção na região para atender, novamente, as demandas do mercado externo.

Ao contar sobre a sua vida “*lá na infância*”, Janaína enfatiza que apesar dos pais agricultores contarem com a ajuda dos treze filhos nas atividades da roça, garantiram que todos eles fossem para a escola. Apesar da *vida dura* de trabalhadores rurais, a educação para os treze filhos era um valor para os pais de Janaína que garantiram a todos aprenderem pelo menos o *ABC*, e às duas filhas mais velhas se formarem *professoras*. Janaína estudou nove anos em sistema de internato no Instituto Maria de Matias ligado a Prelazia do Xingu, na área urbana de Altamira, onde concluiu o *primeiro grau*. O que já era suficiente para lhe garantir a profissão de professora ao retornar para a área rural de Altamira após se formar. Se, por um lado, garantir os estudos das filhas poderia resultar no trabalho como professora na região, os oito filhos homens eram fundamentais no trabalho da roça.

Meus pais são de origem... são trabalhadores rurais, agricultores. Então ficamos trabalhando. Somos 13 irmãos, 5 mulheres e 8 homens. Então meu pai tinha muitos homens para ajudar no trabalho [da roça]. E era assim muito importante [a ajuda dos irmãos homens porque] meu pai tava com a perna amputada. Depois ele lutou... lutou e conseguiu a perna mecânica, na época era assim que chamava a prótese. E foi muito dura a vida. Mas ele não deixou... ele era uma pessoa, assim... muito destemida e tinha muita esperança de conseguir as coisas. Então ficamos morando na roça. E as escolas mais próximas era 8 quilômetros e meu pai mandava a gente para escola. Aprender o ABC. Os maiores tudinho [homens e mulheres] ia pra escola. Só trabalhava depois que chegava da escola. Ele acabou me trazendo pro Instituto Maria de Matias, eu e uma outra irmã mais velha, e eu fiquei na escola internada aqui no Instituto Maria de Matias nove anos. Entrei com nove anos e saí com dezoito. Terminei o primeiro grau, chamado na época o primeiro grau. E... depois que eu terminei o primeiro grau eu fui pra roça. E lá eu fui ser professora. Eu fui... trabalhei uns dois anos. De Altamira lá pra nossa casa na roça são 16 quilômetros. Andei muitas vezes este trajeto a pé no final de semana que ia passar em casa. Então foi assim a vida lá na infância, né? (Janaína, em entrevista realizada em setembro, 2008).

Provavelmente, garantir a ida das duas filhas mais velhas para estudar na cidade num sistema de internato oferecido pela instituição educacional vinculada à Prelazia do Xingu também estava relacionado com as dificuldades na criação de 13 filhos naquele contexto em que *a vida era muito dura*. Para Janaína, essa aproximação com os processos sociais desenvolvidos pela

igreja católica, resultou na sua atuação como coordenadora nas Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s. Foi assim, então, que ela iniciou suas atividades junto às comunidades e onde, segundo ela, começou a se envolver com a “luta do movimento social por justiça na região”.

[...] eu sempre fui muito ligada à igreja, meus pais sempre foram muito católicos, eu estudei.. tava no internato, e na época estava no auge as Comunidades Eclesiais de Base, né. Eu participei, inclusive fui coordenadora de CEB’s, aqui na área da catedral onde eu moro [atualmente]. Aí a gente se envolveu muito no trabalho no sentido da organização das famílias, das ruas, dos bairros na busca... as CEB’s era o seguinte, inspirado na bíblia, ver os problemas, refletir e encaminhar e buscar soluções. Cobrar que direitos... pra que estes direitos fossem garantidos pras comunidades. Então eu fazia muito isso... de monitorar... do controle social, né... até me ajudou muito a esclarecer estas questões mesmo de política, cidadania... foi importante. (Janáina, em entrevista realizada em setembro, 2008).

A busca pela educação parece marcar a trajetória de Janáina que lembra que aos 20 anos de idade se casou, trocando as salas de aula na *roça* para morar na cidade. Após ter seu segundo filho voltou a estudar e conseguiu completar o curso de magistério. Em uma de nossas conversas na sua casa, onde eu havia sido convidada para almoçar num domingo de setembro de 2008, ela me contou com muita satisfação que tem três filhos e duas filhas, “[e]stão todos criados hoje. Dois estão formados, enfermagem e pedagogia]. Os outros dois já estão se formando este ano [direito e psicologia] e tem um que ainda ta estudando [ensino médio]”. A educação aparece novamente como o símbolo da conquista pessoal e familiar por melhores condições de vida. Silva (2008) aponta a educação como um dos principais instrumentos do qual a mulher da Transamazônica pode lançar mão, tanto para a sua formação e atuação profissional, quanto para a sua inserção nos movimentos sociais.

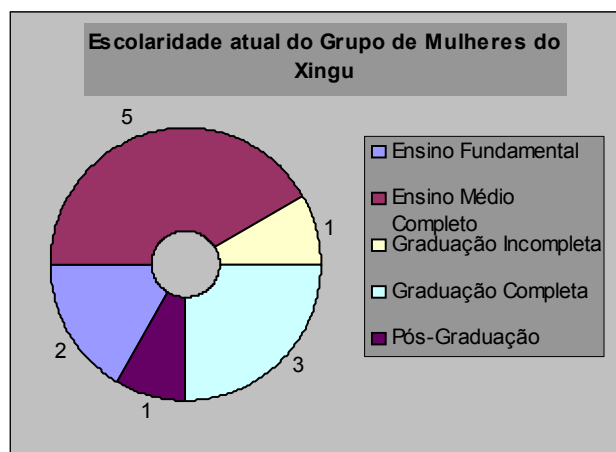
A partir de sua inserção no espaço educacional a mulher se vê instigada a buscar maior formação profissional e a se integrar mais ativamente nas organizações sociais. Em geral, as pessoas esperavam que a professora estivesse à frente das discussões e decisões que envolviam as comunidades. Desse modo pode-se concluir que a educação escolar na transamazônica se tornou o principal instrumento de formação e de inclusão das mulheres migrantes nos espaços públicos desta região (SILVA, 2008:201).

As mulheres que tinham acesso à educação passam a ser uma referência dentro das suas comunidades, pela sua atuação como professoras, mas principalmente nos trabalhos vinculados as dinâmicas dos estudos bíblicos que exigiam a presença de alguém na comunidade que soubesse ler e escrever (ADRIANCE, 1996). Conforme vimos, o acesso à educação era (e ainda é) um fator muito relevante em relação ao estabelecimento das famílias em locais onde esse acesso pudesse ser garantido e, quando não era possível, principalmente as filhas eram enviadas para a *rua* [área urbana] para assegurar ao mesmo tempo os estudos e, posteriormente, uma profissão, pois já com a quarta série do ensino fundamental, diante da falta de professores com maior grau de escolaridade, exercia-se a profissão de professora.

Esta relevância dos estudos pode ser observada no gráfico abaixo (página 93) onde observamos que das doze mulheres que compõe o grupo aqui analisado, o nível de escolaridade pode ser considerado elevado tendo em vista as dificuldades do contexto da Transamazônica, apontadas pelas próprias entrevistadas ao descreverem sua trajetória, conforme no trecho da entrevista abaixo:

O desafio era que eram doze quilômetros [até Altamira onde havia da 5^a. a 8^a. série]. Mas minha mãe falava: ‘Não. Não vai parar de estudar’. Aí meu pai comprou uma bicicleta pra cada um deles [dos filhos], que sempre trabalhou lá na roça com meu pai. Que na hora que eles chegavam da escola no outro horário eles já iam pra roça juntos. E minha mãe ficava em casa fazendo trabalho doméstico. Minha mãe fazia tudo, sempre foi muito trabalhadora. Aí eu parei na quinta série, aí eu fui trabalhar lá [na Colônia] porque assim... eu era a única que tinha a quarta série completa. Aí eu já fui ser professora dos demais. E de lá pra cá eu fui estudando à noite. Fui estudando por etapa. Aí fui fazendo tudo assim, por etapa. Depois de seis anos que eu morava lá [na roça], aí a minha mãe veio conosco pra cidade pra gente estudar. Ele [o pai] continuou lá, e eu me matriculei no colégio para fazer o magistério. *Aí foi um bocado de tempo. De luta, de luta... de luta... a gente se dedica muito aos movimentos sociais e aí a gente deixa, assim... um pouco os estudos de lado. Devido até porque o trabalho social, popular, ocupa muito o nosso tempo e a gente não consegue dividir agenda.* Aí só depois de um tempo, que eu já estava mais madura, que já tinha a minha filha aí eu falei assim: vou fazer um outro curso de nível médio. Aí depois que eu fui fazer... três vezes a tentativa pro vestibular. Aí depois de três tentativas foi que eu passei pro curso de pedagogia. Me formei em pedagogia. Eu sou pedagoga e atualmente eu to fazendo uma especialização que é no direito educacional. *Aí venho*

trabalhando. A partir daí eu venho me intensificando mais no movimento”. (Rita, entrevista realizada em Altamira, agosto de 2008).



Escolaridade	Área de Formação
Ensino Fundamental (2)	Até 4ª. série
Ensino Médio Completo (5)	Magistério (4)
	Técnico Enfermagem (1)
Graduação Incompleta (1)	História (1)
Graduação Completa (3)	Pedagogia (2)
	Teologia (1)
Pós-Graduação (1)	Especialização em Direito Educacional (1)

Considero ser possível inferir do relato de Rita que há uma relação imbricada e de via dupla entre a escolaridade e a participação no movimento social e, mais especificamente, nas Comunidades Eclesiais de Base. Apesar da demanda de tempo que esta atuação implica, as próprias necessidades advindas com a inserção no movimento social e nas CEB's é uma motivação para ampliar os estudos, ao passo que um maior o grau de escolaridade representa um aumento do potencial de participação, dada a habilidade para a leitura e a escrita e, por conseguinte, a intensificação da atuação nos movimentos sociais e da igreja. Deixo claro, contudo, que não estou apontando uma condição direta ou uma relação causal e determinante entre a escolaridade e a presença nestes espaços de organização e articulação política, uma vez que é possível verificar a participação de pessoas com baixa escolaridade e, inclusive, algumas dessas se tornam referência dentro do movimento social.

A busca pelo acesso e a garantia da educação aos filhos aparece para a família das irmãs Sandra e Carmela como o principal fator que levou a mãe delas a deixar a região do Iriri, divisa

com o Mato Grosso, em direção a área urbana de Altamira, no final da década de 1960. Filhas de um seringueiro e uma dona de casa, que mais tarde garantiria o sustento da família com o trabalho na roça, experimentaram, segundo Carmela, “*uma vida muito difícil, muito sofrida*” em uma das áreas mais afastadas das benesses existentes na sede municipal altamirense. Ao narrar um pouco a experiência de sua família *ribeirinha*, Carmela nos permite observar que o processo de migração para Transamazônica se dava, também, entre ou dentro de um mesmo município paraense.

Nós somos ribeirinhos. Nós nascemos no Iriri e... já na fronteira com o Mato Grosso. Já mais Mato Grosso do que paraense. Aí então devido a esta situação toda que a minha mãe vivia, de um lado ela enfrentava o medo de ser comida pela onça e de outro lado de ser morta pelos índios, e era uma vida muito difícil, muito sofrida. E não tinha nada, ninguém sabia de nada. Ela era totalmente analfabeta porque o pai dela era muito machista, não deixou ela estudar pra não escrever carta pra namorado. Quando ele soube que ela ia pra estudar ele veio... porque a mãe dela morreu cedo. Morreu de parto. Ela foi criada praticamente pelos outros. Aos sete anos ela já trabalhava para se sustentar. Casou muito nova. O primeiro marido dela ela tinha 12 anos. Menina ainda. A vida da minha mãe era muito sofrida. Foi sempre muito sofrida (Carmela em entrevista realizada em setembro, 2008. Ênfases minhas).

Para Carmela, a vida sofrida da mãe resultou destas condições sociais e familiares inadequadas, mas também pelo fato de viver num ambiente natural perigoso em que a ameaça do mundo “selvagem e violento” – representados para ela pelo índio e pela onça - era constante. Logo, buscava-se a segurança e melhores condições de vida na cidade. Assim, ao contrário de muitas famílias que migraram para a região da Transamazônica, o deslocamento da família das irmãs Carmela e Sandra não foi primordialmente em direção à roça – para garantir o pedaço de terra, o *lote* – mas em direção a cidade porque a vida no *meio do mato* já havia se mostrado *muito sofrida*. O acesso à educação seria garantido com a morada na cidade, mas a comida, *um feijãozinho com uma farinha, ou o peixe ou a carne com a farinha*, era garantido com o

dinheirinho do trabalho da mãe na roça. Aos poucos, a vida na cidade também implicaria mudança no costume alimentar, conforme nos aponta Carmela:

Porque na verdade a minha mãe não queria sair lá do meio do mato e voltar de novo para o mato. Então ela quis vim pra cidade [de Altamira] e ela sabia que *na cidade a gente podia ter mais acesso as coisas. Educação. Escola. Só aqui em Altamira que tinha, na zona rural na época não tinha escola, era difícil*. Então a minha mãe trouxe a gente pra cá e ela foi trabalhar na roça. Ela ia quebrar milho, tirar feijão e ganhava aquele dinheirinho e ainda trazia aquele feijãozinho pra gente comer. Na época a gente não tinha esta cultura de comer arroz, macarrão, estas coisas. *A comida nossa era um feijãozinho com uma farinha. Ou o peixe ou a carne com a farinha*. Tinha esta cultura de só comer o alimento com a farinha. A farinha e a carne era o principal alimento. A gente não tinha esta cultura e a gente foi aprendendo a se alimentar de uma outra forma (Carmela em entrevista realizada em Altamira, setembro de 2008).

Segundo Martins (1997), a fronteira não só é o lugar da violência, mas é também, em decorrência desta violência, o lugar privilegiado da regeneração até mesmo de relações escravistas de trabalho⁵⁴. Carmela quando conta sobre o seu pai que foi obrigado a permanecer na região do rio Iriri porque se encontrava em dívida com o seringalista que o mantinha preso a um ciclo perverso de exploração e dependência, ao mesmo tempo explorava sua mão-de-obra e o obrigava a comprar no seu *barracão* a altos valores.

Meu pai era seringueiro, trabalhava com a borracha. Na época que eles vieram pra cá [região ribeirinha do rio Iriri], meu pai veio de Cametá e minha mãe aqui de Porto de Moz. E minha mãe teve 4 filhos e lá a gente passava muita dificuldade, né Angela. Acho que você conhece esta história que era explorado pelo patrão. Trocavam um... não sei quantos quilos de borracha por um quilo de açúcar, por um pedacinho de sabão (...). *É hoje como se fosse o trabalho escravo daquela época. A seringa era o trabalho escravo daquela época porque o meu pai ele nunca tinha saldo. Trabalhava para morrer e nunca*

⁵⁴ Em sua análise do sistema de aviação na modernidade e pós-modernidade, Aramburu (1994) destaca que se trata de um modo de relação comercial no qual o valor financeiro que impera num processo de compra e venda é substituído pela troca entre, por um lado, mercadorias de consumo e equipamentos de trabalho que são adiantadas pelos patrões aos seus empregados-fregueses e, de outro, a mão-de-obra e produtos extrativistas e agrícolas que são entregues pelos empregados aos patrões-comerciantes como forma de pagamento. Estando presente no sistema de aviação a reciprocidade do empregado-freguês e o dever moral do patrão-comerciante enquanto molas que movem, mantêm e reproduzem tal sistema que, em relação ao sistema financeiro formal (bancário), é mais eficiente, pois consegue chegar até os pequenos produtores da região amazônica. Além de uma relação de troca comercial, trata-se também de uma relação de apoio eleitoral de políticos através das cadeias aviadoras.

tinha saldo. Então, assim, meu pai não podia vim [para Altamira] porque ele tinha uma dívida com o patrão e o patrão não deixava ele vim embora. Era assim, ele explorava a terra pública e ainda explorava o trabalhador. Eles [os patrões seringalistas] cresceram, enriqueceram. As famílias e os filhos [dos patrões]. E as pessoas que trabalharam a vida inteira para eles continuaram paupérrimas. Hoje não têm nada (...). Na época existiam os patrões mesmos, os seringalistas que eram os donos das terras e que exploravam com as pessoas. E minha mãe não queria mais aquela vida. Minha mãe ela dizia que ela queria que a gente tivesse o que ela nunca teve. Principalmente a educação. Então ela veio embora para cá com os 4 filhos. Eu era a menor dos 4. Eu tinha uns 4 ou 5 anos por aí. A gente veio embora e a gente foi morar na casa de pessoas, agregados. (Carmela em entrevista realizada em setembro, 2008).

Mesmo vivendo na área urbana de Altamira, na família de Carmela apenas Sandra, a irmã mais velha, estudou e se formou professora. Carmela aos 19 anos, no ano de 1984, deixa a sede de Altamira em direção às áreas de garimpo da região. Este movimento da sede municipal até áreas de garimpo é feito várias vezes até que no início da década de 1990 retorna definitivamente. Para a cidade de Altamira.

(...) A primeira vez que eu fui ficou muito complicado porque eu não conhecia nada, fui sem ninguém eu não conhecia muita gente, aí foi... não tinha muita experiência com a vida porque era muito nova, tinha 19 anos. Tinha saído do casamento e não tinha muita experiência, nada. Aí fui pra arrumar trabalho. A primeira vez, eu fui eu fiquei meio que conhecendo as pessoas, eu fiquei um pouco lá e peguei malária, aí fiquei poucos dias e voltei pra casa. Tratei da malária e voltei de novo. Da segunda vez eu já arrumei trabalho. Aí eu já fui certa pro trabalho. Eu cozinhava pros garimpeiros (...). Sempre [trabalhei] como cozinheira, mas às vezes eu levava roupa pra vender, perfume. Eu me virava e já ganhava um extra, né! Eu nunca tinha ganhado meu próprio dinheiro (...). Eu peguei meu primeiro dinheiro só depois do garimpo. (Carmela em entrevista realizada em Altamira, setembro de 2008).

Diante da perda de seu sobrinho, um dos filhos de Sandra, em decorrência de ações criminosas que vitimaram 26 crianças do sexo masculino em *rituais de sacrifício*⁵⁵, considerados

⁵⁵ Hubert e Mauss (1899), ao analisarem a natureza e função social do sacrifício, destacam que no sacrifício a consagração irradia-se para além da coisa consagrada, alcançando a pessoa moral, ou a coletividade - no caso das “crianças emasculadas de Altamira”, de forma traumática. Portanto, trata-se de uma consagração, mas nem toda consagração pode ser entendida como um sacrifício uma vez que nesse caso o sacrificante – objeto, alimento ou pessoa que será ofertado aos deuses - é eliminado todo ou em parte durante o ritual. Distinguindo-se, assim, o ritual sacrificial de outros rituais de oblação.

pela população e veiculados pela mídia como sendo “rituais macabros ou de magia negra”. Estas crianças foram emasculadas e, posteriormente, vinte e três delas foram assassinadas⁵⁶. Diante da *dor*⁵⁷ vivenciado pela família, a mãe pede que Carmela retorne das áreas de garimpo, onde trabalhava desde os anos de 1980. Assim, tanto para Carmela quanto para Sandra, foram as ações coletivas por justiça e para identificar e condenar os culpados pelos crimes contra as crianças que as levaram a participar efetivamente no Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade e do Comitê em Defesa das Crianças de Altamirenses.

Eu participava do movimento dos educadores, dos professores. Como eu era professora eu participava [do Sindicato dos Professores de Altamira], ainda não participava do movimento de mulheres. *A minha inclusão no movimento de mulheres já foi depois da morte do meu filho. Eu procurei a Janaína. Eu procurei a Janaína na época porque eu precisava de ajuda. E eu andava assim, atrás de uma luz, de alguma coisa que me segurasse (...)*. Aí eu resolvi a participar mesmo do movimento de mulheres, porque foi o movimento de mulheres que realmente puxou para fazer a entidade [Comitê de Defesa do Direito da Criança Altamirense]. Hoje ele [o Comitê] é formado por 11 famílias, mas [no início] eram 19 que freqüentavam freqüentemente o Comitê. Foram 26 porque foram 26 casos [de crianças vitimadas] e aí foram 26 famílias. Porque na época uns foram embora. Foram ameaçados e tiveram que ir embora. Outros quiseram sair. Aí ficaram só estes. Daí pra cá foram saindo e ficaram só 11 [famílias]. (Sandra, em entrevista realizada em Altamira, agosto de 2008. Ênfase minha).

A vida profissional fez com que Sandra se vinculasse, primeiramente, ao sindicato dos professores, mas foi a dor pela perda de um dos filhos “de forma cruel” que lhe moveu, impulsionando-a a atuar junto ao movimento de mulheres e de defesa das crianças, buscando superar a sua perda e evitar que tal dor fosse vivida por outras pessoas. Contudo, o medo e o

⁵⁶ Segundo Sandra, em entrevista realizada em Altamira, agosto de 2008, o governo do estado do Pará, naquele mesmo ano, declarou que cada um das 26 famílias das crianças vitimadas, e os três sobreviventes, receberiam uma indenização vitalícia no valor de um salário mínimo.

⁵⁷ Um olhar antropológico para a *dor e o sofrimento*, categorias sociais possíveis de serem analisadas enquanto representações coletivas, são tratado no artigo de Koury (1999). Este autor aponta para o fato de que há uma imbricada relação entre estes sentimentos que poderiam ser tomados como dimensões estritamente da emoção e da *psique* individuais, e as representações socialmente construídas no tempo-espaço acerca dos significados destas categorias.

sofrimento foram experiências que atingiram e moveram uma coletividade. Não apenas Sandra e seus familiares, mas também as outras famílias que tiveram seus filhos vitimados e todos da cidade que se sentiam temerosos e constantemente ameaçados pela possibilidade de ocorrer “novos casos de emasculação com nossas crianças”. Assim, diante da dor, as mulheres se coloram em movimento, criando ciclos – ou laços - de *reciprocidade* diante do sofrimento vivenciado coletivamente⁵⁸.

Porque naquela época as pessoas todas estavam comovidas, porque a cidade estava em pânico. As crianças não iam mais para a escola, as crianças não brincavam mais nas ruas, não tinha liberdade. Então todo mundo queria ajudar. Queria uma solução. Então foi desta forma que a gente começou [O Comitê de Defesa da Vida da Criança Altamirense]. Ele [o Movimento de Mulheres] já existia há um ano antes, mas foi através da morte das crianças que o Movimento de Mulheres se organizou. Foi esta situação, foi pela morte dos meninos. E aí formaram o Movimento de Mulheres. Depois a gente já começou a fortalecer as duas entidades. As duas entidades mais fortes do estado são o Comitê e o Movimento de Mulheres. Desde o início realmente caminhando juntos. (...). Porque foi daí que começou a minha luta. [Angela: E o que é esta luta?]. É a luta por justiça. A gente vê tanta gente assim na cara precisando de justiça e não tem quem dá essa luz. Assim com eu achei alguém que me deu essa luz então eu faço tudo também para ajudar a quem precisa (Sandra, em entrevista realizada em Altamira, agosto de 2008).

É possível observar como um ponto de aproximação das doze mulheres que se constituem enquanto um dos grupos contrários à construção da hidrelétrica de Belo Monte, é o fato de terem iniciado sua participação política através das Comunidades Eclesiais de Base, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR, ou do Sindicato dos Professores – SINTEP. Observando o quadro na página 101, pode ser verificado que das doze mulheres do “Grupo de Mulheres do Xingu”: oito fizeram referência nas entrevistas à influência de sua participação nas Comunidades Eclesiais de Base - CEB's no processo da sua formação enquanto militante dos movimentos sociais locais, pelo menos seis delas indicaram o sindicato dos trabalhadores como um dos

⁵⁸ MAUSS, Marcel (1974). “Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas” In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Edusp.

primeiros espaços em que iniciaram sua militância, e mais seis fazem referência ao sindicato dos professores. A partir destes espaços e da vivência dentro de um contexto social que, muitas vezes, trouxe dores e perdas, inclusive afetivas, irreparáveis e imensuráveis, foram se articulando em outros movimentos sociais.

Segundo Adriance (1996) as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) são pequenos grupos, formados de 10 a 60 leigos católicos⁵⁹ que geralmente vêm das classes populares, estudam a Bíblia e aplicam à militância social as reflexões extraídas desse estudo. São grupos guiados por leigos, mas a organização dos mesmos geralmente é feita e/ou orientadas por religiosas ou padres. Logo, são

antes e acima de tudo, grupos com base na Igreja e seu ativismo social deveria ser entendido neste contexto. [São] grupos religiosos, cujo papel político deriva do compromisso que têm com a fé. [Nos cursos bíblicos] as pessoas são estimuladas a olhar criticamente suas experiências cotidianas à luz das mensagens bíblicas de amor e justiça (...) essa reflexão crítica muitas vezes desemboca na militância (ADRIANCE : 1996:28-29).

Para esta autora a militância política rural tem raízes religiosas, uma vez que esta militância para a maioria das pessoas é uma consequência de seu comportamento religioso, e se efetiva através da organização de lavradores em sindicatos, partidos políticos, associações comunitárias ou grupos eclesiais, que se engajam em pelo menos um das seguintes articulações: defesa do direito de permanência na terra onde vivem, criação de programas voltados para a reforma agrária ou pressão para executar os programas já existentes, ideologia voltada para a mudança da sociedade em relação às desigualdades sociais.

⁵⁹ Essa autora define como *leigos católicos* aquelas pessoas católicas que, não obstante seu pertencimento e prática religiosa, não estão dentro da estrutura hierárquica da Igreja Católica cumprindo uma das funções ou cargos.

QUADRO 2: PARTICIPAÇÃO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA DO “GRUPO DE MULHERES DO XINGU”⁶⁰

	Comunidade s Eclesiais de Base (CEB's)	Pastoral da Criança	Comitê de Defesa do Direito das Crianças Altamirenses	Conselho Tutelar	Conselho Municipal Direito da Criança e Adolescente (CMDCA)	Movimento de Mulheres Negras Maria Maria	MMTACC	Movimento Xingu Vivo Para Sempre	Fórum dos Movimentos Sociais de Altamira	Sindicato dos Profissionais da Educação Pública do Pará (SINTEPP)	Sindicato dos Trabalhador es Rurais	Partido dos Trabalhador es (PT)	Partido Solidaridad e e Liberdade (PSoL)	
LAURA	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	
JANAÍNA	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	
SONIA	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	
SANDRA	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	
SILVANA	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	
FERNANDA	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	
ROSANA	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	participou	Sim	
RITA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	participou	Sim	
CARMELA	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	
ROBERTA	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	participou	Sim	
LÍVIA	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	
RAQUEL	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	
TOTAL	Sim	8	5	12	3	1	3	12	12	12	6	6	9	3
	Não	4	7	0	9	11	9	0	0	0	6	6	3	9

⁶⁰ A categoria “NÃO”, todas as vezes que aparece, não deve ser lida como uma afirmação de que não há ou não houve a participação das minhas interlocutoras naquela instituição. Significa, sim, que no levantamento de campo não tive informações suficientes para afirmar tal participação. Vale destacar, ainda, as duas ultimas colunas, ao fazerem referência ao vínculo político partidário do Grupo de Mulheres do Xingu, observamos que três delas já foram filiadas ao PT, mas, segundo elas, como o “PT depois que ganhou as eleições [governo estadual e deputados federais] vêm se posicionando à favor da hidrelétrica ou fica em cima do muro”, e por se considerarem “radicalmente contra Belo Monte”, se desligaram do PT e se filiaram ao PSoL que, na visão delas, coaduna com este posicionamento contrário à Belo Monte.

Figura importante desta articulação da igreja católica junto ao movimento social na Transamazônica, apontada tanto por lideranças destes movimentos quanto em pesquisas realizadas na região (SILVA, 2008; ADRIANCE, 1996; entre outros), é o Bispo Dom Erwin Krautler que assumiu a Prelazia do Xingu na década de 1980, voltando-se para uma orientação que colocava em foco as questões sociais e encorajava os padres a mudar seus métodos de atuação objetivando a organização das Comunidades Eclesiais de Base. Foi também nesta década que missionários vindos da região Sul do Pará, onde já haviam desenvolvido ações junto às comunidades de base e sindicatos, organizaram um escritório diocesano da Comissão Pastoral da Terra para atuar na Transamazônica. Colaborando, assim, com a Prelazia do Xingu em relação à formação das CEB's e ao apoio as comunidades para se organizar em Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e garantir seus direitos (ADRIANCE, 1996). O papel da igreja, através das CEB's, na formação religiosa e política, sobretudo das mulheres, é também destacado por Silva (2008):

E sob o binômio fé e vida, tão cara a igreja que se fez marcar pela opção preferencial pelos pobres, se formou uma geração de mulheres que, comprometidas inicialmente com as necessidades imediatas e particulares de sua família, encontraram no espaço da igreja, condições para desenvolver-se tanto na esfera individual quanto social, passo estratégico para uma intensa participação política (SILVA, 2008:191).

Conforme aponta Adriance (1996), a presença das CEB's é um dos fatores que incentivaram a organização de trabalhadores rurais em torno dos sindicatos. Por outro lado, a atuação como professora implicava, muitas vezes, na filiação ao sindicato dos professores. Criando-se, assim, um estreito vínculo entre domínio da leitura e da escrita, atuação profissional e religiosa, com a filiação aos sindicatos dos trabalhadores rurais e/ou dos professores. Este ciclo

pode ser observado na trajetória de vida de Irmã Sônia que chega na região da Transamazônica com sua família em 1972 que também buscava “*tirar um lote*”:

E aí eu fui crescendo assim, nas comunidades, nos movimentos e depois eu fiquei Irmã aqui [em Altamira]. Aí eu participei de todos os movimentos. Movimentos de jovens, movimento das comunidades [Eclesiais de Base], movimento dos trabalhadores rurais, filiada do partido... e aí começa a filiação nos partidos. Aí depois foi criando aqueles laços de amizade entre as pessoas. Aí depois surgiu a questão de Belo Monte, aliás, de Kararaô. Eu cheguei aqui [em Altamira] em 72, na abertura da Transamazônica, e já ali eram as mulheres que davam as idéias ou que abria frente e aí os homens também davam um apoio. Aí tivemos já... *peelo fato de tá num lugar de muito sofrimento, acho que isso também uniu*. Eu participei da greve da usina de Pacal que foi uma coisa muito dolorida, de uma certa forma. E de muitos outros movimentos e aí a gente vai crescendo naquela consciência e naquela [vontade] de vê o novo. Aqui em Altamira [cidade] já era povoado e cada um já tinha os seus [lotes] então tinha que partir mesmo pra Transamazônica. Ou leste ou oeste. E nós fomos pra oeste. E nesse vai e vem as mulheres que se aglomeravam nas agrovilas e os maridos que saíam procurando terra. Então ali a gente ia de mutirão... lavava roupa, pra buscar água, porque o INCRA havia prometido muita coisa que não deu. Então a gente tinha que ir lavar roupa há 2 Km no igarapé Lajeado. E com isso foi criando forma de resistência também. Muitos voltaram, outros morreram. E depois eu fiquei Irmã e já vim pra cá [pra cidade]. (Irmã Sonia em entrevista realizada em Altamira, setembro de 2008).

A greve da Usina do Pacal ocorrida no início dos anos de 1980, trata-se de uma das manifestações reivindicatórias de trabalhadores de uma usina pernambucana canavieira instalada na Transamazônica, que explorava a mão-de-obra dos migrantes ali estabelecidos sem garantir-lhes seus direitos. Esta situação foi vivenciada pelas religiosas, Irmã Sônia e Irmã Laura, de forma *muito dolorida*. Também foi este momento em que Irmã Laura considerou ter vivido seu primeiro “*choque social*” após sua chegada na Transamazônica. No final da década de 1970, a abertura da Transamazônica, por um lado representou esperança de muitas famílias, sobretudo em relação ao acesso a terra, também trouxe muitos conflitos, não raro motivados pelas disputas agrárias ou pelas reivindicações por condições de trabalho mais justas como revela um pouco Irmã Laura ao contar do primeiro impacto que sentiu ao se deparar com a violência contra os

trabalhadores rurais, logo que chegou à região atendendo ao pedido de membros da igreja católica que já atuavam na região do Xingu, conforme relato de Irmã Laura:

Eu cheguei em 77. Porque em 1975, Dom Eurico junto com o Padre Frederico foi até Porto Alegre pedir socorro. Porque a Transamazônica foi aberta, o povo foi trazido, mas ninguém se preocupou na questão de dar uma assistência religiosa a este povo. (...) O destino principal era ocupar a Transamazônica: Brasil Novo, Medicilândia e Uruará. (...) Vir pra Amazônia, meu Deus! Dei um pulo, dei salto de alegria [risos]. Aí eu vim trabalhar aqui [Altamira]. (Irmã Laura em entrevista realizada em Altamira, setembro de 2008).

O assassinato de dois colonos que trabalhavam numa usina canavieira desencadeou ações reivindicatórias das famílias, que primeiro ocuparam o escritório da empresa e, posteriormente, impediram o trânsito na Transamazônica fechando o trecho entre os municípios de Medicilândia e Uruará em protesto pelas péssimas condições de vida dos colonos que tinham sua forma de trabalho explorada, por vezes, culminando em violência física nas suas formas mais perversas. Assim, para Irmã Laura, após sua chegada em Altamira em 1972, “o primeiro choque social que tivemos foi com a morte de dois irmãos cearenses” no município de Medicilândia. Irmã Laura relata que os assassinatos se deram em decorrência da reivindicação junto à empresa pernambucana canavieira que usou de meios, considerados pelos trabalhadores, como injustos para medir o trabalho de corte de cana e efetuar o pagamento. Quando aguardava na beira da estrada, junto com seus dois filhos, uma ‘carona’ para chegar até Altamira, os dois irmãos foram surrados com pedaço de pau na frente dos filhos, e sumiram durante três dias sendo então encontrados seus corpos totalmente desfigurados. O desespero da esposa de um deles que ao longo dos três dias contou com ajuda de outros colonos para procurar o seu marido encontrado morto no canavial. Como mostra Irmã Laura em seu relato:

E a mulher [esposa de um dos homens assassinados] foi lá em casa dizendo o que tinha acontecido e o marido não tinha voltado ainda. Naquele tempo não tinha nem um telefone, não tinha nem um tipo de comunicação (...) Aí foi aquele rolo, procuraram... procuraram... eu sei que na terça-feira a mulher entrou lá em casa gritando: *'Eu quero meu marido. Eu quero, eu quero, eu quero'*. E ela tava ainda amamentando o [filho] mais novinho. A gente deu uma água com bastante açúcar para ela acalmar e a gente poder conversar e... fazer... mas também solução nós não tínhamos. Finalmente, na quarta-feira, em Medicilândia os homens começaram a rondar, procurar estes homens e não acharam. Foi aí que eles fizeram uma corrente assim para andar pelos canaviais e finalmente encontraram a partir de uns urubus que estavam rondando qualquer coisa. E aí eles pegaram... quando chegaram lá perto, os dois [irmãos cearenses] estavam semi-enterrados num canavial, no [Travessão] 85 Sul. Aí eles foram e tiraram eles de lá e foi feito o enterro aqui em Altamira. Quando chamaram a mulher (...) e perguntaram se era o marido, ela disse... porque eles [os assassinos] tinham raspado a cabeça, cortado a língua, furado os olhos. Então ela disse: "Se é meu marido eu não sei mas o calção é dele". E foi aquele desespero. (Irmã Laura em entrevista realizada em Altamira, setembro de 2008).

Conforme podemos apreender do relato abaixo, a assistência religiosa a que se refere Irmã Laura não se restringia à dimensão das práticas estritamente religiosas, mas também é marcada pelo apoio à organização social e política destes trabalhadores da região da Transamazônica, simbolizada no preparo do alimento, objetivando a garantia da continuidade no processo de luta social para que as famílias pudessem estar prontas para ir em frente e garantir melhores condições para estabelecerem-se na região.

Então nós levávamos ovos, queijo e pão. São comidas rápidas. Frita um ovo e bota no pão e com um queijo e aí você tá... pronto para ir pra frente. E aí então cada semana a gente ia duas ou três vezes para lá. Pra ver como que tava. Ficava no acampamento. E meados de maio, naquela noite o povo decidiu acampar. Todos eles munidos de armas nas botas. E então, uniram Uruará e Medicilândia. Fecharam a estrada. Aquilo deu um revertério doido. É... material estragado, gente revoltada... por isso aquela ponte lá logo depois de Medicilândia a gente sempre... sempre chamamos de Ponte da União, porque lá uniu Medicilândia e Uruará. E aí colocaram trator em cima da ponte. Uma tora lá na entrada do Pacal, e pra fechar e não ter possibilidade de atravessar. E aquilo foi... era muita gente acampada lá. Em média a gente servia 500 pratos. Debaixo de lona (...). E lá tinha muita mulher da colônia loira, e a polícia vinha toda hora. E eles [policiais] achavam que todas as pessoas claras, de óculos, eram Irmãs. Então iam atrás. E as nossas (Irmãs) se escondiam por debaixo da ponte para não serem reconhecidas. (Irmã Laura em entrevista realizada em Altamira, setembro de 2008).

No relato de Irmã Laura é possível apreender que a presença e o apoio de alguns dos membros da igreja católica ao movimento social era marcante, ao observarmos que naquela manifestação dos trabalhadores da Usina do Pacal as religiosas eram o alvo principal da repressão policial. Identificadas a partir de um estereótipo do tipo físico de pessoas de origem do sul do país – mulheres altas, loiras e brancas - provavelmente criado em função de naquele período ter se deslocado para a região um número expressivo de religiosos procedentes desta região e, em grande parte, voltados a apoiar a organização da população local através das CEB's, Sindicatos e Pastoral da Terra.

Neste contexto sócio-político de efervescência dos movimentos sociais, no final da década de 1970 até meados dos anos 1980, foram as famílias de Rita, de Roberta, de Rosana e de Silvana que seguiram em direção à região da Transamazônica. É interessante observar que a partir do deslocamento das famílias do Grupo de Mulheres do Xingu (ver quadro e mapa de deslocamento nas páginas 87 e 88) nas décadas de 1960-1970 a migração ocorreu entre estados de outras regiões do país, sobretudo Nordeste⁶¹, ou de outras regiões do Pará tendo como destino principal o município de Altamira, seja na sua área rural [os lotes] ou na sua área urbana [na rua]. Nas décadas seguintes ocorreu primeiramente o deslocamento em direção a outros municípios cortados pela Transamazônica, tais como Brasil Novo, Pacajá e Porto de Moz. Num momento posterior ocorria, então, o deslocamento no sentido destes municípios para a sede de Altamira que então ia se tornando um município pólo daquela região, dada as melhores condições e acesso principalmente à saúde e à educação. Outra característica diferenciadora da migração que se deu no início dos anos de 1980, num contexto político-econômico nacional distinto, era o fato de não

⁶¹ Conforme podemos acompanhar no quadro da página 11, das doze mulheres que pertence ao Grupo aqui analisado, cinco são de origem nordestina, uma da região centro-oeste, uma da região sudeste e uma da região sul do Brasil. Quatro destas mulheres nasceram no estado do Pará. Sendo que Sandra, Carmela e Lívia nascidas na década de 1960 e Raquel, filha de uma das lideranças do movimento de mulheres que migrou do nordeste com sua família no final da década de 1970, nasceu na década de 1980.

mais predominar a migração incentivada por programas governamentais. Todavia, ainda continuava intenso e contínuo o fluxo de famílias que migraram para a região da Transamazônica, como é o exemplo da família de Silvana, de origem nordestina que apoiada em recursos próprios foi buscar, primeiramente no município de Brasil Novo, atender as expectativas de melhores condições de vida para a família, simbolizada pelo acesso a terra e, posteriormente, se instalar na sede do município de Altamira:

Na verdade, alguns pesquisadores, no caso [do tipo de migração] da minha família eles chamam de... colonização espontânea. Porque nós não viemos na década de 70 trazidos pelos militares. Nós já viemos em 79. Mas o objetivo foi esse, de buscar um pedaço de terra. Tanto que lá em Goiás a gente vivia morando de favor. Todo ano morava numa fazenda, né. Que hoje é Tocantins, mas a gente morava... todo ano tinha que se mudar. Nós viemos pra cá em busca desta promessa da terra, não trazido pelos Militares. Que a gente chama de colonização espontânea. Meu pai... veio todos os parentes do meu pai também. Em 79 que nós viemos aqui pro Pará. Pra um lugar chamado Brasil Novo que ainda pertencia ao município de Altamira. Em Altamira mesmo eu cheguei aqui em 89 no auge do encontro dos povos indígenas do Xingu. *Só que como a gente já tinha vindo daquele movimento da igreja a gente já tinha noção de todo aquele movimento* (Silvana em entrevista realizada em Altamira, setembro de 2008).

Apesar das mudanças ocorridas no cenário político-econômico nacional, nota-se que a busca pela terra, bem como a vivência e o envolvimento com as questões da comunidade através das CEB's e da articulação junto aos agricultores, continuava marcando fortemente a vida daquelas pessoas que migraram para a região no início da década de 1980 em diante. Também é possível observar que um dos principais fatores acionados no relato das mulheres que migraram nesse período ainda permanecia sendo a questão da vida dura que causava estranhamento e choque diante do sofrimento e da dificuldade vivenciados naquele novo cenário:

Meus pais são agricultores. Ele [o pai] não queria ter muita terra, mas um tanto onde pudesse criar a família melhor. *Aqui nós nos deparamos com muita dificuldade.* Nós achamos que lá [no Espírito Santo] tinha bastante, mas em relação a educação... nós compramos um lote muito longe. Na região de Brasil Novo. Lá nós tínhamos que andar 35

quilômetros, as vezes tinha que passar dentro de igarapé... então nós tomamos aquele choque. *A gente não era acostumada a essa realidade e nós não agüentamos.* Em dois anos nós mudamos de lote, de Travessão. E então nós vendemos o lote. A minha luta mesmo começou em Brasil Novo quando eu comecei nos movimentos sociais. Nesse Travessão ainda a gente se organizava em Comunidades [Eclesiais de Base]. Pra celebração da missa e tudo... e como eu nasci desde lá do Espírito Santo numa família católica, meu avô foi fundador de várias comunidade, assim eles diziam, então eu já nasci nesse meio e a [minha] mãe continuou. Quando nós chegamos aqui [Brasil Novo] que eu fui assumir mais o trabalho de liderança. No sindicato dos trabalhadores rurais e no movimento de mulheres. O movimento de mulheres iniciou em Brasil Novo. E aí eu era a mais nova do grupo, tinha uns 14 ou 15 anos e me colocaram para viajar para Santarém. E a gente ia pra lá fazer curso, tudo pra lá. (Roberta em entrevista realizada em Altamira, setembro de 2008).

A percepção de Rita sobre a vivência naquele contexto também aponta para uma condição de dificuldade e superação através “da vida em comunidade”:

Os seis anos que eu passei lá no lote [área rural de Altamira], cinco ou seis anos, eu participava de outras atividades... dos agricultores lá... então naquela época a gente tinha muita assistência da EMATER. Eles faziam muito seminário, mas lá mesmo nos lote. A gente dava aula e lá a gente articulava as mães dos alunos que era agricultora, e tudo... os homens que também eram agricultores, pra fazer aquelas oficinas que era de produção. Que é transformar o cacau em doce, em calda, em mel... todas essas coisas assim. (...) Então, eu participava destes eventos, que era a nossa realidade lá mesmo. E outros [eventos] era a questão cultural. As pessoas gostavam de se reunir no sábado, no domingo...e eu sempre fazia parte daquele movimento com a comunidade. Eu. É esta cultura de fazer parte assim... inclusive eu tenho dois irmãos que são professores e... um é pedagogo, da minha área também, e o outro é geógrafo, e ele tem essa mesma base assim, t na comunidade’, aproveitar para fazer parte... pras pessoas não ficar deslocada. E a gente fazia. *Eu sempre participava da convivência da vida da comunidade.* Pra gente trabalhar bem, pra comunidade ficar satisfeita com o trabalho da gente, né! Apesar da gente não satisfazer todo mundo, mas a partir do momento que a gente tem compromisso com eles, eles têm compromisso com a gente. (Rita, em entrevista realizada em Altamira, agosto de 2008).

Assim, primeiramente os deslocamentos interestaduais e inter-regionais foram motivados pelo acesso a terra, posteriormente a busca por melhores condições de saúde e de educação, e de serviços como, por exemplo, a existência de bancos, correios, telefones públicos, transporte e comércio, o que fez com que houvesse uma circulação entre os municípios da Transamazônica. Como nos conta Rosana que migrou para área rural de Pacajá juntamente com a família do tio paterno e, depois reencontrou seus pais e irmãos que, após terem deixado a Bahia, indo “*tentar a*

vida” em Belo Horizonte - Minas Gerais, seguiram em direção a área rural de Pacajá. Após algum tempo vivendo na área rural, por iniciativa da mãe, mudaram-se para o vilarejo de Pacajá justamente porque lá poderia se encontrar, ainda que muito precariamente, melhores condições que aquelas vivenciadas na área rural:

Era um vilarejo chamado Pacajá. É tanto que Pacajá pertencia a Portel. Hoje é um município, como que fala.... desligou, né. Municipalizou. Mas até hoje pertence a Portel. Tem um banco precário lá. Num tinha banco. Num tinha correio. A gente deixava a correspondência não sei aonde. Pra você vê como é que eu podia entrar em contato com a minha mãe. Telefone lá, até hoje é um sacrifício (Rosana, em entrevista realizada em Altamira, agosto de 2008).

Assim, melhores condições de vida seriam garantidas através do deslocamento entre os municípios da Transamazônica, mas, sobretudo a partir da participação em movimentos sociais reivindicatórios. Essa organização política nos movimentos sociais foi sendo forjada ao longo do processo de fixação destas famílias na região, tendo como objetivo garantir direitos que iam desde a conquista da terra juntamente com apoio técnico-financeiro governamental, passando pela reivindicação pelos direitos trabalhistas e acesso à educação, saúde e transporte. Reivindicações essas que muitas vezes culminaram em ameaças ou na prática da violência física, dos assassinatos de lideranças e de sindicalistas. Para atender a estes objetivos, e dadas as novas demandas daquele contexto, foram surgindo também novas articulações, tais como o movimento de defesa dos direitos das crianças e das mulheres, movimento negro e movimento pela preservação ambiental na Transamazônica, sempre com a presença proeminente das mulheres neste cenário político e social.

A partir de uma necessidade bastante forte que acontece, por exemplo, eu me lembro que quando as mulheres começaram a se organizar foi porque sentiu a necessidade porque sofria muita violência. Violência sexual, né. As vezes não tinha onde buscar apoio. Então

elas viram... as mulheres viram essa necessidade de tá se organizando. Não só a violência contra as mulheres, mas a violência em geral. Altamira foi e ainda é uma cidade que acontece muitas coisas e fica impune. É isso que acontece, não só por causa da violência, que em muitas cidades acontece, mas para dá um direcionamento. Para dá uma solução. Aí que elas viram essa necessidade de tentar amenizar este problema. [Mas] o fato maior que teve foi a questão da emasculação das crianças. Existia a luta mas não era assim... as mulheres tomaram pra si... a partir da emasculação das crianças e da morte das mulheres que teve [em Altamira]. Então todas as lutas em defesa da pessoa, seja homem ou seja mulher, são as mulheres que estão liderando. De contrapor qualquer tipo de injustiça (Roberta em entrevista realizada em Altamira, setembro de 2008).

Entrelaçadas e interdependentes, a memória social deste grupo e a memória autobiográfica de cada uma das mulheres que testemunharam e vivenciaram a ocupação da Transamazônica, constituem um quadro de lembranças de um de *lugar* marcado pelo “sofrimento e dor”, onde a “vida era muito dura e difícil” (HALBWACHS, 2004). Mas, vivenciar este lugar implicou experiência transformadora através da luta social de vários grupos, mas muito peculiarmente das mulheres (SILVA, 2008). Essa memória social que remete a um tempo de processos transformadores e de conquistas, conduz estas mulheres para um mesmo ponto, na medida em que compartilham um entendimento de que a continuidade e as melhorias de vida por elas ainda almejadas serão forjadas em suas articulações políticas, num contínuo movimento.

Filhas de famílias migrantes, ribeirinhas, extrativistas e agricultoras, este Grupo de Mulheres do Xingu apresenta pontos comuns em relação a sua formação escolar, a sua participação religiosa, sobretudo, através das CEB's e a articulação política por meio de suas vinculações nos sindicatos dos trabalhadores rurais e dos professores. A partir daí houve um desdobramento que culminou na participação em outros movimentos sociais, pois naquele contexto sócio-político de ocupação e de fixação na Transamazônica, a articulação através dos movimentos sociais era e ainda é um dos principais instrumentos compreendidos como aqueles através dos quais serão superadas as situações de injustiças vivenciadas por elas, por seus

familiares e por tantas outras famílias, que assim como as suas para ali foram se fixar e buscar uma vida mais digna.

O acesso a terra, objetivando melhores condições de vida foi a principal motivação deste processo de deslocamento a partir de várias partes do país no sentido da Transamazônica. Depois de fixados, o rio Xingu revela-se como símbolo de um novo movimento, pois tem sido ameaçado pela possibilidade da construção da hidrelétrica de Belo Monte. Dentre as várias visões acerca das transformações a que estarão expostos pelos impactos causados por esta hidrelétrica, o Grupo de Mulheres do Xingu a identifica como uma ameaça ao seu modo de vida.

No início da década de noventa, o Grupo de Mulheres do Xingu já havia se estabelecido na sede de Altamira onde, conforme relatado por Carmela, ocorreu uma série de acontecimentos que as colocaram numa mesma articulação reivindicatória, inclusive, em alguns casos, tornando-se referência de apoio umas para as outras em relação à superação dos assassinatos de crianças e de mulheres que acometeram diretamente as famílias de algumas delas. Este tem sido o evento de relevância apontado por estas mulheres, figurando como aquele que as motivou a se unirem na organização e na participação em movimentos que reivindicavam a garantia dos direitos, bem como a segurança de mulheres e de crianças que ali viviam. Resultando na organização tanto do Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e Cidade (MMTACC) quanto do Comitê de Defesa do Direito das Crianças Altamirenses – CDDCA.

Dada a importância e a relevância política destas duas entidades sociais, vale a pena nos apreendermos um pouco mais neste ponto, sobretudo porque o MMTACC, que agrega o Grupo de Mulheres do Xingu, é uma das organizações sociais locais de forte expressão em relação a defesa do rio Xingu e seu posicionamento contrário a hidrelétrica de Belo Monte, conforme já vimos em alguns dos relatos tomados como referência acima.

3.2 As Mulheres no Movimento⁶²

Logo que se entra na sede da FVPP (Fundação Viver Produzir e Preservar) é possível visualizar uma ampla sala de espera onde está um par de sofás de dois lugares, e três réplicas de tatus talhados em madeira que dão um ar agradável àquele espaço. Ao todo são nove salas onde alguns movimentos sociais têm sua sede instalada, dentre as quais o MMTACC. A sala onde se dá todo o fluxo de atividades e atendimento feito pelo movimento de mulheres encontra-se à esquerda de quem entra no pequeno prédio de cor verde, onde, já na fachada, é possível identificar algumas das entidades que ali funcionam (FETAGRI – Federação de Trabalhadores da Agricultura, CFR's – Casa Familiar Rural, GTA – Grupo de Trabalho da Amazônica, MDTX- Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu, e o MMTACC). Estas entidades locais estão em diálogo e articulação política de outras organizações sociais de abrangência regional, nacional e internacional, conforme podemos observar no quadro da página 114.



⁶² Outros autores dão conta de forma mais contundente da discussão acerca desta noção de movimentos sociais, não sendo este o foco desta pesquisa, não pretendo aprofundar uma análise sobre movimentos sociais. Assim, peço que o olhar do leitor seja orientado por essa opção metodológica e analítica. Para um aprofundamento das discussões sobre movimentos sociais, e das várias matizes a ela vinculadas, consulte, por exemplo, *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras*. Organizado por Sonia E. Alvarez, Evelina Dagnino, Arturo Escobar, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, dentre outros.

Nas paredes da sala onde funciona o MMTACC podemos observar afixados alguns cartazes de eventos promovidos ou que tiveram efetiva participação do movimento de mulheres, tais como o “Encontro Xingu Vivo para Sempre”; um painel com fotos da passeata realizada pelas ruas de Altamira em 2007 em comemoração ao dia Internacional da Mulher; um cartaz onde se vê uma foto da missionária Doroty Staing⁶³; e um quadro de recados onde há alguns convites para participação de eventos que ocorrerão na cidade. À direita de quem adentra a sala está o computador sobre uma mesa e ao lado há também um arquivo e um armário, onde se encontram alguns livros, cartilhas e caixas de arquivos. Há uma mesa no canto esquerdo sobre a qual encontra-se um telefone e uma televisão que, geralmente, fica ligada no horário de almoço para que se possa acompanhar os noticiários locais.

⁶³ Assassinada em abril de 2005 no município de Anapú por pistoleiros a mando de pessoas que buscam impedir mediante ações truculentas, que projetos que regulamentam o uso coletivo da terra - tais como as Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), veementemente defendido por Irmã Doroty como uma alternativa local sustentável - sejam efetivados na região por julgarem ameaçados seus interesses ligados à posse de terra, em grande parte de forma ilegal através da prática de grilagem, ou seja, de títulos de propriedade falsificados.

**QUADRO 3: ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA
ARTICULADAS COM O “GRUPO DE MULHERES DO XINGU”**

CATEGORIAS	QTDADE	MOVIMENTOS E ENTIDADES SOCIAIS/INSTITUIÇÕES/PARTIDOS POLÍTICOS
Organizações Religiosas	06	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) • Pastoral da Criança • Pastoral da Terra • Comissão Justiça e Paz (CPJ) • Conselho Indigenista Missionário (CIMI) • Prelazia do Xingu
Organizações/Instituições de Defesa dos direitos da Criança e Adolescentes e Conselhos Municipais	05	<ul style="list-style-type: none"> • Comitê de Defesa das Crianças Altamirenses • Conselho Municipal de Defesa da Criança e Adolescente - CMDCA • Conselho Tutelar • Conselho Municipal de Saúde • Conselho Municipal de Educação
Movimento de Mulheres	03	<ul style="list-style-type: none"> • Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade - MMTACC • Movimento de Mulheres Negras Maria Maria • Movimento de Mulheres do Campo e Cidade do Estado do Pará – MMCC
Sindicatos	03	<ul style="list-style-type: none"> • Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) - Altamira • Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEP) Federação de Trabalhadores da Agricultura – FETAGRI
Movimento de Defesa do Meio Ambiente e dos Direitos da População Altamirense	06	<ul style="list-style-type: none"> • Movimento Xingu Vivo para Sempre • Fórum Popular dos Movimentos Sociais de Altamira • Fundação Viver Produzir e Preservar/Movimento Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu – FVPP/MDTX • Grupo de Trabalho da Amazônica (GTA) • Instituto Socioambiental (ISA) • Conselho das Reservas Extrativistas Riozinho do Anfrísio e Iriri
Partidos Políticos	02	<ul style="list-style-type: none"> • Partido dos Trabalhadores (PT) • Partido Solidariedade e Liberdade (PSoL)
ONG's, Movimentos Ambientistas e Agências de Fomento	06	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo Dema/FASE Amazônia • Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) • International Rivers Network • Instituto Socioambiental • Fundação Henrich Böll • Fundação Ford
TOTAL		31

*Este quadro não dá conta de todas as organizações sociais que, provavelmente, ali existam e atuam. Somente faz referência àquelas que foram citadas por minhas interlocutoras nos momentos das entrevistas, nas conversas informais ou a partir das observações que fiz em relação às redes de articulação tecidas por elas, sobretudo quando solicitavam a minha ajuda na elaboração de documentos destinados a algumas destas instituições, ou de manifestos repudiando a construção da hidrelétrica Belo Monte que tinham estas organizações como signatárias.

O movimento de mulheres de Altamira (MMTACC) conta atualmente com cerca de 400 associadas⁶⁴. Das doze mulheres que constituem o grupo de interlocutoras com o qual dialoguei-aquelas consideradas inter e intragrupo como “as que estão a frente” das atividades reivindicatórias ou da “luta por justiça” desenvolvidas pelo movimento social local -, oito se identificam primordialmente enquanto militantes do MMTACC; três se identificam primeiramente como pertencentes ao Movimento Negro; e uma como integrante do Fórum de Movimentos Populares de Altamira.

Tudo que elas [do MMTACC] fazem eu faço. Tudo que eu faço elas fazem - [Angela: Então hoje a senhora se sente do movimento de mulheres?] - É... nós criamos o Fórum Popular. O Fórum Popular ele é a união de todas as forças popular e social. Eu sou também do... tudo que o movimento de mulheres faz eu também participo, mas e aí como identidade minha eu sou do Fórum Popular. E dentro do Fórum Popular a gente mexe em todas as frentes que atacam a vida. Se é uma mulher que tá sofrendo, se é uma família que tá sendo humilhada, se é uma família que tá sendo despejada ou se é um grupo fazendo uma ocupação aí e tem alguém... aí a gente mexe... (Irmã Laura, entrevista realizada em Altamira, agosto de 2008).

Apesar disso, todas elas mantêm uma intrincada articulação que as faz convergir para as ações do MMTACC, não obstante as tensões existentes dentro do grupo, conforme tratei no segundo capítulo⁶⁵, sobretudo àquelas relacionadas às diferenças étnico-raciais que acabam sendo a motivação da formação de outro grupo, ou sub-grupo, que compartilham uma identidade étnico-racial e uma ideologia política partidária divergente das demais, demarcando, assim, posições distintas e, algumas vezes, opostas. Segundo Janaína, ao acrescentar a palavra *Trabalhadora* no nome dado ao movimento de mulheres, elas buscaram se distinguir enquanto trabalhadoras das

⁶⁴ Ser associada do movimento de mulheres implica no pagamento anual da quantia de dois reais (R\$ 2,00). Contudo, segundo uma das interlocutoras, esta taxa somente é paga por no máximo 20 mulheres ao todo, o que não implica nenhum tipo de restrição em relação ao acesso as atividades e conquistas obtidas pelo MMTA.

⁶⁵ Além destas 12 mulheres indicadas pelo próprio grupo como sendo referências, destaco que algumas mulheres indígenas têm sido fundamentais, sobretudo, no que se refere a dar visibilidade à luta pela preservação do rio Xingu, contrapondo-se à construção da hidrelétrica de Belo Monte. Contudo, dado os limites próprios do processo de elaboração de uma dissertação, não foi possível desenvolver de maneira satisfatória esta dimensão da participação das mulheres indígenas no movimento.

“mulheres burguesas”, que poderiam participar do movimento desde que aceitassem seus objetivos e estatuto.

As mulheres que estão à *frente* das atividades são aquelas lideranças legitimadas pelo grupo de militantes do movimento de mulheres, de seringueiros ou de moradores das reservas extrativistas, de pescadores, de ribeirinhos e de indígenas que demandam do movimento de mulheres. Estas demandas estão voltadas para a aquisição de medicamentos, de vagas para atendimento nos serviços de saúde oferecidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS e pelo Programa Saúde Família e de documentação civil; ações contra a violência e a exploração sexual de crianças e de adolescentes, e por justiça nos casos de assassinatos de mulheres em função da violência doméstica; pela preservação de igarapés e do rio Xingu e suas praias; pelo enfrentamento ao desmatamento e à exploração ilegal de madeira na região; pela garantia do acesso terra com condições de trabalho; dentre outras reivindicações. Sandra falou-me sobre como as tarefas são divididas entre as doze mulheres que se organizam em “Grupos de Trabalho”, os quais ficam responsáveis pelos encaminhamentos das demandas que chegam à elas. Nota-se, contudo, que essa divisão parece não ser rígida, podendo-se encontrar uma mesma mulher atuando em mais de um grupo de trabalho, já que as demandas são muitas.

Dentro do movimento de mulheres tem os grupos de trabalho. Tem o Grupo da Violência, dos Direitos Humanos, da Educação e da Saúde. O [Grupo] da Violência, a gente acaba fazendo também. É aquele que a mulher chega espancada e a gente acompanha na delegacia, vai acompanhar, vai procurar ajudar. Aquela que tá com direito violado, é o marido que tá doente, alguma coisa aconteceu... a questão da terra. A gente é muito procurado por causa da violação da terra. Os grileiros que tão tomando as terras... tudo isso tem nos procurado e quem tem coragem de enfrentar tudo é o movimento de mulheres. Então... e internamente a gente tem nossas divergências porque nem todo mundo concorda com a idéia de um, a idéia do outro. Então a gente vai discutindo. Dentro do movimento de mulheres nós temos mulheres que se identificam com a questão na luta do meio ambiente, ambientalista. Aí temos mulheres que se dedicam especificamente na questão da criança. Nós temos mulheres dentro do movimento amplo, que se identificam com a luta do combate ao racismo. Então é uma diversidade dentro do nosso movimento de mulheres que é a questão dos direitos humanos. Pra você vê, cada uma de nós... e isso

não foi imposto não. Foi afinidade. (...) Cada uma tem sua afinidade, agora nós temos que ter sabedoria para unirmos essa afinidade num *locus* maior, que é a sociedade. (Rita, em entrevista realizada em Altamira, setembro 2008).

A partir de 1990 as água do rio Xingu tornam-se, então, esse *locus* maior de atuação que leva algumas mulheres a se organizarem e se inserirem num movimento em defesa desse curso d'água compreendido e vivenciado nas suas diversidades:

Em 88 a gente já participou [das manifestações contestatórias promovidas pelo movimento indígena]. Viemos pra lá pra fazer fileira [fortalecer a resistência juntamente com os indígenas], entendeu? Depois, em meados dos anos 90 foi que o movimento de mulheres se responsabilizou em fazer também o debate. Tudo foi por etapa. Foi ratificando, debatendo, assumindo o que queríamos pra gente juntar as forças e fortalecendo o debate. Mas lá pra meados de 90... 96 pra cá. Quando nos resolvemos através da igreja, do movimento de mulheres, de outros movimentos de pequeno porte, tinha grupos da universidade, sempre nós tivemos assim, o apoio da universidade, uma, duas, três pessoas professores apoiando. Então foi assim aos poucos que foi se construindo e se consolidando. A gente foi pensando: 'a gente não pode aceitar isso não'! O resultado do primeiro Encontro dos Povos Indígenas a gente já ficou pensando... a gente já assumiu também para fazer as tarefas, entendeu? O Compromisso. A gente já ia assumir esta luta de defender o meio ambiente, as águas, tudo isso. Nós não tínhamos como bandeira até aí então, o Xingu. O Xingu específico. O Xingu foi se consolidando depois. Porque o Xingu não é só a questão do Rio Xingu. É o Xingu no seu todo. No seu povo. Na sua cultura. Na sua flora. Na sua fauna. Isso que representa pra maioria de nós, [do] movimento. Tem gente que vê assim: 'é o movimento de mulheres'. A gente podia tá tentando... conversando, repensando, pra gente tá revendo a nossa posição se é contra ou não. Já que é um grupo, é contra, é contra mesmo. Mas não. É contra a barragem em defesa do rio Xingu. Hoje nós temos essa compreensão: 'em defesa do rio Xingu'. Uma coisa além do rio Xingu. É o rio Xingu mas [em] toda a sua diversidade.

Minhas interlocutoras, o “Grupo de Mulheres do Xingu”, além de estarem *em movimento* nesta articulação política, envolvidas nos vários espaços de decisão e de estratégias sócio-políticas, simultaneamente a estas atividades, elas também “*estão a frente*” nas várias outras dimensões de suas vidas. Como vimos, elas vivenciam dinâmicas familiares, pessoais, profissionais e sociais que se entrecruzam em constantes movimentos. Assim, elas exercem a maternidade, constituem família - nas suas variadas possibilidades de configuração -, são estudantes ou de aspiram dar continuação aos estudos. Elas têm uma vida social, em geral, como

as demais pessoas de Altamira, nos encontros na Orla do Xingu ou recebendo os familiares, amigos e conhecidos em suas casas, e também atuam como profissionais. Algumas delas estão inseridas profissionalmente nas entidades sociais, como coordenadoras, auxiliares etc.; outras são professoras na rede municipal e estadual, há aquelas que são funcionárias públicas; as que estão no mercado de trabalho informal. Na tentativa de apreender estas várias dimensões que optei em olhar para as mulheres nos seus movimentos.

QUADRO 4: OCUPAÇÃO/ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO “GRUPO DE MULHERES DO XINGU”

No.	Atuação Profissional	Formação/Escolaridade
1	Funcionária FVPP	Magistério
2	Religiosa	Teóloga
3	Religiosa	Magistério
4	Professora (licenciada para atuar no CDDCA)	Magistério
5	Funcionária FVPP	Pedagoga
6	Funcionária CIMI	Técnica em Enfermagem
7	Funcionária Pastoral da Criança	Magistério
8	Professora (em dois turnos)	especialização direito educacional
9	Funcionária Prelazia do Xingu	Ensino fundamental (4a. Série)
10	Professora	Magistério
11	Trabalho Informal	Ensino fundamental (4a. Série)
12	Funcionária Pública Municipal	Graduanda

CAPÍTULO 4

NEM KARARAÔ, NEM BELO MONTE: “XINGU VIVO PARA SEMPRE”

Porque aqui... Vitória [do Xingu] vai desaparecer. Lá vai secar. Não vai ter mais sentido lá. Então eu me arrepio... será que nós vamos deixar? (Irmã Laura, entrevista realizada em setembro 2008. Ênfase minha).

“O ver também depende do ouvir, e, na sociologia do pensamento (...) a razão se entrelaça com o sentimento e está presa à imaginação. Assim, ‘o pastor contempla a natureza com outros olhos que os do pescador’ (Herder 1969:300). Para Locke ao menos um deles, o pastor ou o pescador, teria fatalmente que estar errado. Mas, justamente, o que era um erro para os filósofos empiristas era cultura para Herder” (SAHLINS, 1997:48. Ênfase minha).

Neste capítulo apresento o contexto de contradições em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu. Para tanto, parto de um pequeno trecho da fala de Janaína por considerar que ele revela um olhar sobre o rio Xingu: “O rio Xingu é um rio peculiar. Um rio diferente. Ele tem *muitas riquezas*”. Temos que alargar o nosso olhar para apreendermos que as “muitas riquezas” a que se refere Janaína não estão presas unicamente a uma dimensão material ou de valoração econômica, mas trata-se de uma diversidade que envolve, sim, riquezas materiais e mensuráveis, mas que não se esgotam aí. Conforme pude perceber ao conversar com Roberta, outra liderança do “Grupo de Mulheres do Xingu”, o rio é “*fonte de vida*”, não apenas por ser a garantia cotidiana do peixe que alimenta ou do deslocamento através de suas águas, mas por compor o *cenário* de um modo de vida e, assim, dar sentido às relações estabelecidas num processo onde os significados materiais e simbólicos estão imbricadas, pois como aponta Sahlins (1997) “*a razão se entrelaça com o sentimento e está presa à imaginação*” na dinâmica social e cultural onde este *cenário* no qual a vida se realiza é forjado (GEERTZ, 1991, 1997) .

Para nós [o rio Xingu] é o cenário da vida, da beleza. Porque sem o nosso rio, os nossos ribeirinhos principalmente, que nós defendemos, como é que eles vão sobreviver se a maioria deles sobrevive mesmo da pesca, né? Pesca agora para fazer o almoço e a janta de amanhã. A base de alimentação deles é o peixe. E sem falar os nossos indígenas. Então... e o transporte... todos eles depende da sobrevivência desse rio. O transporte deles que é por água. E essa grande represa ameaça essa nossa vida... o modo de vida deles [dos ribeirinhos e indígenas]. Então ... e nossas praias? Nós não queremos praias artificiais. Nós queremos as naturais que já temos. Então o ... nosso cenário é muito bonito. E os peixes. Os nossos peixes! Então o rio Xingu ele é fonte de vida. Onde for fonte de vida, nós [mulheres] defendemos. Um dos nossos objetivos maior é a defesa da vida. (Roberta, participa do Movimento Negro e do MMTACC. Entrevista realizada em Altamira, em agosto de 2008. As ênfases são minhas).

A lógica de uso e de apropriação deste *cenário*, o rio não se restringe a busca pelo acúmulo e comercialização, mas pela produção de hoje que garantirá a manutenção de amanhã. É o rio, no seu movimento, que dá sentido ao modo de vida das pessoas que organizam sua *visão de mundo* tendo-o como referência (GEERTZ, 1973). Irmã Laura explicita este significado do Xingu quando afirma que se houver intervenções no seu curso, a vida secará junto com ele, pois “lá vai secar. Não vai ter mais sentido lá”. Ou seja, o modo como estas pessoas organizam, explicam e concebem o mundo perderá o significado. Este significado, ou este olhar em relação ao rio, varia culturalmente. Assim, para Sahlins, deve-se levar em conta que “o pastor contempla a natureza com outros olhos que os do pescador” (SAHLINS, 1997:48). São os pontos de vista diferentes e divergentes em relação à natureza e, especificamente às possibilidades de *riquezas* representadas pelo rio Xingu que nos permitem observar as contradições acerca da noção de desenvolvimento defendida para a região. Por um lado pelo movimento social que vê no rio o potencial de melhoria e garantia da sua qualidade de vida nas suas várias dimensões e, por outro, o Setor Elétrico⁶⁶ que o elege como fonte de riqueza apenas pelo seu potencial de produção de energia

⁶⁶ Por Setor Elétrico estou aqui considerando um conjunto composto por empresas privadas e públicas envolvidas no processo de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como empresas de consultoria ambiental que elaboram estudos de impactos ambientais (EIA/RIMA) para construção de empreendimentos hidrelétricos e linhas de transmissão, além do setor de construção civil correspondente. No caso específico da região amazônica, podem ser citados como exemplos de empresas que compõem este setor, além da Eletrobrás e a Eletronorte, empresas como Odebrecht Engenharia e Construções, Camargo Corrêa, Votorantim, dentre

elétrica. Esta perspectiva utilitarista pode ser observada no relato abaixo, em que um dos engenheiros que atua na Eletrobrás esboça o olhar acerca de uma bacia hidrográfica:

Qual o objetivo de um estudo de inventário de uma hidrelétrica? O objetivo de um estudo de inventário de uma hidrelétrica de uma bacia hidrográfica *é definir a melhor forma de se aproveitar o potencial hidrelétrico desta bacia*. Trata-se aqui de uma revisão do Inventário, então, ocorre que se é uma revisão já houve outro inventário, o que foi finalizado no final de 1970. De lá pra cá muitas coisas mudaram (...). Então as dinâmicas destes processos fizeram com que esta Bacia fosse olhada novamente sob o ponto de vista de se imaginar qual é a melhor forma, considerando as questões agora vigentes, *qual é a melhor forma de se obter energia hidrelétrica dessa Bacia*". (Engenheiro da Eletrobrás, Seminário de Revisão do Inventário de Belo Monte, realizado em Belém, Museu Goeldi, 18/12/2008. Ênfases minhas).

Nas décadas de 1970-1980 houve um acirramento da ocupação da Amazônia Brasileira (PÁDUA, 2000; FEARNSSIDE, 2005). Neste período, conforme tratei no capítulo anterior desta dissertação, a migração foi incentivada pelo governo militar que via na ocupação deste “vazio demográfico”, a possibilidade de garantir o domínio e a soberania nacional sobre a região, bem como a implementação de grandes projetos na perspectiva desenvolvimentista, tais como os de mineração (Pólo Noroeste, Projeto Carajás), a abertura de rodovias como a Transamazônica (BR-230) e a Cuiabá-Santarém (BR-163), e a construção de usinas hidrelétricas (UHE Balbina-AM, Samuel-RO, Tucuruí-PA)⁶⁷.

outras. Para essa discussão ver ZHOURE, LASCHEFSKI & PAIVA, 2005; além das Cartilhas de Estudos elaboradas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB: “Hidrelétrica no rio Madeira: energia para quem e para quem. Água e Energia não são mercadorias”, 2007; e A Luta dos Atingidos por Barragens: contra as transnacionais, pelos direitos e por soberania energética. Água e Energia não são mercadorias”, 2008.

⁶⁷ A hidrelétrica de Balbina é emblemática da lógica do modelo de desenvolvimento que imperava na região amazônica no período militar e que pode ser observada ainda hoje. Construída na década de 1980 no estado do Amazonas, levando em conta o seu custo/benefício, esta Hidrelétrica pode ser considerada como um dos grandes desastres econômicos e ambientais por terem sido vultuosos os custos de construção, com expressivos danos ambientais e com baixa produção de energia, somados aos elevados gastos para sua manutenção. Conforme aponta Fearnside (1988), a construção de Balbina produziu lagos considerados como “baías de água parada, estagnada, com a floresta ainda em pé, apodrecendo na água. Fato que ocasionará uma água muito ácida, com possível corrosão das turbinas e um altíssimo custo de manutenção. Calculei que, somente para manter as turbinas, vão se gastar mais ou menos 10% do preço da tarifa, a ser estabelecida. Então, os impactos são muito grandes, além dos custos propriamente ditos, excessivamente elevados (...) A área inundada pela construção da barragem é muito maior do que a maioria das pessoas possa imaginar. Inundou-se, inclusive, parte de uma área indígena. Agora, a Eletronorte apresenta o balanço total do projeto como benéfico às espécies vegetais e animais da região, quando realmente os

Neste período, o incentivo fiscal do governo para as atividades agropecuárias foi um dos principais fatores que contribuiu para a conversão de grandes áreas florestais em pastos para atividade pecuária extensiva que, inclusive, persiste atualmente. Assim, historicamente os grandes projetos de desenvolvimento buscam, dentro de uma lógica instrumental economicista, superar as características naturais e geográficas enquanto barreira ao ‘desenvolvimento’, aprofundando assim, as bases de integração da região amazônica ao mercado nacional e internacional (CARVALHO, 2004; VERDUM & CARVALHO, 2006; VERDUM, 2007). Adriance (1996), assim analisa este momento:

Após ter iniciado o desenvolvimento da Amazônia a fim de mantê-la livre de mãos estrangeiras e de melhorar a economia nacional, o governo federal entregou-a exatamente a essas mesmas mãos estrangeiras, despojando os cofres públicos de bilhões de dólares gastos com isenções tributárias e com outros subsídios para as grandes multinacionais. Um dos argumentos para a exploração dos depósitos de minerais foi a redução da dívida externa e o controle da alta taxa de inflação. Porém, em consequência dos abatimentos tributários e dos fundos gastos para prover estradas, energia elétrica e outros elementos de infra-estrutura, a dívida nacional e a taxa de inflação cresceram ainda mais. (ADRIANCE, 1996: 46).

Assim, desde a década de 1970, dentro da perspectiva do Governo Médici de “integrar para não entregar”, já havia interesse do Estado no aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu e, por isso, foram realizados os primeiros levantamentos sobre o potencial de aproveitamento hidrelétrico deste rio. Este levantamento indicava a possibilidade de construção de pelo menos cinco barragens ao longo do rio Xingu para a produção de energia elétrica (SEVÁ, 2005)⁶⁸.

impactos ambientais são altamente nocivos” (FEARNSIDE, 1988:32). Contudo, este projeto atendia aos interesses e às necessidades político-econômicas daquele contexto. Apesar de mudanças na conjuntura político-econômico e social do Brasil, as intervenções na Amazônia continuam seguindo a lógica de que é necessário superar as “barreiras naturais que entram o desenvolvimento do país” presentes nas propostas do Enid, IRSA e PAC, conforme abordaremos na sequência.

⁶⁸ Em Julho de 2009, foram veiculadas em diversos noticiários informações que davam conta de declarações do Governo Lula acerca da construção de pelo menos cinco hidrelétricas no rio Tapajós/Pará. Movimentos Sociais, ONG’s e ambientalistas já vêm realizando encontros, inclusive em Altamira, para discutir as problemáticas decorrentes dos impactos cumulativos de hidrelétricas nos rios Xingu e Tapajós.

Tal interesse intensifica-se na década de 1980. Com base naqueles primeiros levantamentos, no final dos anos 80, teve início o processo de elaboração de novos estudos, denominados de “Inventários Técnicos Sobre Potencial Hidrelétrico da Bacia do Xingu” , por parte da Eletronorte que já manifestava seu interesse em explorar tal potencial⁶⁹. A partir de então têm sido recorrentes as manifestações contrárias à construção desta hidrelétrica, com repercussão no âmbito nacional e internacional, envolvendo lideranças indígenas e dos movimentos sociais locais, ambientalistas, ONG’s, setores da igreja católica e de pesquisadores. Sempre com destaque para o envolvimento e a participação das mulheres, promovendo encontros e manifestações, atuando tanto diretamente na sua organização, quanto na captação de recursos junto a agências financiadoras que apóiam o movimento social local (ver Quadro 3 na página 114), a exemplo do “Encontro dos Povos Indígenas e Movimentos Sociais: Xingu Vivo para Sempre”, realizado em 2008. Um pouco mais deste histórico de intervenções no rio Xingu pode ser acompanhado com o relato de Janaína:

“Então em 88, 89 já começou aqui ... o governo anunciar que ... a Transamazônica já estava aberta, né?. Mas aí o governo já começou anunciar a construção de Kararaô. Na época o nome dado [para Hidrelétrica de Belo Monte] era Kararaô. Que o governo dava em homenagem aos índios, os índios Kararaô aqui do Xingu. Então era muito forte [as investidas do governo]. E quando em 89 foi barrado por conta dos indígenas, mas nós [não-indígenas] ficamos fortalecendo a organização, a gente tá sempre de olho, a gente tá

⁶⁹ O inventário é um estudo técnico prévio que indica os pontos viáveis para a produção de energia elétrica num determinado rio ou bacia hidrográfica. Com a privatização do Setor Elétrico na década de 1990 o direito de explorar tal potencial é garantido através de leilão. Assim, a partir deste primeiro estudo, depois de determinado os pontos de aproveitamento, os interessados, sejam eles do setor privado ou público, participam do leilão onde a empresa pertencente ao Setor Elétrico que der a melhor proposta financeira para explorar este potencial ganhará anuência do órgão ambiental para dar início ao licenciamento ambiental propriamente dito. A empresa que ganhar o leilão pode ela mesma ser a proponente nos órgãos ambientais da solicitação de licença para processo de construção ou, mediante negociação financeira, repassar este direito a uma terceira empresa. Em geral, são empresas que se reúnem em consórcio, envolvendo tanto aquelas privadas quanto as públicas, que ganham esta anuência. Nos casos em que o empreendimento hidrelétrico afetará mais de um estado, ou ainda rio ou estrada federal, o processo de licenciamento ambiental é de responsabilidade técnica do IBAMA, quando se restringir aos limites de um único estado e não afetar rios ou estradas federais, é o órgão ambiental estadual o responsável pelo processo de licenciamento de grandes projetos (Resolução CONAMA Nº 237/1997). Para uma discussão crítica acerca dos limites técnicos e políticos deste processo, ver Valle, 2005; ZHOURI, LASCHEFSKI & PAIVA, 2005; e LACORTE e BARBORA, 1995; entre outros.

sempre discutindo” (Janaína, cedeu-me esta entrevista em Altamira no dia 17/09/2008. Grifos meus).

O final da década de 1980 e início de 1990 foi um momento de grande efervescência da organização da população de Altamira e da região da Transamazônica que, mediante as várias situações de violência física vivenciada na região, sobretudo, o assassinato de mulheres e os casos de violência contra crianças, bem como a luta pela garantia do acesso e da permanência na terra. A busca pela terra e por melhores condições de vida foi a motivação primordial da migração de muitas das famílias que se fixaram na região, conforme discussão apresentada no capítulo anterior, e a organização dessas nos movimentos sociais tem sido uma das estratégias para transformar tais condições de vida.

Assim, houve também a articulação do movimento social, que já atuava na região, com objetivo de compreender de fato o que significaria a construção de uma hidrelétrica no rio Xingu, mas também de criar grupos de resistência em relação a esta construção, uma vez que a hidrelétricas em outros rios do Pará, já apontavam para a possibilidade de danos irreversíveis eminente. Sendo assim:

“[Houve] a junção da Prelazia do Xingu, do Movimento para Sobrevivência na Transamazônica, que já existia com este nome (...), dos sindicatos, das comunidades da igreja [Comunidades Eclesiais de Base –CEB’s] e da igreja. E a Prelazia do Xingu tem um papel fundamental nesta organização da comunidade aqui na região que [até] hoje ainda é um movimento forte e... das cooperativas, enfim, das organizações sociais da região. Dos trabalhadores e trabalhadoras ... vamos dizer assim, da categoria dos trabalhadores, Sindicatos dos Professores, né? Aí, enfim, a organização da juventude... Então, este pessoal começaram a se organizar como uma forma de procurar saber que projeto era esse que o governo tava jogando. A gente tinha o exemplo de Tucuruí. O que foi o caos de Tucuruí. Então foi formado um movimento que era a Coordenação Contra as Barragens do Xingu. Eu não fiz parte no começo, muitas pessoas... a companheira Silvana fez parte desde o início. *Então era assim, pra ter grupo de resistência e também pra procurar saber e cobrar do governo muitas coisas do projeto.* (Janaína, em entrevista realizada em Altamira, setembro de 2008. Ênfase minha).

Desde então têm sido recorrente os conflitos em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte. As ações dos movimentos sociais contrárias às intervenções no rio Xingu está na contramão dos interesses do governo federal e estadual, do setor elétrico e de segmentos da sociedade que elegem tais empreendimentos como símbolos do desenvolvimento do país. Algumas das ações que tomaram proporções nacionais e internacionais se deram no “I Encontro das Nações Indígenas do Xingu”, realizado em Altamira em 1989. Neste Encontro, Tuíra, uma indígena Kayapó da Aldeia Gorotire, então com aproximadamente 19 anos, num gesto de repúdio à hidrelétrica de Kararaô usou seu terçado colocando-o rente ao rosto de um dos representantes da Eletronorte presente no Encontro. Este gesto de resistência tornou-se um símbolo da luta dos movimentos sociais que consideram a construção de hidrelétricas no rio Xingu uma perversa ameaça ao modo de vida das populações ribeirinhas, indígenas e população urbana que sofrerão os impactos socioambientais deste empreendimento. Este *evento* é assim destacado por Dom Erwin Kräutler na apresentação do livro organizado por Sevá (2005):

O evento que reunia em torno de 600 índios, pintados para a guerra, teve enorme repercussão em todo o Brasil e no exterior. A foto que retratou a cena em que a índia Tuíra esfregou o facão na cara de José Antonio Muniz Lopes, então diretor de engenharia da Eletronorte, percorreu o mundo, *tornando-se símbolo e uma espécie de logotipo da hostilidade total dos índios em relação às projetadas barragens [no rio Xingu]*. (KRÄUTLER , 2005:09. Ênfase minha).



As manifestações em torno da defesa da natureza no final da década de 1980 tomaram proporções internacionais e a Amazônia estava no centro destas manifestações. Conforme relato de Silvana, sua participação no movimento social já havia iniciado com sua atuação nas CEB's, mas foi neste momento, com participação no "I Encontro das Nações Indígenas do Xingu" e de seus desdobramentos, que se deu sua inserção de forma mais contundente na luta contra as hidrelétricas no rio Xingu, que mais tarde começou a ser identificada pelo MMTACC como a luta em "defesa do rio Xingu", para chamar atenção da sociedade e em especial da população de Altamira, não para o fato de um posicionamento contrário, mas em favor daquele rio e dos modos de vida que se organizam neste *cenário*:

Em Altamira mesmo eu cheguei aqui em 89 no auge do encontro dos povos indígenas do Xingu. Só que como a gente já tinha vindo daquele movimento da igreja [CEB's] a gente já tinha noção de todo aquele movimento. Nós participamos do movimento contra a barragem de Kararaô, que era liderado pelo Sting, Lucélia Santos e toda aquela... eu lembro disso assim... [meus filhos] eram ainda meninos. E nessa época também ficou hospedado em minha casa o Júlio Aquino que é lá do Acre, né. Tinha toda aquela história do Chico Mendes. Então essa foi a minha chegada em Altamira, Então, assim, eu cheguei em Altamira num momento que foi marcante para Altamira. Foi um momento que os povos indígenas... depois de 20 anos... então foi assim, uma coisa que marcou muito. Talvez seja o maior marco da história de resistência acho que foi aquele encontro de 89. (Silvana, em entrevista realizada em Altamira, setembro de 2008).

Após as manifestações em 1989 o empreendimento passa a ser chamado de Hidrelétrica de Belo Monte e não mais Kararaô. Vale a pena acompanhar este momento a partir do relato de Janaína:

Quando foi em 2000 o governo tirou novamente da gaveta este projeto e começou a anunciar de que seria um grande projeto, gerar emprego e tudo mais. Aí nós novamente nos organizamos e nesta época criamos o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX)⁷⁰, em 2000. Tínhamos uma coordenação na qual Dema⁷¹ foi o coordenador geral. Eu também era da coordenação, Bruno, Tarcísio e outros

⁷⁰ O MDTX em 2002 se consolidou como Fundação Viver Produzir e Preservar, uma articulação que congrega vários segmentos do movimento social de Altamira e da região da Transamazônica.

⁷¹ Trata-se de Ademir Alfeu Federicci, liderança do movimento social local e um dos principais fundadores do MDTX (Movimento para Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu), assassinado em agosto de 2001, dentro da

companheiros [também eram da coordenação]. Nós éramos 5 coordenadores. Aí começamos todo um embate. Uma programação para saber do governo. Vários seminários fizemos, pra saber do governo que projeto era esse e que a sociedade queria saber e tudo mais. Então foi assim muito difícil, *e desde 2000 que a gente não tem mais sossego. Entra governo sai governo e o desejo deles é encher o rio Xingu de barragem. O rio Xingu é um rio peculiar, né. Um rio diferente. Ele tem muitas riquezas.* Então a gente crê que isso aqui não é tanto a história da energia, porque os estudos dos especialistas mostram a inviabilidade do projeto. Mas é de olho mesmo nas riquezas que nós temos aqui na bacia do rio Xingu (Janaína, em entrevista realizada em Altamira, Setembro de 2008. Ênfase minha).

No início dos anos de 2000, sob o argumento por parte da Eletrobrás - atual empresa interessada e a responsável pela elaboração dos estudos prévios para a construção da hidrelétrica no rio Xingu - de que a demanda nacional por energia será suprida por Belo Monte. De acordo com a visão da Eletrobrás, após as modificações no projeto inicial o barramento no rio Xingu tornou-se ambiental e socialmente viável, pois as modificações e as alterações sofridas pelo projeto apresentado nos anos de 1980. Segundo a Eletrobrás, muitas destas alterações se deram em atendimento às reivindicações feitas pelos movimentos sociais locais, bem como em observância à nova concepção de desenvolvimento sustentável que norteia os projetos de infraestrutura a partir da década de 1990 com as novas exigências da legislação ambiental brasileira. Garantindo, assim, que a construção e operação de Belo Monte “causará o mínimo de impacto” e os impactos serão “todos passíveis de mitigação e compensações para a população local”⁷²

sua residência em frente aos seus três filhos e sua esposa, na área rural de Altamira. Assim como outras lideranças, tais como Brasília e Irmã Doroty Stang são vistos pelos movimentos sociais locais como símbolos da luta por melhores condições de vida. É recorrente o fato dessas lideranças serem tomadas como exemplos e incentivadores destas lutas nas conversas, nas apresentações em eventos e nas manifestações dos movimentos sociais.

⁷²Segundo informações da Eletrobrás tendo como base o Inventário Técnico de 2007, foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica no ano de 2005 entre a Eletrobrás e as empresas privadas Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Norberto Odebrecht visando a conclusão dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Socioambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, compreendendo os seguintes estudos: Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), Revisão do Inventário do Potencial Hidroenergético da Bacia do Rio Xingu, Estudo de Natureza Antropológica, e Avaliação Ambiental Integrada. Podemos concluir, assim, que as empresas do Setor Elétrico interessadas em efetivar Belo Monte são as mesmas responsáveis pela elaboração dos estudos técnico-ambientais que serão tomados como parâmetro para se decidir a viabilidade ou não do projeto. Este é um dos principais aspectos do processo de licenciamento ambiental criticado por alguns estudiosos desta temática. Eles sugerem que os custos de tais estudos deveriam, sim, ser de responsabilidade das empresas interessadas na construção de uma hidrelétrica, mas estas empresas não deveriam elaborar tais estudos, pois, assim, não há

No projeto atual, a hidrelétrica de Belo Monte está prevista para ser construída na região conhecida como Volta Grande do Rio Xingu, com potência de 11.182 Megawatts, superfície total ocupada de 3,8 bilhões de m², com profundidade média de 6 a 8 metros. Causará o deslocamento de aproximadamente duas mil famílias na área urbana do município de Altamira, 813 na área rural de Vitória do Xingu e 400 famílias ribeirinhas, ou seja, aproximadamente 3.200 famílias e 16 mil pessoas serão deslocadas compulsoriamente de seus territórios⁷³. Com relação aos indígenas, serão atingidas aproximadamente 2000 mil pessoas que vivem na região de implantação da CHBM, além dos indígenas que vivem na área urbana (SOUSA JÚNIOR et al, 2005, Telejornal RBA, 2010)⁷⁴. Somando povos indígenas e população urbana, serão aproximadamente 18 mil pessoas deslocadas compulsoriamente⁷⁵. Na perspectiva da Eletrobrás a diminuição da extensão territorial a ser inundada é a “grande novidade” da nova proposta apresentada no ano de 2000, e um “ganho excepcional” em relação ao projeto do final da década de 1970⁷⁶.

Nos estudos feitos na década de 70 se falava de 18 mil hectares de terra inundada. De reservatório, alagamento. Hoje nós estamos trazendo aqui um *inventário atualizado de acordo com toda a tecnologia técnica possível*, quer dizer, não existe motivo nenhum para

imparcialidade ou isenção na configuração atual das etapas deste processo. Isso resulta em estudos de má qualidade e, em muitos casos, tendenciosos, escamoteando os efeitos negativos de um empreendimento de tal porte. Ver TEIXEIRA et al (2002:175-181), por exemplo.

⁷³ Uso o termo ‘*deslocamento compulsório*’ levando em consideração que grande parte destas pessoas não concorda e não aceita o fato de ter que deixar seus *lugares*.

⁷⁴ Segundo reportagem especial veiculada no período de 15 a 19/03/2010 no Telejornal da RBA, “Belo Monte: Projeto ou Verdade”, a hidrelétrica alagará uma território equivalente a 500 Km² da Amazônia. Vivem hoje aproximadamente 600 espécies de peixes que só existem na Volta Grande do Rio Xingu, das quais 2 estão em extinção.

⁷⁵ Dados do Movimento dos Atingidos por Barragens dão conta que no Brasil já há mais de 1 milhão de pessoas desalojadas (ou deslocadas compulsoriamente).

⁷⁶ Além de Altamira e Vitória do Xingu, outros sete municípios, a saber: Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Porto de Moz, Senador José Porfírio e Uruará serão impactados por este Complexo. Contudo, a Eletrobrás argumenta que por não ter áreas nem parcial nem totalmente inundadas, estes sete municípios serão “impactados indiretamente”. Este é um dos fatores de tensão pois movimentos sociais locais, ONG’s regionais, nacionais e internacionais, bem como alguns pesquisadores têm apontado que o fato de não ter uma área inundada não significa que os impactos decorrentes sejam ‘indiretos’, pois em muitos casos estes impactos acarretarão a diminuição de fluxo de água em vários trechos, causando ruptura nas dinâmicas estabelecidas entre comunidades e/ou municípios, entre outros impactos. Ver obra organizada por Sevá (2005).

modificar resultado com um aproveitamento único de 440 Km². Com isso nós reduzimos a energia que vai ser gerada em apenas 50% da calculada em 1970. Então esta é a grande notícia que nós trazemos aqui de forma que só existirá um reservatório em Altamira e Vitória do Xingu. *E no Xingu, o resto do rio Xingu não há nenhuma proposição de alagamento ou inundação de terras de quem quer que seja.* (Fala do Sr. Paulo Fernando Vieira Souto Rezende, Coordenador dos Estudos e engenheiro representante da Eletrobrás, em sua participação no “Seminário de Revisão do Inventário de Belo Monte”, realizado em Belém, Museu Goeldi, 18/12/2008. Ênfase minha).

Interessante notar que um dos argumentos da Eletrobrás a favor da instalação da hidrelétrica de Belo Monte nesta região é o fato de se tratar de uma “área de baixa densidade demográfica, apenas 0,9 habitantes por Km²”. Ou seja, não obstante as mudanças ocorridas no contexto político-econômico do país, ainda hoje predomina a lógica de que a floresta Amazônia é um grande “vazio demográfico” a ser ocupado pelo modelo de desenvolvimento que desconsidera suas especificidades sociais, culturais e ambientais. Lógica esta que motivou os programas de colonização e de abertura de estrada dos governos militares, principalmente a partir da década de 1970 e que continuam norteando os programas de desenvolvimento dos governos brasileiro pós-militarismo, podendo ser observado nos dois mandatos do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002) e do Governo Lula (2002-2006 e 2007-2010)

Nos quadros apresentados nas páginas seguintes podemos observar um contraponto a esta visão do Setor Elétrico Brasileiro que justifica a viabilidade de Belo Monte, entre outros motivos, pela abrangência territorial da obra ser relativamente pequena e por estar prevista para uma área de “baixa densidade”.

QUADRO 5: MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELA CONSTRUÇÃO DE BELO MONTE

Município	Área (Km2)	População Urbana	População Rural	População Total
Altamira*	181.446	62.265	15.090	77.355
Anapú	11.889	3.111	6.154	9.265
Brasil Novo	6.303	4.367	12.710	17.077
Medicilândia	12.363	6.744	14.679	21.423
Pacajá	2.139	7.615	21.145	28.761
Porto de Moz	17.432	9.079	13.381	22.460
Sem. José Porfírio	33.689	5.330	10.390	15.720
Uruará	10.666	13.131	31.967	45.098
Vitória do Xingu*	4.751	3.929	7.229	11.158
Total	280.678	115.571	132.746	248.317

* Municípios que terão áreas alagadas. Fonte: Sousa Junior *et al*, 2006. Adaptações minhas.

QUADRO 6: TERRAS INDÍGENAS ATINGIDAS PELA CONSTRUÇÃO DE BELO MONTE

TERRA INDÍGENA	MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE (HA)	POP.(HABITANTES)
Paquiçamba	Vitória do Xingu	4.348	35
Trincheira/Bacajá	Senador José Porfírio, Pacajá, São Félix do Xingu	1.650.939	382
Koatinemo	Altamira	387.304	91
Kararaô	Altamira	330.837	28
Araweté/ Igarapé Ipxuna	Altamira, Senador José Porfírio, São Félix do Xingu	946.900	255
Apyterewa	Altamira, São Félix do Xingu	980.000	248
Arara	Altamira, Medicilândia e Uruará	274.010	143
Cachoeira Seca do Iriri	Altamira, Uruará e Rurópolis	760.000	57
Xipaia	Altamira	-	67
Curuá	Altamira	19.450	91
Total	10	5.353.788	1.397

Fonte: Sousa Junior, *et al*, 2006. Adaptações minhas

QUADRO 7: POVOS INDÍGENAS DO XINGU⁷⁷

Terra Indígena (TI)	Povo Indígena	População Estimada na TI
Apyterewa	Parakanã	286
Arara	Arara	161
Araweté/Igarapé Ipixuna	Araweté	283
Badjonkore	Kayapó	82
	Kuben	
	Kran Ken	
Baú	Kayapó	128
	Mekrangnoti	
Cachoeira Seca do Iriri	Arara	64
Kuruaya	Xipaia-Kuruaya	120
Kararaô	Kararaô	33
Kayapó	Kuben Kran	2.866
	Ken	
	Kikretum	
	Gorotire	
	Kokraimoro	
	Moikarakô	
	A'Ukre	
Koatinemo	Assurini do Xingu	108
Menkragnoti	Kayapó	657
	Menkragnoti	
Panará	Panará	202
Paquiçamba	Juruna	69
Pu'ro-Baixo/Rio Curuá	Kayapó Pu'ro (isolados)	Sem Informação
Rio Merure	Kayapó Pituiaro (isolados)	Sem Informação
Rio Tapirapé/Tue-re	Isolados do Rio Tapirapé	Sem Informação
Xipaia	Xipaia-Kuruiaia	87
Trincheira/Bacajá	Assurini do Xingu	468
	Araweté	
	Parakanã	
	Xikrin do Bacajá	

Fonte: Pontes Jr. & Beltrão, 2005. Adaptações minhas.

⁷⁷ Magalhães (2005), estima que aproximadamente 400 indígenas vivem na área urbana de Altamira e em seu entorno. Para este autor, ainda é muito deficitário um levantamento estatístico que dê conta de informações mais precisas acerca da realidade destes indígenas.

Outro argumento da Eletrobrás é o fato de que tem aumentado a demanda do país pela ampliação de oferta de energia para suprir o ‘crescimento econômico para os próximos anos’, e destacam que o custo monetário total da obra está avaliada na ordem de R\$ 7,5 bilhões, com perspectiva de produção de energia de 11.182 Megawatts (SOUSA JÚNIOR *et al*, 2005). Portanto, sob a lógica utilitarista do Setor Elétrico em que se avalia apenas a relação meios/fins, trata-se de uma excelente alternativa, do ponto de vista custo/benefício, para produção e comercialização de energia no mercado. Contudo, movimentos sociais e alguns pesquisadores argumentam que o relativo baixo custo financeiro de empreendimentos hidrelétricos reflete a não internalização do valor total da obra, em termos de todos os prejuízos materiais que as populações atingidas sofrerão, assim como há outras perdas não materiais cuja mensuração não é passível de ser feita dentro desta lógica capitalista, de valoração e de trocas monetárias (LEFF, 2001). Indenizar valores não monetários, o sentimento de pertencimento ao *lugar*, os valores simbólicos que dão significado ao *lugar* e o sentimento que nos liga ao *lugar* foge à lógica economicista (ESCOBAR, 2000; LITTLE, 2002)⁷⁸, conforme Sandra aponta:

Então há vinte anos que nós vemos sofrendo isso aqui. Porque, olha, nós já não temos escola... porque a vinda das pessoas... nós não temos vagas nas escolas, nós não temos saúde... os governos querem isso [a barragem], mas não constroem escolas, não constroem hospitais... não dão conta nem da saúde nem da educação. E desde então as pessoas estão vindo pra cá.. na esperança de que a barragem vai sair. E aqui nós não temos pessoas qualificadas pra isso. E o povo também não vai trabalhar na barragem. Além da destruição vai acabar com tudo. Um dia desses aí teve uma reunião com técnicos... e aqui não sai construção. E aí tem a questão dos indígenas... dos ribeirinhos... você já pensou uma pessoa que vive a cem anos ali... tem seus parentes enterrados ali! E aí vem a barragem e leva tudo. E aí tem indenização. Mas indeniza como? Como uma pessoa vai indenizar o sentimento de uma pessoa? Ninguém indeniza o sentimento de ninguém. E aí a gente vai

⁷⁸ Para Little (2002) somente a partir de uma abordagem histórica e etnográfica que se poderá observar a especificidade com que os “povos tradicionais” acionam o seu território enquanto *lugar* de significados, memórias, valores, sentimentos para além da lógica instrumental. Assim, o *lugar* compreendido enquanto território, ou a territorialidade, “é o ‘esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’” (LITTLE, 2002:03).

em cima pra vê a questão do meio ambiente também. (Sandra, em entrevista em Altamira, agosto de 2008. Ênfases minhas).

Ainda de acordo com Sandra, no relato acima, os impactos de uma hidrelétrica se dão com toda a mudança na dinâmica local trazida a partir da notícia de uma obra de grande porte, atrelada à esperança de novas possibilidades de trabalho, na maioria das vezes eloqüentemente estimulada pelos governos e empreendedores que usam o argumento de que o empreendimento trará emprego e geração de renda para a região, o que passa a ser um dos grandes incentivos à aceitação da opinião pública e da população local em favor da construção. Os danos destas mudanças se dão no nível do cotidiano do município, que em grande parte não está preparado em termos de sua infra-estrutura, educação e saúde para receber um fluxo tão grande de novos moradores.

Assim, para compreendermos a lógica que operam tais argumentos, podemos nos apoiar na análise de Sahlins (1978) para quem o sistema de mercado industrial, que apresenta tecnologia (de produção) altamente desenvolvida e funda-se na busca incessante pelo excedente, revela-se constantemente na escassez e na desigualdade, “onde a produção e distribuição são organizadas através do comportamento dos preços, e todos os meios de vida dependem de ganhar e gastar, a insuficiência de meios materiais torna-se o ponto de partida explícito e calculável de toda a atividade econômica” (SAHLINS, 1978:10). Sahlins aponta, ainda, que é a percepção das relações sociais numa relação “meios-fins” que orienta a racionalidade instrumental sobre a qual se fundamenta a lógica do mercado na Modernidade.

No atual contexto nacional e internacional, o projeto hidrelétrico de Belo Monte é uma das obras de infra-estrutura previstas nos principais planos dos governos federais nas últimas

décadas. A consolidação no Plano Plurianual 1996-1999⁷⁹ dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (Enid)⁸⁰ - cujos objetivos estratégicos são: garantir a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional através da diminuição do custo e do tempo para escoar mercadorias; incorporar novas áreas do país ao mercado global, e consolidar a hegemonia política e econômica do Brasil na América do Sul (VERDUM & CARVALHO, 2006). Estes processos de integração foram fortalecidos veementemente no início dos anos de 2000, quando se iniciaram as articulações entre os países da América Latina para a fundação, a consolidação e a execução da Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), objetivando, sobretudo, a intensificação de projetos de infra-estrutura que garantam a integração física e o fluxo de mercadorias entre os Estados do Continente Sul-Americano e, por conseguinte, a competitividade no mercado globalizado⁸¹. Vislumbrada enquanto estratégia político-econômica, além da execução de projetos físicos, esta integração envolve também

[...] a realização de mudanças nas legislações, normas e regulamentos nacionais, a fim de facilitar o intercâmbio comercial entre os países; inclui ainda a desburocratização de algumas áreas, como o comércio exterior, para que sejam facilitadas a circulação de mercadorias e a reforma do Estado [...], além disso, busca-se planejar e executar ações coordenadas que potencializem a utilização de recursos financeiros e humanos (CARVALHO, 2004:31).

Nesta perspectiva, a região amazônica está no centro dos interesses do mercado

⁷⁹ Conhecido como “Programa Brasil em Ação”, elaborado no início do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República. Esta tendência a privilegiar os eixos de integração permanece, em grande medida, no PPA 2000-2003 (Avança Brasil), elaborado no segundo mandato do governo FHC, e no PPA 2004-2007 (Brasil de Todos) elaborado no primeiro mandato do Governo Lula (Carvalho, 2005). O Programa de Aceleração do Crescimento (2007-2010), apresentado no segundo mandato do Governo Lula atende a mesma lógica que marca os Planos precedentes.

⁸⁰ O ENID pode ser compreendido como projeto de infra-estrutura de integração numa dimensão nacional, na mesma perspectiva das ações da IIRSA que abrange uma dimensão internacional dentro da América Latina.

⁸¹ A IIRSA é uma proposta de 12 países do Continente Sul-Americano (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname) de construir um sistema integrado de logística neste território, com o objetivo de tornar a economia da região mais competitiva no mercado internacional, e atrair investimentos privados, principalmente, externos. Para uma análise crítica sobre o processo de implementação dos Eixos de Integração Sul-Americana, IIRSA, ver Carvalho, 2004; Almeida e Carvalho, 2009, dentre outros.

econômico e, por conseguinte, das propostas de integração tanto do Enid quanto da IIRSA, tendo em vista sua localização de fronteira com sete países sul-americanos, a potencialidade de transformar seus recursos naturais em produtos que atendam o mercado globalizado e, sobretudo, a necessidade de superar o ambiente natural desta região, visto como barreira geográfica ao fluxo comercial entre o Brasil e os demais países do Continente Sul-Americano, e deste com o mercado global. Segundo Verdum e Carvalho (2006), a integração proposta pela IIRSA restringe-se às demandas impostas pelo mercado global, pois “[a] infra-estrutura que será disponibilizada tem como uma de suas funções garantir o acesso e o controle dos recursos naturais sul-americanos, a fim de que estes sejam incorporados ao fluxo global de mercadorias impulsionado pela globalização capitalista [...]” (VERDUM e CARVALHO, 2006:07).

Se para alguns setores da sociedade, e principalmente para os governos federal e estadual, a inserção de grandes projetos de infra-estrutura na região amazônica representa, “efetivamente desenvolvimento para a região”, essa percepção, apesar de hegemônica, não é compartilhada por todos os grupos sociais, direta ou indiretamente envolvidos nos conflitos daí decorrentes. As contradições em relação às propostas de desenvolvimento para a região podem ser analisadas a partir dos trechos da fala de um dos representantes do governo estadual no Seminário realizado em 2007, na cidade de Belém, e também, através de trechos da entrevista realizada com Irmã Laura em Altamira, 2008:

[A] pedido da governadora Ana Júlia, em tentativas com o governo Lula e a ministra Dilma, *o governo do estado está formulando o Plano de Desenvolvimento Sustentável para a região*. Ou seja, não é a novidade exatamente de um inventário, mas é uma novidade na relação dos entes federativos num empreendimento tão importante para o Pará e para o Brasil que tá no nosso território. Portanto, nós já fizemos duas reuniões em Brasília organizando o que será este Plano de Desenvolvimento Sustentável pra região do Xingu. Eu diria que esta é uma grande novidade é, ... alguém falou de Tucuruí, né, *pra gente pensar a região para além do empreendimento, né. Pensar a região pensando também outros grandes empreendimentos que não está ligado diretamente a Belo Monte, como a BR 165 a BR 230 que estão no PAC. Então são obras do PAC que o governo estadual em parceria com governo federal está trabalhando para que haja efetivamente*

desenvolvimento para esta região e para que haja internalização dos benefícios para a população. Ribeirinha e também a nossa população indígena presente nesta sala”. (Fala representante governo estadual no “Seminário de Revisão do Inventário de Belo Monte”, realizado em Belém, Museu Goeldi, 18/12/2007. Ênfase minha)⁸².

Uma outra sentido do que seria o desenvolvimento para a região é apontado por Irmã Laura, levando em consideração às demandas de geração de renda a partir de alternativas produtivas locais e específicas, contrapondo-se a uma visão universal de desenvolvimento:

A proposta nossa é que haja uma outra maneira de lidar com o interior. Dar assistência pro interior. Arrumar as estradas pra que possa vir produtos (...) Porque aqui tem muitos produtos perenes. Por exemplo o guaraná, o cacau, a pimenta e o café. Por quê que não coloca uma indústria nesta linha. Por quê que não coloca indústria neste sentido. Que coloca a mão de obra daqui. O governo não precisa colocar milhões pra dizer que vai ter desenvolvimento. Coloque pequenas indústrias e sustente isso pra que o povo tenha mais alegria de viver e seja mais valorizado o trabalhador. Possa produzir queijo. Possa ter enlatado de frutas, açaí... essas coisas regionais daqui. Só falta vontade política. A vontade política deles eles só sabe de hidrelétrica. Se tivesse uma mulher mais inteligente lá dentro [do governo] tinha dito ‘O quê!’. Talvez já tinha ido. Só que tá acompanhando a cabeça dos homens. Acha que PAC vai desenvolver a região. É colocar uma usina. Pra quê? E a usina não é pra nós. É pra’s grandes empresas de minério. E ainda vão ganhar quase de graça e nós vamos ter que pagar o resto. E eles tão doidinho porque acha que a usina é uma maravilha pra eles. (...) E se tivesse também técnicos para acompanhar os colonos que ajudasse a eles a manejar a terra. Porque ninguém sabe manejar a terra pra lá. Então quem veio de fora, a grande maioria fez grande besteira ... que tivesse universidade aqui... pra que não viesse essas coisinhas que vem só pra tirar o dinheiro dos pobres. Cê conhece essas faculdades [particulares] do interior. É só pra arrancar o dinheiro do povo. O povo do interior que fica marginalizado porque tem essas universidades e nunca pode competir com o resto do povo. Fica sempre na banda de lá. (Irmã Laura, entrevista realizada em setembro 2008. Ênfase minha).

A valorização da produção e da mão de obra local, o apoio técnico para o manejo adequado da terra e o investimento em educação de qualidade para a população local são referências de desenvolvimento para a região, segundo Irmã Laura. Ou seja, um plano de “desenvolvimento sustentável”, num contexto democrático e participativo de fato, deveria dialogar com estes grupos sociais que vivem e atuam na região. Buscando, assim, primeiramente

⁸² O PAC - Programa de Aceleração do Crescimento - lançado no segundo mandato do Governo Lula que prevê várias ações e inserções consideradas pelo governo e alguns setores da sociedade, essenciais para o crescimento do país. Dentre elas, destaca-se os grandes projetos hidroelétricos, abertura e pavimentação de estradas, construção de eclusas para escoamento de produtos agropecuário, entre outros.

atender as necessidades locais. Contudo, conforme aponta o representante do governo estadual, bem como o próprio processo histórico de ocupação e exploração da Amazônia, estes planos de “Desenvolvimento Sustentável” têm privilegiado a instância governamental e os setores economicistas em sua visão do que seja desenvolvimento e sustentabilidade.

Segundo Foladori e Taks (2004), é importante atentarmos para a existência de uma idéia, em certa medida simplista ou ingênua, de que a oposição entre os modelos ou alternativas de desenvolvimentos defendidos por grupos sociais distintos se dá numa polaridade em que num extremo está o modelo perverso e degradador da natureza e do outro, um modelo que visa única e exclusivamente o bem estar e a harmonia entre natureza/relações humanas. Ou seja, de que estamos diante de dois modelos sendo um totalmente interessado e economicista e o outro desprovido de todo e qualquer interesse material. A discussão aqui proposta não busca orientar-se a partir desta visão polarizadora, mas sim compreender as formas distintas e contraditórias que os grupos sociais envolvidos nos conflitos em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte usam, apropriam-se e dão significado à natureza, pois, “de fato, toda sociedade possui determinados conhecimentos e práticas que conduzem à reprodução da natureza externa, ou ao cuidado com ela, sem por isso excluir outros [conhecimentos e práticas] que acarretam efeitos depredatórios ou degradantes sobre os ecossistemas (FOLADORI e TAKS, 2004:326). “Desenvolvimento Sustentável” faz parte do discurso destes grupos, muitas vezes em posições antagônicas, nas suas estratégia de defender seus interesses, direitos e modos de vida.

4.1 Desenvolvimentos e Sustentabilidades: Novos Conflitos

A noção de desenvolvimento e seu contraponto – o subdesenvolvimento, foi cunhada, com repercussão internacional, no pós Segunda Guerra Mundial quando, no discurso de posse em

1949, o presidente americano Truman inaugurou o “programa global de desenvolvimento” (BANERJEE, 2006; ESTEVAS, 2000). Tendo em vista a condição econômica e produtiva central a que estava posto os Estados Unidos da América naquele momento, este programa então criaria o divisor de águas entre os desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Estava declarada e existência do “Terceiro Mundo” e inaugurado um novo ciclo de colonização. O imperialismo. Tanto quanto no ciclo anterior - a colonização que buscava civilizar os bárbaros, selvagens ou não-civilizados – o neo-colonialismo culminaria novamente com a privação dos recursos e dos direitos dos “subdesenvolvidos”, mas agora respaldado no discurso desenvolvimentista que de fato tinha como centro de atenção, motivação, interesse e defesa o crescimento econômico (BANERJEE, 2006; BENTES, 2005). Novas palavras, mesma lógica: maximizar o crescimento econômico.

Este processo de maximização não significou redistribuição e acesso equânime aos bens materiais e não-materiais daí decorrentes. Até porque a maximização do crescimento econômico, ou seja, a *razão prática* que opera este pensamento, não era, não é, e, muito provavelmente, não será a única lógica sobre a qual as pessoas organizam o seu modo de ver e significar o mundo (SAHLINS, 2003b). Diante das controvérsias, contradições e desigualdades daí decorrentes, a partir da década de 1980 teve início uma série de questionamentos acerca desta lógica desenvolvimentista e de suas implicações, emergindo, e assim, a noção de “Desenvolvimento Sustentável”.

Em 1987 a Comissão Brundtland, destaca que Desenvolvimento Sustentável deveria trazer mudanças nos processos de exploração de recursos, direcionamento de investimentos e orientação tecnológica que agora deveriam também levar em conta as necessidades das gerações futuras, bem como conciliar desenvolvimento econômico, equidade social e preservação ambiental. Contudo, alguns autores destacam que tais dimensões são inconciliáveis dentro deste

modelo econômico capitalista. Portanto, o discurso do desenvolvimento sustentável nada mais é que uma forma de legitimar a lógica economicista que estrategicamente se revestiu numa nova roupagem diante das críticas do Pós-Segunda Guerra, frente ao esgotamento da natureza e das mazelas sociais provocadas por este modelo (DUPUY, 1980; RIBEIRO, 1991; PÁDUA, 2000b, CARNEIRO, 2005; BANERJEE, 2006; entre outros).

Na década de 1990, principalmente a partir da Eco-92⁸³, o termo “desenvolvimento sustentável”, símbolo da perfeita combinação entre desenvolvimento (entenda-se crescimento econômico, livre mercado, privatizações e outras medidas neoliberais) e a preservação ambiental, tornou-se corriqueiro nos discursos em defesa do desenvolvimento dos países, sobretudo os “subdesenvolvidos”. Porém, isso não significou, de fato, uma mudança de paradigma de desenvolvimento. Neste sentido, Ribeiro (1991) aponta que a noção de desenvolvimento acionada na Modernidade traz consigo um caráter inclusivo e abrangente de tamanha ordem, que este termo torna-se extremamente fluido, sendo capaz de incorporar vários e contraditórios discursos.

São, sem dúvida, a abrangência e as múltiplas faces de desenvolvimento que permitem enorme número de apropriação e leituras muitas vezes divergentes. Em síntese, desenvolvimento assim como modernidade são categorias filiadas a um tipo de universo ideacional de uma elasticidade tamanha que até faz crer se estar diante de uma caixa preta ou de uma noção vazia. (RIBEIRO, 1991:60).

Para Ribeiro (1991), tal elasticidade relaciona-se às mudanças ocorridas nas dimensões político-econômica, social e cultural da contemporaneidade que faz com que surjam novas demandas de reformulação da noção de desenvolvimento. Assim, tal noção torna-se uma espécie de amuleto legitimador do discurso que defende a modernidade e o progresso e estas variações e tensões são “representativas da lógica de um campo de poder político e econômico, onde os

⁸³ Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992.

atores coletivos procuram estabelecer suas perspectivas particulares, sobre como se deve proceder com relação ao desenvolvimento, como as mais correlatas” (RIBEIRO, 1991:61).

No contexto da globalização, o discurso ambientalista tem sido acionado como a “alternativa” ao modelo capitalista. O discurso ambientalista atrelado à idéia de desenvolvimento sustentável tem sido uma nova roupagem para a velha lógica economicista que norteia o modelo capitalista de “desenvolvimento e progresso” (RIBEIRO, 1991). Contudo, as interpretações se dão num campo de poder onde há o predomínio de interesses hegemônicos que elegem como linha norteadora deste ‘desenvolvimento’, as questões econômico-políticas, garantindo, assim, o domínio e a continuidade da lógica instrumental estruturante das relações humanas na contemporaneidade ocidental (SAHLINS, 2003[1976]).

Banerjee (2006) destaca que o conceito de desenvolvimento sustentável é um conceito que emergiu recentemente do esforço de abordar os problemas ambientais causados pelo crescimento econômico. Seu objetivo principal seria descrever um processo de crescimento econômico que não cause destruição ambiental. A sustentabilidade estaria, então, no fato de que haveria uma reconciliação entre crescimento econômico e o meio ambiente. No entanto, esta reconciliação pode ser tomada como uma falácia (ou um passe de mágica), uma vez que ainda não se verificou uma divisão equânime dos genuínos problemas ambientais. Este autor aponta ainda para o fato de que tais problemas têm “amplos impactos sobre populações humanas, significativamente mais prejudiciais os pobres do campo nos países do Terceiro Mundo, e para os povos que retiram da terra seu sustento, em geral” (BANERJEE, 2006:78)⁸⁴.

Mesmo reconhecendo que tais impactos têm dimensões globais (esta é uma característica, por exemplo do aquecimento global), Banerjee aponta para o fato de que sobre uma parcela da

⁸⁴ Essa noção também fundamenta as discussões acerca da “Injustiça Ambiental”, tratado no primeiro capítulo desta dissertação (nota n ° 9, página 24).

sociedade recai de forma mais imediata e perversa os impactos negativos deste desenvolvimento, não obstante a criação de novos conceitos para reacender a esperança de uma conciliação entre o crescimento econômico, a não privação dos recursos e os direitos desta parcela da sociedade. Ou seja, diante de uma situação desigual em relação ao modo como são absorvidos os impactos ambientais, assim como da predominância dos interesses no uso e na apropriação da natureza transformada em recursos ou bens ambientais na lógica e na prática mercantilista, se instauram conflitos entre grupos sociais que num movimento de resistência e exercício do poder, buscam defender o seu modo de uso, apropriação e significação da natureza. Estes conflitos se dão, via de regra, num campo de lutas entre grupos com poder (ou capital) político, social e econômico assimétricos (BOURDIEU, 2001; CARNEIRO, 2005).

A noção de conflitos socioambientais proposta por Little (2001) leva em conta o envolvimento de mais de um grupo social e suas formas distintas de se relacionar, dinâmica e interdependentemente, com o meio natural. Neste mesmo sentido, os conflitos ambientais são definidos por Acsehrad (2004) quando estes grupos sociais, que possuem modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território são impactados pelas ações e práticas de um ou mais grupos sociais. Estas duas definições, então, apontam para as distintas formas com que grupos sociais se relacionam com o meio natural, dando-lhe significados distintos e, quando um ou mais grupos ameaçam o modo de vida de outros está colocada uma situação de conflito que se manifesta no campo político, físico e simbólico.

[Conflitos Socioambientais são as] *disputas entre grupos sociais derivadas de distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural*. O conceito socioambiental engloba três dimensões básicas: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos... (LITTLE, 2002: 107. Ênfase minha).

Aproximando-se, assim da perspectiva de conflitos ambientais proposta por Acsehrad :

Os conflitos ambientais envolvem *grupos sociais que possuem modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território*. Esses conflitos se dão quando pelo menos um desses grupos tem sua base material ameaçada por impactos indesejados – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004:26. Ênfase minha).

Em seu relato Janaína revela a sua percepção e as suas práticas de resistência, compartilhadas pelo Grupo de Mulheres do Xingu, em relação ao modo do Estado impor o uso e apropriação dos “recursos naturais”, bem como o fato de que estas disputas - “*entre grupos sociais derivadas de distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural*” (LITTLE, 2002: 107) - se dão num campo de poder assimétrico, marcando conflitos e determinando desigualdades, corroborando, assim, a discussão proposta por Little (2002) e Acselrad (2004):

Não ter mais sossego é assim: o governo alarga [dá ampla divulgação] que vai construir [Belo Monte], as empresas e os interessados que têm os meios de comunicação na mão, que têm a imprensa, que têm o poder econômico, alargam também, ajudam, fortalecem esse discurso do governo. *Enquanto que nós nos sentimos diminuídos diante deste poderio econômico para estar debatendo, estar resistindo contra este projeto*. Por quê? Porque nós não temos o poder econômico, nós não temos dinheiro. Então não nos dá sossego porque a gente tem sempre que tá pensando, que tá lutando, que tá reagindo é... buscando formas, formas... propostas como agente melhor organizadamente reagir contra este projeto. Temos que tá pensando proposta pra região e o movimento aqui como um todo tem propostas sustentáveis para a região.... então é uma constante, uma constante.... *é uma correlação de força muito desigual*. Então, se a gente não fortalece na nossa organização para contrapor a este modelo de projeto nós vamos enfraquecer, nós vamos abrir mão, nós vamos desistir. (Janaína, entrevista realizada em Altamira, 17/09/2008).

Segundo Martinez-Alier (2001), a noção de ‘distribuição ecológica’ nos permite compreender as relações de “assimetrias ou desigualdades sociais, espaciais e temporais na utilização pelos humanos dos recursos e serviços ambientais, objeto ou não de trocas comerciais, isto é, ao esgotamento dos recursos naturais (incluindo a perda da biodiversidade), bem como às cargas de poluição”. Neste sentido, verifica-se que empreendimentos hidrelétricos ocupam um grande “espaço ecológico”, na maioria das vezes em detrimento de segmentos sociais colocados, por esta dinâmica, em situação de vulnerabilidade frente a este modelo hegemônico de

desenvolvimento. Assim, a noção de “meio ambiente” pode ser analisada enquanto uma categoria de entendimento, onde segmentos sociais representam de forma distinta e contraditória o lugar onde as relações humanas se dão (ZHOURI, 2001). Relações estas que se constituem de dimensões políticas, econômicas, materiais, jurídicas, religiosas, mas, sobretudo, simbólicas. Tais relações se dão na confluência destas dimensões, contudo tem sido recorrente e predominante um pensamento dicotômico e instrumental que reduz as complexidades sócio-culturais intrínsecas ao modo de compreensão do meio ambiente, sobre o qual e a partir do qual construímos, compartilhamos e pertencemos a um modo de vida, à uma racionalidade instrumental (SAHLINS, (2003[1976]); ZHOURI & OLIVEIRA, 2005).

Para Sahlins (2003[1976]), as relações humanas fundam-se na construção social de significados que são compartilhados e reconhecidos dentro de uma dada organização social. Ou seja, nenhuma forma cultural pode ser interpretada a partir de um grupo de ‘forças materiais’, como se o cultural fosse a variável dependente de uma inevitável lógica prática, uma vez que “a criação do significado é a qualidade que distingue e constitui os homens [...] de modo que, pelos processos de valorizações e significações diferenciais, as relações entre os homens, bem como entre eles e a natureza, são organizadas” (SAHLINS 2003[1976]:105). Consequentemente, não há relações sociais descoladas de uma razão simbólica. O fato de a organização sócio-econômica capitalista se nortear pelos postulados utilitaristas do interesse prático e da relação meios-fins, não deve ser compreendido como resultado de uma sociedade cuja lógica fundante seja a instrumental, pois assim como as demais organizações sociais “os objetos e pessoas da produção capitalista estão unidos em um sistema de avaliações simbólicas” (SAHLINS 2003[1976]: 25). Ou seja, não se trata, o capitalismo, de um modo de organização social cujo significado é dado (imposta) pela razão prática, mas, de fato, quem opera esse sistema de avaliações simbólicas e, assim, elege a dimensão econômica como estrutura organizativa das relações sociais é a cultura -

razão simbólica – porque “*não há outra lógica no sentido de uma ordem significativa [que dá sentido], a não ser aquela imposta pela cultura sobre o processo instrumental*” (SAHLINS, 2003b:205).

Contudo, as sociedades predominantemente capitalistas não são homogêneas, mas se constituem por grupos sociais culturalmente diversificados, cujo sistema de avaliação simbólica não se funda num significado predominantemente economicista. Neste sentido, que o modo de apropriação e significação da natureza, dentro das sociedades capitalistas, se faz em torno de disputas que se dão num campo de poder assimétrico, contraditório e conflituoso.

4.2 Uma Lição, ou “*isso é pra você respeitar os nossos filhos, isso é pra você respeitar os seus filhos, isso é pra você respeitar a natureza*”

Conforme apontado ao longo desta dissertação, tem sido cada vez mais relevante o papel de lideranças dos movimentos sociais (mulheres, indígenas, ribeirinhos, pescadores, agricultores) que atuam na articulação política em defesa do rio Xingu e, por conseguinte, contrária a construção de empreendimentos hidrelétricos neste rio, independente da denominação que tenham. Por outro lado, há um discurso defendido pelo setor elétrico, bem como por segmentos do governo federal e estadual em defesa de tais empreendimentos que, assim como as demais hidrelétricas já efetivadas ou previstas para serem construídas em todo o país, são defendidas sob o argumento de que não só garantirão o desenvolvimento do país, mas que são a única alternativa de desenvolvimento já que esta matriz energética é considerada sustentável, econômica e ambientalmente. Ainda nessa perspectiva, estes empreendimentos são considerados inadiáveis,

tendo em vista a constante instabilidade na produção e na distribuição de energia, dada a “crise energética” que, ameaça o país desde meados da década de 1990⁸⁵.

As estratégias usadas pelos movimentos sociais têm sido a realização de encontros para discutir e dar visibilidade a esta posição contrária. Assim, participei no ano de 2007 das atividades do Seminário do “Dia Internacional Contra Barragens: Viva o Rio Xingu Vivo” e o Encontro “Povos Indígenas e a Hidrelétrica de Belo Monte”. Ambos contaram com a presença de lideranças do movimento social, dentre as quais, indígenas, mulheres, ambientalistas e ribeirinhos. Em passeata pelas ruas de Altamira defendiam o rio Xingu, pois compreendem que a construção de Belo Monte lhes tirará não apenas o rio enquanto meio que lhes garante a sobrevivência imediata, mas enquanto estrutura que dá significado a sua existência perpetuada e re-significada através de seus filhos e netos, pois conforme relato de uma das lideranças indígenas: “O rio Xingu é a nossa vida. Sem ele não conseguimos viver as nossas vidas, fazer as nossas coisas, pescar... ensinar nossos filhos e netos. *Não podemos existir sem o rio Xingu*” (Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, Altamira/PA, maio de 2007).

A luta em defesa do rio Xingu também no centro das atividades do “Encontro dos Povos Indígenas e Movimentos Sociais: Xingu Vivo para Sempre”, realizado em Altamira em maio de 2008. Este Encontro teve repercussões nacionais e internacionais que colocaram em evidência, mais uma vez, os conflitos advindos com a construção de Belo Monte. Realizado ao longo de três dias no Ginásio Esportivo de Altamira, onde participaram e circularam, num vai e vem sem fim, aproximadamente 2 mil pessoas diariamente, dentre as quais cerca de 300 indígenas de 24 etnias do estado do Pará. Os organizadores deste Encontro, incluindo aí a participação efetiva do Grupo

⁸⁵ A discussão acerca da crise energética que segundo o Setor Elétrico e segmentos do governo, se instaura no país na década 1990 e se aprofunda no início dos anos 2000 não será aprofundada aqui. Assim, para subsidiar esta discussão, sugiro a leitura das seguintes bibliografias: BERMANN, Célio (2002). *Energia no Brasil: para quê? para quem? Crise e Alternativa para um país sustentável*. São Paulo: Livraria da Física/FASE; PINGUELLI ROSA, Luiz (2001) “O Apagão: por que veio? Como sair dele?” Rio de Janeiro: Editora Revan; dentre outras.

de Mulheres do Xingu, deu destaque especial à participação dos indígenas⁸⁶. Por isso, o Ginásio foi subdividido em dois círculos separados por cartazes do encontro e ornamentos feitos de folhas de palmeiras. No círculo interno ficavam os indígenas e ribeirinhos, bem como repórteres credenciados e representantes das organizações e ONG's que apoiaram a realização do Encontro. Neste espaço ainda se encontrava um semi-círculo formado por uma mesa rústica de madeira e cadeiras que eram ocupadas pelas palestrantes (indígenas, ribeirinhos, representantes do movimento dos atingidos por barragem, pesquisadores, representantes de ONG's e, por fim, representantes da Eletrobrás), além das cadeiras que posicionavam os indígenas e ribeirinhos de costas para o círculo externo, mas de frente para a mesa onde seria possível acompanhar a exposição dos palestrantes. No círculo externo ficavam os demais convidados e participantes. Por todos os lados do Ginásio era possível observar faixas que expressavam a discordância com a construção do CHBM, tais como: "As mulheres em defesa do rio Xingu e contra o CHBM"; "Xingu livre e sem barragem"; "Povos Indígenas em Defesa da Vida e do Rio Xingu". Além de frases que destacavam a luta de lideranças locais emblemáticas: "Doroty, Dema, Brasília: Defensores dos Direitos Humanos. Suas vidas continuam em nossa vida e luta"⁸⁷.

⁸⁶ Tal opção estratégica pode ser compreendida levando-se em conta que os impactos sobre a população indígena do Xingu têm sido um dos mais proeminentes argumentos usados nos processos judiciais movidos pelo Ministério Público Federal questionando a viabilidade de Belo Monte, pois entende que está havendo violação da legislação ambiental e dos direitos indígenas, assim como nas mobilizações realizadas dos movimentos sociais contrários à construção da hidrelétrica.

⁸⁷ Referência a lideranças religiosas e do movimento social, assassinadas na região do oeste paraense, respectivamente nos anos de 2005, 2001 e 1997.



A abertura das atividades do primeiro dia do Encontro se deu com a presença das várias etnias indígenas que participaram do Encontro se apresentando com suas danças e cantos. Ao logo dos dias seguintes isso se repetiria como um ritual de abertura das atividades diárias. Caso algum grupo indígena chegasse ao local com atraso, as atividades em curso eram interrompidas para que o grupo retardatário pudesse apresentar. As diferenças culturais entre as etnias indígenas eram marcadas, além das performances dos corpos pintados e enfeitados com seus artefatos que os distinguiam, também espacialmente, pois ficava nítido que no círculo interno, destinado aos indígenas, cada etnia se posicionava de tal forma que conseguiam claramente demarcar seu espaço físico.

Apesar de tanta diversidade, em especial, chamava atenção o grupo de mulheres indígenas Kayapó. Gritos agudos marcavam suas manifestações. Ora, corpos desnudados e belamente cobertos por pinturas de traços forte e negro feitas com tinta extraída do jenipapo, exalando seu cheiro não menos forte; noutras os corpos eram cobertos por vestidos listrados ou estampados em cores claras que iam até os joelhos, tinham dois bolsos na frente e deixavam os braços amostra. Quando os corpos estavam nus, além da tintura de jenipapo, colares coloridos usados transversalmente cobriam-lhes os seios. Os cabelos longos, mas no topo raspados em forma de triângulo que tem sua base na testa e o cume no centro da cabeça. Rostos visivelmente implacáveis, olhar fixo para além daquele cenário, das lentes fotográficas e das câmaras que diante delas [as guerreiras Kayapó] ganhavam status de algo distante, invisível e, em certa medida, dispensável para aquelas guerreiras que a todo instante empunhavam forte e incansavelmente seus terçados no lado contrário ao que carregavam suas crianças. Estas, ora se debruçavam nos braços das mães, ora mamavam nos seios desnudados e pintados, noutras rodeavam suas guerreiras que, atentas ao debate, permaneciam sentadas. O modo com que carregavam suas crianças também chamava atenção. Traziam-nas de pernas abertas enganchadas

em suas cinturas ou lhes puxavam pelas mãos para onde iam. Mas sempre estavam com suas crianças por perto. Assim se destacavam as Guerreiras Kayapó da Aldeia Goretire, chamando a atenção pela beleza e firmeza e se destacando dentre os demais participantes do “Encontro dos Povos Indígenas e Movimentos Sociais: Xingu Vivo para Sempre”.



Estas ‘Guerreiras Kayapó’ se constituem como tais a partir da ação da indígena Tuíra em 1989 no I Encontro das Nações Indígenas do Xingu/Altamira⁸⁸, ao colocar o terçado no rosto do representante da Eletronorte, demonstrando seu repúdio pela hidrelétrica de Belo Monte. Desta forma, dentro de uma ordem cultural que dá significado ao rio Xingu para além de uma racionalidade instrumental (SAHLINS, 2003a, 2004), a ação da indígena Tuíra tem status de uma

⁸⁸ Um estudo etnográfico ainda se faz necessário para compreender como as Guerreiras Kayapó se constituem e mantêm enquanto um grupo com forte atuação de lideranças femininas dentro e para além da Aldeia Goretire. Aqui fazemos apenas referências superficiais a partir das informações e observações feitas ao longo do levantamento de campo e, em especial, do “Encontro dos Povos Indígenas e Movimentos Sociais: Xingu Vivo para Sempre”, realizado em Altamira no ano de 2008.

“ação histórica”, ou seja, “uma ação que afeta a história de coletividades sociais” (SAHLINS, 2006:279).



Assim como o ocorrido em 1989, o Encontro dos Povos Indígenas e Movimento Sociais: Xingu Vivo para Sempre, realizado em 2008 como uma das ações contrárias à Belo Monte, teve grande repercussão, sobretudo pelos acontecimentos em torno dos embates entre grupos indígenas e o engenheiro da Eletrobrás que neste Encontro defendia contundentemente a viabilidade desta hidrelétrica, alegando que a FUNAI – Fundação Nacional do Índio - já havia se manifestado positivamente em relação aos impactos sobre os povos indígenas do Xingu e, enquanto “órgão que tutela os índios”, seria, então, ouvida como representante dos indígenas. Além disso, afirmou que qualquer outro estudo, que não fosse o Inventário Técnico revisado e apresentado em 2007, não tinha valor científico, estava desatualizado em relação aos reais impactos de Belo Monte. Após sua fala, os indígenas presentes se manifestaram coletivamente.

No ritmo dos gritos agudos em defesa do Xingu, numa combinação entre passos, ao mesmo tempo suaves e largos, e os movimentos do braço que trazia em sua mão um terçado, símbolo das Guerreiras Kayapó, Tuíra deu início a um vai e vem incansável. A Guerreira Kayapó, atravessou várias vezes o centro do Ginásio, no qual se encontravam outros povos indígenas, usando o seu facão para fazer movimentos como se cortasse o vento a sua frente, sem cessar o grito. De repente, ao chegar no meio do percurso voltou-se na direção do representante da Eletrobrás que permanecia ali sentado após ter feito uma explanação sobre o “novo” Inventário de Belo Monte, defendendo-o veementemente, pois “ele [o empreendimento] não trará impactos para a região e garantirá a energia que o Brasil precisa para se desenvolver”. Tuíra, mantendo os movimentos que cortavam o vento a sua frente, se aproximou dele e passou o facão bem próximo ao rosto do engenheiro. Ele permaneceu imóvel, sem expressão. Talvez esse gesto fosse uma tentativa de demonstrar que não temia e que não ouviria os gritos agudos. Mas também foi o gesto que desafiou a Guerreira e os povos indígenas presentes.

A partir daquele momento, através da harmonia entre o canto e a dança, os povos indígenas demonstravam sua insatisfação e sua disposição para iniciar uma guerra em defesa do seu território, do seu rio, da sua cultura e do seu modo de vida. Divididos em dois grupos iam de um lado a outro no centro do Ginásio. De repente o vai e vem é interrompido e todos os indígenas se dirigem para a mesa onde se encontrava ao centro o “engenheiro da Eletrobrás”. Não vi mais o engenheiro, pois ele estava rodeado pelos indígenas. Mas continuava encantada pela beleza da dança e do canto, somente aos poucos fui percebendo que se tratava de uma manifestação para demonstrar a insatisfação indígena com o que tinha sido falado em defesa da destruição do rio Xingu.



A dança foi interrompida. Naquele momento somente foi possível, para mim, ver um tumulto que continua envolvendo o engenheiro da Eletrobrás que ao receber golpes de terçados, como se tivesse aprendendo uma lição, ouve insistentemente dos indígenas: “Isso é para você respeitar os nossos filhos; isso é para você respeitar os seus filhos; isso é para você respeitar a natureza”⁸⁹. No meio do tumulto vejo uma camisa sendo arrastada e rasgada em vários pedaços.



Neste exato momento não tenho idéia do que acontecia. Temo. Meu corpo é envolvido por um calafrio intercalado por ondas de calor imenso. Medo. Os poucos rostos que consigo ver próximo de mim expressam em seus olhares o mesmo medo que já me habitava. Então, do microfone, começamos a ouvir: “Sai gente, sai. Por favor, sai daqui. Pára gente, pára. Por favor, gente, ajuda aqui. Ajuda gente. Tira daqui. Não faz isso. Sai daqui. Gente, por favor, vamos

⁸⁹ Somente compreendi que eram estas as frases que estavam sendo ditas pelos indígenas depois de conversar informalmente com uma das coordenadoras da FVPP sobre o acontecimento.

voltar pros lugares. Pára. Pára”. Era a coordenadora da Fundação Viver Produzir e Preservar, uma das instituições organizadoras do Encontro, tentando controlar aquela situação.

Silêncio. Dela e de todos nós. Somente quebrado pelo canto ininterrupto dos indígenas que festejavam o feito com a camisa que era arrastada pelo chão e logo em seguida cortada em pedaços que foram divididos entre os indígenas. Pela sua altura o representante da Eletrobrás permitiu-me avistá-lo sendo retirado sem camisa do ginásio. Alívio. Nos dias que se seguiram, os pedaços da camisa amarrados nas pontas dos facões simbolizavam a vitória.

A indígena Tuíra, a partir de sua ação em 1989, modifica a história de coletividades sociais e, respaldada pela legitimada que lhe é conferida pelo grupo, passa a simbolizar a luta e resistência à construção da hidrelétrica. Ao re-atualizar sua ação no Encontro de maio de 2008 ela reafirma esta posição e novamente chama a atenção da sociedade e do governo brasileiro para o fato de que a hidrelétrica representa uma violação, significando perdas irreversíveis para os indígenas que vêem o rio como sua vida.



Esse modo de significar o rio Xingu é compartilhado também pelas populações ribeirinhas, pescadores, extrativistas, parte da população urbana de Altamira e pelo Grupo de Mulheres do Xingu que seguem protestando contra Belo Monte, por considerá-la uma ameaça à vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorri alguns dos caminhos os quais considerei fundamentais na composição de um quadro que permitisse a apreensão dos significados e das dinâmicas sócio-culturais onde estão inseridas as mulheres que atuam no movimento em defesa do rio Xingu, bem como do sentido do discurso e de suas práticas acionados para demonstrarem o posicionamento contrário à construção da hidrelétrica de Belo Monte, apresentando outras possibilidades de “desenvolvimento” que privilegia as alternativas locais de produção e de vida. Observei, assim, tratar-se não apenas de uma posição contrária à Belo Monte, mas à lógica desenvolvimentista que tem norteado as várias inserções de programas e projetos, sejam governamentais ou privados, na região amazônica. Numa visão hegemônica e uniformizadora de um modo de produção simbolizada, sobretudo nesta região, por grandes projetos hidrelétricos e pela abertura de rodovias, assim como por um ciclo que envolve a extração de madeira – muitas vezes ilegal - , a criação extensiva de gado e o monocultivo de soja. Todos estes empreendimentos visam a inserção da Amazônia no mercado globalizado e economicamente competitivo.

Hidrelétricas, símbolos do progresso na atualidade (ZHOURI, 2003), são consideradas pelo Setor Elétrico e pela sociedade, de forma geral, como essenciais ao desenvolvimento (econômico) brasileiro garantindo a demanda de energia elétrica que tem sido cada vez mais crescente. Todavia, sob o prisma do “Grupo de Mulheres do Xingu”, Belo Monte implicará em retrocessos nas conquistas e transformações num contexto de violência física e simbólica. Estas transformações são lidas como positivas e como resultado da intervenção dos movimentos sociais, em especial pela atuação das mulheres, ocorridas desde a chegada de suas famílias que, motivadas pela conquista “*de um pedaço de terra e por melhores condições de vida*”, se fixaram na região da Transamazônica e do Xingu.

O que move e faz com que estas doze mulheres se constituam enquanto um grupo posicionando contrariamente à construção desta hidrelétrica sob o argumento de que as mulheres “*são as que mais vão sofrer com os impactos de Belo Monte*”, foi essa a inquietante pergunta norteadora da minha análise. Alguns aspectos devem ser considerados em relação a minha opção teórico-metodológica que busca desconstruir a visão onde se evidencia uma relação imbricada e nata entre a mulher e a natureza como ponto de partida para compreender tal posicionamento. Ponderei, então, que, para não incorremos num erro de uma análise simplista, é no encontro entre o contexto sócio-histórico, as dinâmicas culturais e as subjetividades que devemos orientar uma interpretação visando à compreensão do Outro nas suas especificidades. Logo, modos de pensar o mundo que universalizam e naturalizam, fixando e opondo posições – cultura/natureza, dominante/dominado, racional/emocional, homem/mulher - não dão conta das complexidades e peculiaridades das relações humanas que, perpassadas por diferenças e desigualdades, envolvem pessoas cujas identidades – de gênero, de classe, étnico-raciais, geracionais, religiosos - são construídas nestas relações .

Tentei mostrar que estas doze mulheres têm uma trajetória de vida que as levaram a estabelecer um vínculo com o *lugar* vivenciado por elas nas suas dimensões práticas e simbólicas, bem como são trajetórias marcadas por “*dor, sofrimento e choque social*”. Realidades estas que não as paralisaram, ao contrário, as colocaram em movimentos, conforme apreendemos no relato de Sandra: “Eu precisava me agarrar a alguma coisa. Eu precisava de uma luz depois que meu filho morreu. Foi no movimento [de mulheres] que eu me agarrei”.

A necessidade subjetiva de reagir frente à injustiça e à impunidade, assim como de ajudar outras pessoas para que não sofressem as mesmas violências levou ao fortalecimento da organização em defesa dos direitos de crianças e das mulheres nos anos de 1990, surgindo, assim, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade -MMTACC, e o Comitê

de Defesa do Direito das Crianças Altamirenses - CDDCA. São várias as mulheres que estão em sobre uma ordem social que tem trazido condições perversas de vida, mas apenas “*umas dez ou doze...*”, constituem o Grupo de Mulheres do Xingu, ou seja, são aquelas que “*estão à frente*”, pois são vistas e se vêem como lideranças nas ações reivindicatórias realizadas no município. Se num primeiro momento o foco de sua atuação era o enfrentamento às situações de violência vivenciadas por mulheres e crianças em Altamira, sobretudo no início dos anos de 1990, posteriormente as questões relacionadas à garantia da terra e dos direitos dos trabalhadores rurais e extrativistas, a melhoria dos serviços públicos de saúde e de educação, bem como a preservação ambiental, passaram a ser também objeto desta atuação.

Filhas de ribeirinhos, de extrativistas e de trabalhadores rurais, as doze mulheres que se constituem enquanto um “Grupo em Defesa do Xingu” apresentam pontos comuns em relação a sua formação e nível de escolaridade, a sua participação religiosa e política nas CEB’s, desdobrando-se, na maior parte das vezes, na articulação política por meio de suas vinculações nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STR’s, e no Sindicato dos Professores – SINTEP, desde a chegada delas na Transamazônica, a partir do início da década de 1950 até final dos anos de 1990. Assim, o movimento destas mulheres emerge na direção de garantir um modo de vida em que situações de violação de direitos e de violência (física e simbólica), muitas vezes vivenciadas na forma mais perversa, como os assassinatos de trabalhadores rurais, de mulheres e de crianças, tão recorrentes naquela época, mas permanecendo ainda nos dias atuais, mesmo que com novos contornos. Do ponto de vista do Grupo de Mulheres do Xingu estas situações serão potencializadas em decorrência das mudanças sócio-culturais, econômicas e políticas que a construção de uma usina hidrelétrica representa para a população que as vivenciarão em níveis diversos (REHNFELDT, 2003).

A leitura que faço é a de que para as minhas interlocutoras as rupturas nas dinâmicas sociais causadas pela construção de Belo Monte, representam um retrocesso e afetarão de forma ainda mais profunda às mulheres, pois acirrarão as desigualdades sócio-econômicas e as assimetrias de gênero, que marcam o modo com que historicamente as relações sociais vêm se estruturando na região da Transamazônica e do Xingu. Há uma percepção de que o aumento de pessoas na cidade, principalmente de homens, atendendo à demanda de mão-de-obra para o processo de construção de Belo Monte, dada a desestruturação social e espacial provocada por este contingente de pessoas, poderá gerar situações de vulnerabilidade e de retrocessos em relação aos direitos das mulheres. Esta percepção está relacionada com as vivências das décadas de 1980-1990 quando foram observados os aumentos da crueldade, dos maus tratos e dos assassinatos vividos por elas mesmas e por seus familiares.

Se por um lado a chegada de um grande contingente de pessoas, sobretudo de homens para trabalhar na obra, é identificada como problema, por outro, com o fim da construção da barragem e, conseqüentemente, o fim da demanda por mão-de-obra e o decorrente desemprego, muitos homens se retirarão da cidade procurando novas oportunidades em outras localidades. Na Transamazônica e Xingu, tradicionalmente, são as mulheres e as crianças que permanecem, se fixam no *lugar*, ficando os homens mais propensos a um fluxo migratório justificado pela busca por condições para sustentar suas famílias. Por isso, elas viverão, sem seus pais, seus irmãos, seus maridos e seus filhos, os impactos pós-construção de Belo Monte.

Nos relatos abaixo, podemos apreender o modo com que o Grupo de Mulheres do Xingu percebe porque os impactos causados por Belo Monte recairão mais incisivamente sobre as mulheres.

[os impactos da hidrelétrica vão] recair mais sobre as mulheres porque o homem depois de todo estrago que fez [trabalhando na construção das hidrelétricas] vai sair pra procurar trabalho fora. Quem fica é a mulher com as crianças. Então pra cá que fica as conseqüências das doenças, não terá mais ... o maior problema é que a água vai subir e vai... porque a nossa região é arenosa, e vai fazer o casamento entre as fossas e os poços. Praticamente já tá feito. Então não tem mais água potável. Por isso que acarreta mais sobre as mulheres. E como a maioria das mulheres elas são pobres elas que sofrem mais. Quanto maior a pobreza maior o impacto do sofrimento. Vão lavar a roupa onde? No rio sujo, com a roupa toda contaminada? E que doenças traz? Vão fazer uma horta, chá, regar com que água? Com a água podre? Vão cozinhar a água e colocar no filtro? Quem vai pagar o gás? Porque já foi dito pro pessoal que invista, mas não gaste muito. Dois anos antes de terminar a barragem venda tudo e vai embora. Como vai ficar? Vai ficar do jeito que ta hoje? Quem tem capacidade sai. Só vai ficar a pobreza e justamente as mulheres. Porque o homem quando não agüenta ele vai embora. A mulher é raro. Ela agüenta. Elas podem vê os filhos sofrendo, morrendo mas elas ficam do lado. (Irmã Laura, entrevista realizada em Altamira, setembro 2008).

Há no discurso de Irmã Laura a idéia de que nesta dinâmica social em que vivem, os homens circulam de acordo com as demandas de mão-de-obra e da necessidade de geração de renda. Enquanto as mulheres se fixam em decorrência das responsabilidades com os afazeres domésticos e com os cuidados com a família. Ambos, homens e mulheres, têm suas vidas alteradas com a chegada da hidrelétrica. Mas para as mulheres que dependem de forma mais direta dos recursos naturais, como a água, para realizar e vivenciar seu cotidiano, sobretudo para aquelas cujas condições materiais e econômicas para superar as situações de degradação dos recursos naturais são menores ou inexistentes, sofrerão de forma mais perversa os impactos de uma obra como a hidrelétrica de Belo Monte.

E os homens, geralmente, pela questão da sociedade machista que a gente tem ainda, ele tem mais formas de sair, de ir em busca de outras formas de trabalho de melhoria. As mulheres elas ficam com os filhos. E com isso elas ficam presas a família, aos cuidados com os filhos e elas têm muita dificuldade de reagir. Primeiro sem nenhuma qualificação profissional, sem emprego, ganha muito pouco. Tem que fazer bico para ganhar pouquinho que geralmente não dá para nada. (Janaína, entrevista realizada em Altamira, setembro 2008).

As mulheres é que vão sofrer mais com a hidrelétrica porque são elas a maioria que ta a margem da linha de pobreza e nós vamos ficar lá... porque quem não tem conhecimento, não teve acesso a educação, que tem dificuldade de colocar seu filho na escola e manter ele na escola ta confinado a ficar na miséria totalmente e sem aquilo que hoje você tem de graça, que é a água (Rita, em entrevista realizada em Altamira, agosto de 2008).

Porque a mulher ela vive, ela sofre tudo isso no dia a dia. O homem vai pro trabalho dele não se preocupa com o que ela vai fazer durante o dia. Porque [a casa] é uma responsabilidade da mulher [os cuidados com a casa e a família]. E assim ela passa o tempo todo preocupada. Ele [o homem] chega o almoço tá pronto, todo mundo tá banhado, tá cuidado... Então pra ele é mais difícil [de perceber] ele não se toca dessas coisas que vai fazer bem a saúde mais tarde. Pra ele não. Ele não tem esse [preocupação]... se tem ele não demonstra. (Sandra, em entrevista realizada em Altamira, setembro de 2008).

Aonde quer que esteja a água ela tem que ser defendida. Inclusive nós já fizemos o seminário em defesa da natureza hídrica. Então essa ligação ela é única. Porque é a mulher que cozinha, a mulher que dá água pro filho, a mulher que banha, a mulher que lava roupa, a mulher que limpa a casa, a mulher que tem as flores. Porque a mulher ela quer que o ambiente também seja bonito. Onde ela está, né. (Irmã Sônia, entrevista realizada em setembro 2008).

As falas de Janaína, Rita, Sandra e Sônica corroboram este ponto de vista, esse modo de compreender que as mulheres estão mais vulneráveis a estes impactos não por razões relacionadas a uma essência feminina vulnerável e frágil, mas pelo contexto histórico-social onde as relações entre homens e mulheres são construídas, pois “o lugar da mulher na vida social humana não é, diretamente, o produto daquilo que ela faz (e menos ainda do que, biologicamente, ela é) mas sim do sentido que suas atividades adquirem através da interação social concreta” (ROSALDO, 1995:22).

O vínculo da mulher com a água, não por uma condição inerente que a aproxima da natureza, mas pelas práticas e representação construída naquela dinâmica sócio-cultural, onde os afazeres domésticos e o cuidado com a família e com os filhos são de responsabilidade das mulheres, é apontado como um dos grandes impactos para a mulher que terá ainda mais dificuldade em realizá-las, considerando que o acesso à água será afetado com o barramento do rio. Esta dificuldade se refletirá num distanciamento ainda maior em relação às condições de saúde e de educação, que é vista pelo Grupo de Mulheres do Xingu como um dos principais instrumentos de superação de uma condição social de pobreza e de desigualdades de gênero. O espaço doméstico e seus afazeres não são considerados como uma desvalorização da mulher,

sobretudo se observarmos que elas não se limitam às tarefas e responsabilidades domésticas. Essas atividades são associadas às dinâmicas e aos espaços de participação política, de atuação profissional, de realizações pessoais como a educação para si e para os filhos e familiares. E, assim, exercem seu poder de agência neste contexto, delineando outras perspectivas que não aquelas vivenciadas quando chegaram para ocupação da Transamazônica. Ao defenderem a preservação da natureza não o fazem por considerarem a existência de uma condição feminina nata, mas tendo como referência as práticas, as representações e os significados construídos no contexto histórico-social que vivenciam.

Esta é a leitura que faço. Estou certa de que outros caminhos a serem percorridos são possíveis e necessários, pois se deve “*formular novas proposições ad infinitum...*” (FOUCAULT citado por RABINOW, 1999:76) no processo de produção de conhecimentos. Não obstante, considero que, em certa medida, encontrei – *invisíveis agulhas em infinitos palheiros* (GERTZ, 1988:58) - uma das pontas de um entremeado de teias que compõe o contexto e dão sentido ao modo com que o Grupo de Mulheres do Xingu compreende as suas realidades. A tentativa foi de que tal processo se desse sem esconder, ou pelo menos mostrando sempre que possível, *os vestígios das pinceladas, os toques e os retoques* (BOURDIEU, 2001) do processo de construção de uma *interpretação do real* (GEERTZ, 1988) , aqui apresentada como resultado nesta dissertação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIANCE, Madeleine Cousineau (1996). Terra Prometida: as comunidades eclesiais de base e os conflitos rurais. São Paulo: Paulinas (Coleção Sociologia e Religião).

ACSELRAD, Henri (2004) “As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais” In. Henri Acelrad (org.) *Conflitos Ambientais no Brasil*. Ed. Relume-Dumará: Rio de Janeiro.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (2007). “Uma Campanha de Desterritorialização. Direitos Territoriais e Étnicos: a bola da vez dos estrategistas dos agronegócios” In: Proposta: Revista Trimestral de debate da FASE “Amazônia: Velhos Dilemas, novos desafios”. Ano 31 No. 114 Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional: Rio de Janeiro. PPGSCA-UFAM.

_____. (2006). *Terras de Quilombos, Terras Indígenas, Babaçuais Livres, Castanhais do Povo, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas*. Manaus: PPGSCA-UFAM.

_____. (2004). “Amazônia: a dimensão política dos ‘conhecimentos tradicionais’” In. Henri Acelrad (org.) *Conflitos Ambientais no Brasil* Ed. Relume-Dumará: Rio de Janeiro.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; CARVALHO, Guilherme (2009), organizadores. *O Plano IIRSA na Visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica*. Belém: FASE/Observatório Comova/UFPA.

ALMEIDA, Graziela Rodrigues (2007). Terras Indígenas e o Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito: análise etnográfica de um conflito socioambiental. Dissertação de Mestrado. Departamento Instituto de Ciências Sociais/ Departamento de Antropologia/ Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. UnB: DF.

ALMEIDA NEVES, Lucília de (2000). Memória, História e Sujeito: substratos da identidade. In: Revista de História Oral Vol. 3 pp. 109-116.

ALVAREZ, Sônia E. (2000). “A ‘Globalização’ dos Feminismos Latino-Americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio”. In: Sonia E. Alvarez, Evelina Dagnino, Arturo Escobar (Orgs.). *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

ANDERSON, Kirla Karina dos Santos (2009). Lugar de Mulher é em Casa? Cotidiano das relações de gênero e família em Belém/PA. In: Maria Luzia Miranda Álvares, Eunice Ferreira dos Santos e Cristina Donza Cancela (Orgs.). *Mulheres e Gênero: as faces da diversidade*. Belém: GEPEM (Coleção Mulheres e Gênero na Amazônica – Vol. 1).

ANDRADE, M. de P; *et al* (2006). “Os Moradores da Faixa e os Zeladores da Coebe: apropriação dos espaços nas faixas de servidão da Eletronorte em Bacabeira e Santa Rita (MA)”. In: SOUZA FILHO, Benedito, *et al*, (Orgs) (2006). *Alta Tensão: conflitos, representações e*

dinâmicas de uso e ocupação de faixas de servidão de linhas de transmissão da Eletronorte. São Luis: EDUFMA.

APADURAI, Arjun (1997). “Soberania sem Territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. In: *Novos Estudos Cebrapa*, novembro, 1997.

ARAMBURU, Mikel (1994) “Aviamento Modernidade e Pós-Modernidade no Interior da Amazônia”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* No. 25 Ano 9, junho, pp. 82-99.

BANERJEE, Subhabrata Bobby (2006). “Quem Sustenta o Desenvolvimento de Quem? O Desenvolvimento Sustentável e a Reinvenção da Natureza”. Tradução de Lemuel Dourado Guerra e Claudio Ruy Postela de Vasconcelos . In: Marciolina Fernandes e Lemuel Guerra (Org.) *Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável*. 2ª. Ed. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos.

BECKER, Howard S. (1997). *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. ESTEVÃO, Marcos. & AGUIAR, Renato (Trad.) São Paulo: Ed. Hucitec.

BENTES, Rosineide (2005) “A Invenção do Ambientalismo Internacional na Amazônia”. In: *Estudos Avançados*. São Paulo:IEA.

BENTO, Berenice (2006). *A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Editora Garamond.

BERMANN, Célio (2002). *Energia no Brasil: para quê? para quem? Crise e Alternativa para um país sustentável*. São Paulo: Livraria da Física/FASE.

BOURDIEU, Pierre (2005[1971]): Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe. In: *Economia das Trocas Simbólicas*. Introdução, Organização e Seleção de Sérgio Miceli, 6ª. Edição São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____ (2004). *Coisas Ditas*. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. Revisão Técnica Paula Monteiro. São Paulo: Brasiliense.

_____ (2004a) “Fieldword in Philosophy”. In: *Coisas Ditas*. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. Revisão Técnica Paula Monteiro. São Paulo: Brasiliense.

_____ (2004b) “O Interesse do Sociólogo”. In: *Coisas Ditas*. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. Revisão Técnica Paula Monteiro. São Paulo: Brasiliense.

_____ (2004[1986]) “Espaço Social e Poder Simbólico”. In: *Coisas Ditas*. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. Revisão Técnica Paula Monteiro. São Paulo: Brasiliense.

_____ (2001) *O Poder Simbólico* Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 4 edição

_____ (2001a). “Introdução a uma Sociologia Reflexiva”. In: *O Poder Simbólico* Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 4 edição

_____ (2001b). A Gênese dos Conceitos de Habitus e de Campo. In: *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 4 edição.

_____ (2001c). “Sobre o Poder Simbólico”. In: *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 4 edição.

_____ (2000). *O Campo Econômico: a dimensão simbólica da dominação*. Tradução Roberto Leal Ferreira; Revisão Técnica Daniel Lins. Campinas, São Paulo: Papirus.

_____ (1997) Coordenador. *A Miséria do Mundo*. 4^a Edição Editora Vozes, Petrópolis: Rio de Janeiro.

_____ (1997a). “O Espaço dos Pontos de Vista”. In: BOURDIEU, Pierre. (Coord.) *A Miséria do Mundo*. 4^a Edição Editora Vozes, Petrópolis: Rio de Janeiro.

_____ (1997b). “Compreender”. In: Pierre Bourdieu (Coord.) *A Miséria do Mundo*. 4^a Edição Editora Vozes, Petrópolis: Rio de Janeiro.

_____ (1997c). “Efeitos de Lugar”. In: BOURDIEU, Pierre. (Coord.) *A Miséria do Mundo*. 4^a Edição Editora Vozes, Petrópolis: Rio de Janeiro.

_____ (1986). *L’illusion Biographique*. Versão Traduzida A Ilusão Bibliográfica In: Usos e Abusos da História.

BRÍCIO, Vilma Nonata de (2009). “Gênero e Sexualidade: Derivação da Diferença”. In: Maria Luzia Miranda Álvares, Eunice Ferreira dos Santos e Cristina Donza Cancela (Orgs). *Mulheres e Gênero: as faces da diversidade*. Belém: GEPEN (Coleção Mulheres e Gênero na Amazônica – Vol. 1).

BUTLER, Judith (2003). *Problemas de Gênero; feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.

CANCLINI, Nestor Garcia (1993) “Antropólogos Sob a Lupa: ou como falar das tribos quando as tribos somos nós mesmos”. In: Revista Ciência Hoje Vol. 15 Nº 90.

CARDOSO, Denise Machado (2002). “Mulher, Pesca e Ambiente”. In: Espaço científico – Santarém – Vol. 3, No. ½, 2002 – pág. 65-72.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (2006a). “O Lugar e – em lugar – do Método”. In: O Trabalho do Antropólogo. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

_____ (2006b). “A Dupla Interpretação na Antropologia”. In: O Trabalho do Antropólogo. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

_____ (1996). O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever”. In: Revista de Antropologia, V. 39 N °1 USP: São Paulo.

_____ (1988). Sobre o Pensamento Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. (2007). “O Ofício do Antropólogo, Ou Como Desvendar Evidências Simbólicas”. In: Série Antropologia Vol. 413 pp 6-19. Brasília: DAN/UnB.

CARNEIRO, Eder Jurandir (2005) “Política Ambiental e a Ideologia do Desenvolvimento Sustentável”. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K; BARROS, D. P; (Org.) *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte, Editor Autêntica.

_____ (2005a) “A Oligarquização da ‘Política Ambiental’ Mineira”. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K; BARROS, D. P; (Org.) *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte, Editor Autêntica.

CARVALHO, Guilherme (2007). Hidrelétricas no Rio Madeira: as disputas em torno de dois mega-empresendimentos na Amazônia”. In: Proposta: revista trimestral de debate da FASE “Amazônia: Velhos Dilemas, novos desafios”. Ano 31 No. 114 Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional: Rio de Janeiro.

_____ (2004) A Integração Sul-americana e o Brasil: o protagonismo brasileiro na implementação do IIRSA. Guilherme Carvalho e Leticia Tura (org.). FASE: Belém-Pará.

CARVALHO, G. & BERNO DE ALMEIRA, A. W, (Orgs) (2009) *O Plano IIRSA na Visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica*. Belém: FASE/Observatório COMOVA/UFPA.

CASTILHOS BRITO, Maria Noemi (1995[1986]). “Mulheres na Política: como e porque”. In: Horizontes Antropológicos Revista Temática Semestral Ano 1 N °1 Porto Alegre,RS-Brasil, 1995.

CASTRO, Edna (2005). “Globalização, Dinâmicas dos Atores Sociais e Novas Frentes do Desmatamento na Amazônia” Mimeo. FASE/ Programa Nacional Amazônia – Pará

_____ (2000). “Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais”. In: Diegues, A C. (Org). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Annablume/NUPAUB/CITEC.

CLIFFORD, James (1998). “Sobre a Autoridade Etnográfica”. In: James Clifford *A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

COELHO, Silvio (2007). “Hidrelétricas e suas Conseqüências Socioambientais”. In: Ricardo Verдум (org.) *Integração, Usina Hidrelétricas e Impactos Socioambientais*. Brasília: INESC.

COELHO, Silvio & NACKE, Analiese (2003). *Hidrelétricas e Povos Indígenas*. Florianópolis/SC: Editora Letras Contemporânea.

COSTA, Claudia de Lima (2002). *O sujeito no feminismo: revisitando os debates*. In: Cadernos Pagu. No. 19, Campinas. Disponível www.scielo.com.br

COUTO, Márcia Thereza (2002) “Na trilha do gênero: pentecostalismo e CEBs”. In: Revista Estudos Feministas, Ano 10, Segundo Semestre de 2002. Disponível www.scielo.com.br

CRAPANZANO, Vincent (1971) “El Dilema de Hermes: la mascara de la subversió en las descripciones etnográficas”. In: Marcus, G. E & Clifford, J. Retóricas de la Antropología. Madrid: Jucar Universidad.

_____ (2005). “A Cena: lançando sombra Sobre o real” Tradução: Rodrigo Maffei Libonati. In: Revista MANA 11(2):357-383.

DAMATTA, Roberto (1978). O Ofício do Etnólogo, Ou Como Ter Anthropological Blues. In: Boletim do Museu Nacional de Antropologia n° 27. Nova Série: Rio de Janeiro.

_____ (2000). *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. 6ª Edição Rio de Janeiro: Editora Rocco.

DIEGUES, A. (1996). *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec.

DUPUY, Jean-Pierre (1980). “Da Ecología à Crítica Radical da Sociedade Industrial”. In: Dupuy J-P. *Introdução à Crítica da Ecologia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ELIAS, Norbert; & SCOTSON, John. L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Tradução Vera Ribeiro; Tradução do Posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ESCOBAR, Arturo (2000) “El Lugar de la Natureza y la Natureza del Lugar: globalización o postdesarrollo?”. Disponível em <http://www.unc.edu/~escobar/>

ESTEVA, Gustavo (2000). “Desenvolvimento” In: *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Wolfgang Sachs (Org.). Ed. Vozes Petrópolis: RJ.

FAUSTO, Boris (2002). História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 10ª. Edição.

FEARSLIDE, Philip (2005). “Hidrelétricas Planejadas no Rio Xingu como Fontes de Gases do Efeito Estufa: Belo Monte (Kararaô) e Babaquara (Altamira). In SEVÁ, A. Osvaldo (org.). *TENOTÃ-MÔ: alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*”. São Paulo: International Rivers Networ.

_____ (1990) “A Hidrelétrica de Baubina: o faraonismo irreversível versus o meio Ambiente na Amazônia”. Instituto de Antropologia e Meio Ambiente (IAMÁ) São Paulo: Brasil.

_____ (1988) Processos predatórios na floresta tropical úmida da Amazônia Brasileira. In: Instituto de Estudos Avançados da USP.

FIÚZA, Ana Louisa de Carvalho (2001). “Mulheres nas Políticas de Desenvolvimento Sustentável”. In: Cristina Bruschini e Céli Regina Pinto (Org). *Tempos e lugares de Gênero*. São Paulo: FCC: Ed. 34. 2001.

FOLADORI, Guillermo e TAKS, Javier (2004). Um olhar antropológico Sobre a questão ambiental. In: Revista MANA 10(2):323-348.

FONSECA, Claudia & CASTILHOS BRITO, Maria Noemi (1995). “Apresentação”. In: Horizontes Antropológicos Revista Temática Semestral Ano 1 N° 1 Porto Alegre,RS-Brasil.

FOUCAULT, Michel (1976). “Genealogia e Poder”. In: Roberto Machado (Organização, Tradução e Revisão Técnica). *Michel Foucault Microfísica do Poder* 18^a Edição. São Paulo: Editora Graal, 2003.

_____ (1976a). “Soberania e Disciplina”. In: Roberto Machado (Organização, Tradução e Revisão Técnica). *Michel Foucault Microfísica do Poder* 18^a Edição. São Paulo: Editora Graal, 2003.

_____ (1975). “Poder-Corpo”. Entrevista publicada. In: Roberto Machado (Organização, Tradução e Revisão Técnica). *Michel Foucault Microfísica do Poder* 18^a Edição. São Paulo: Editora Graal, 2003.

_____ (1972). “Os Intelectuais e o Poder”. Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: Roberto Machado (Organização, Tradução e Revisão Técnica). *Michel Foucault Microfísica do Poder* 18^a Edição. São Paulo: Editora Graal, 2003.

FREITAS, Renan S. de; & BATITUCCI, Eduardo C. (1997). “A Falácia da Interpretação da Cultura como Texto”. In:Revista Lua Nova no. 40/41.

FURTADO, Lourdes Gonçalves (2004). “Dinâmicas Sociais e Conflitos da Pesca na Amazônia” In. Henri Acselrad (org.) *Conflitos Ambientais no Brasil*. Ed. Relume-Dumará: Rio de Janeiro

GEERTZ, Clifford (2001). “Anti Anti-Relativismo” In: *Nova Luz Sobre a Antropologia*. Tradução Vera Ribeiro. Revisão Técnica Maria Cláudia Pereira Coelho. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

_____ (1997). *O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 5a Edição.

_____ (1997a). “Como Pensamos Hoje: o caminho de uma etnografia do pensamento moderno”. In: *O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 5a Edição.

_____ (1997b). “Do Ponto de Vista dos Nativos: a natureza do entendimento antropológico” In: *O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 5a Edição.

_____ (1991). *NEGARA: o estado teatro no século XIX*. Tradução Miguel Vale de Almeida. Coleção Memória e Sociedade Editora Bertrand Brasil S/A: Rio de Janeiro.

_____ (1989) “Estar Lá Escrever Aqui”. Tradução Mauro Salviano Silva In: *Revista Diálogo* V. 22 N ° 3.

_____ (1988) “Estar Aqui: De qué vida se trata al fin y al cabo” In: *El Antropólogo Como Autor*.

_____ (1973). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora.

GUERCI, Antonio & CONSIGLIERE, Stefania (1999). “Por uma Antropologia da Dor: Nota preliminar”. Tradução Oscar Calavia Sáez. In: *Ilha – Revista de Antropologia PPGCS/ UFSC: Florianópolis*.

GOFFMAN, Erving (1993). *Estigmam: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução Macia Bandeira de Mello Leite Nunes. Editora Zahar: Rio de Janeiro 3ª. Edição.

GRANADO, Eliana M. (2007). Interligando Sistemas Elétricos com Tensões Sociais”. In: Ricardo Verдум (Org.) *Integração, Usina Hidrelétricas e Impactos Socioambientais*. Brasília: INESC.

GROSSI, Miriam (1995). Conventos e Celibato Feminino entre Camponesas do Sul do Brasil. In: *Horizontes Antropológicos Revista Temática Semestral* Ano 1 N °1 Porto Alegre,RS-Brasil.

GUBER, Rosana (1991). *El Salvaje Metropolitano. A la vuelta de la antropología Postmoderna. Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo. (Capítulo III: El Enfoque Antropológico: señas particulares)*. Colaboração Carmem Guarini e Ester Kaufman. Editorial Legasa.

HAESBAERT, Rogério (2004). *O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HALBWACHS, Maurice (2004). *A Memória Coletiva*. Tradução Laís Teles Benoir. São Paulo: Editora Centauro.

HAMID, Sônia Cristina (2007). *Entre a Guerra e o Gênero: Memória e Identidade de Mulheres Palestinas em Brasília*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais Departamento de Antropologia Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social: Brasília.

HÉRITIER, Françoise (1997). Masculino/Feminino. In: *Enciclopédia Einaudi* Imprensa Nacional-Casa da Moeda Lisboa, 20/1997.

HUBERT, Henri & MAUSS, Marcel (1899). “Ensaio sobre a Natureza e a Função do Sacrifício”. In: *Marcel Mauss: Ensaios de Sociologia*. São Paulo: Editora Perspectiva.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (1999). “A Dor como Objeto de Pesquisa Social”. *Ilha – Revista de Antropologia PPGCS/ UFSC*: Florianópolis 1999.

LACERDA LIMA, Maria do Socorro (2009). “O ‘Caminho de Volta’ Vivenciado pelos Juruna/Yudjá da Aldeia Boa Vista”. Belém: UFPA/PPGCS. Dissertação de Mestrado.

LANNA, Marcos (1999). “Sobre a Comunicação entre Diferentes Antropologias”. In: *Revista de Antropologia*. Vol. 42 No. .1-2 São Paulo . Disponível no Site: www.scielo.com.br

LAQUEUR, Thomas (2001). *Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

LA VEN, Michel; *at al* (1997). “História Oral de Vida: o instante da entrevista” Grupo de Trabalho História Oral e Questões Metodológicas/UFMG. In: Simson, Olga R. de Moraes (Org) *Os Desafios Contemporâneos da História Oral*. Campinas Unicamp: Centro de Memória ABHO.

LEFF, Enrique (2001). *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. ORTH, Lúcia M. Endlich (Trad.) Petrópolis: Vozes.

LEROY, Jean-Pierre (1991). *Uma Chama na Amazônia*. Ed. Vozes: Rio de Janeiro.

LIMA, Nei Clara de (2003). *Narrativas Oraís: uma poética da vida social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

LISBOA, Teresa Kleba (2003). *Gênero, Classe e Etnia: trajetórias de vida de mulheres migrantes* Florianópolis: Editora da UFSC; Chapecó.

LITTLE, Paul (2002). “Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade” In. Simpósio “*Natureza e Sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia*” 23ª Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado –RS.

_____ (2002a) “Os Conflitos Socioambientais: um campo de estudo e de ação política”. In: Marcel Bursztyn (Org.) *A Difícil Sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Coleção Terra Mater, Rio de Janeiro: Editora Garamond.

LORETTA, A. Cormier (2005). “Um Aroma no Ar: a ecologia histórica das plantas anti-fantasmas entre os Guajá da Amazônica”. In: *Revista Mana*, 11 (1).

LOURO, Guaciara Lopes (1997). *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.

MACHADO, Roberto (2003). “Introdução: Por uma Genealogia do Poder” In: *Michel Foucault Microfísica do Poder*. Roberto Machado (Organização, Tradução e Revisão Técnica) 18^a Edição. São Paulo: Editora Graal.

MAGALHÃES, Antônio Carlos, (2005). “Índios e Barragens: complexidade étnica e territorial na Região do Médio Xingu. In: SEVÁ, A. Osvaldo (org.). *TENOTÃ-MÕ: alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*”. São Paulo: International Rivers Networ.

MALINOWSKI, Bronislaw. (1978) *Os Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato de empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné*, São Paulo, Abril Cultural.

MARCUS, George E. (1994). “O que Vem (Logo) Depois do “Pós”: o caso da etnografia”. Tradução de Heloisa Buarque de Almeida In: *Revista de Antropologia* No. 37. São Paulo: USP.

MARGULIS, Sergio (2003). “Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira” Banco Mundial, 1^a Edição: Brasília.

MARTIN, Emily (2006 [1987]). *A mulher e o corpo: Uma análise cultural da reprodução*. Coleção:Sexualidade, gênero e sociedade. Rio de Janeiro: Garamond.

MARTINEZ-ALIER, Joan (1999). “Justiça Ambiental (local e global)” In. CAVALCANTI, Clóvis (Org.) *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. Cortez: São Paulo.

MARTINS, Jose de Souza (1997). *Fronteira: a degradação do outro nos fins do humano*. Pimpreta: Sao Paulo. Hucitec.

MAUSS, Marcel (1974). “Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas” In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Edusp.

MAZZETTO SILVA (2005) “Lugar-hábitat e Lugar-mercadoria: territorialidades em tensão no domínio dos cerrados”. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K; BARROS, D. P; (orgs) *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte, Editor Autêntica.

MICELI, Sergio (2005) “Introdução: A Força do Sentido”. In: *Economia das Trocas Simbólicas*. Introdução, Organização e Seleção Sérgio Miceli 6^a. Edição. São Paulo: Perspectiva, 2005.

MINTZ, Sidney W. (1984). “Encontrando Taso, Me Descobrimdo” In: *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro Vol. 27 n° 1 pp. 45 a 58.

NUTI, Mirian Regini (2007). “Análise das Estimativas de População Atingida por Projetos Hidrelétricos”. In: Ricardo Verdum (Org.) *Integração, Usina Hidrelétricas e Impactos Socioambientais*. Brasília: INESC.

ORTNER, Sherry B. (1979). Está a Mulher para o Homem Assim como a Natureza para a Cultura? In: Michelle Zimbalist Rosaldo e Louise Lamphere (Coord.) *A Mulher, A Cultura e a Sociedade* Tradução de Cila Anker e Rachel Gorenstein. Coleção O Mundo, hoje; V. 31.

Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (2007) A Máquina de Cultura: de Geertz a Hollywood . In: Entrevista Revista *Mana*, 13(2): 5-578. Disponível no site <http://www.scielo.com.br>

PÁDUA, José Augusto (2003). Desenvolvimento Humano e Meio Ambiente no Brasil. In: Moser, C. e Rech D. (Org). *Direitos Humanos no Brasil: diálogos e perspectivas – Olhar dos parceiros da Misereor*. 2ª. Edição Rio de Janeiro: Mauad.

_____ (2000a). “Biosfera, história e Conjuntura na Análise da Questão Amazônica” In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos* Vol. VI (Suplemento).

_____ (2000b). “Produção, Consumo e Sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário” In. *Cadernos de Debate. Brasil sustentável e Democrático*. N ° 06. Rio de Janeiro: FASE.

PEIRNO, Mariza G. S. (1995). *A Favor da Etnografia* (Cap. II). Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará.

_____ (1992[1983]). “Etnocentrismo às Avessas”. In: *Uma Antropologia no Plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: Editora Universidade Brasília.

_____ (1992[1987]). “O Encontro Etnográfico e Diálogo Teórico” In: *Uma Antropologia no Plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: Editora Universidade Brasília.

_____ (1992[1990]). “Só para Iniciados” In: *Uma Antropologia no Plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: Editora Universidade Brasília..

PEREIRA, Lígia Maria Leite (2000). Algumas Reflexões sobre História de Vida, Biográficas e Autobiografias. In: *Revista História Oral* Vol. 3 pp 117-127.

PINGUELLI ROSA (2001), Luiz. “*O Apagão: por que veio? Como sair dele?*” Rio de Janeiro: Editora Revan.

PINO, Nádia Perez (2007). “A teoria *queer* e os *intersex*: experiências invisíveis de corpos *desfeitos*”. In: *Cadernos Pagu*. No. 28, Campinas. Disponível www.scielo.com.br

PONTES JR., Felício & BELTRÃO, Jane (2005). Xingu, Barragens e Nações Indígenas. In: SEVÁ, A. Osvaldo (org.). *TENOTÃ-MÕ: alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo: International Rivers Networ.

PORTELLI, Alessandro (1996). *A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado na memória e nas fontes orais*. Rio de Janeiro: Tempo Vol. 1 no. 2 p 59-72.

_____ (2004). O Momento da Minha Vida: funções do tempo na história oral. In Déa Ribeiro Fenelon *at al* . *Muitas Memórias, Outras Histórias*. Olho D’Água.

RABINOW, Paul (1999). “Representações são fatos sociais: modernidade e pós-modernidade na antropologia” In João Guilherme Biehl (Org. e Trad.) *Antropologia da Razão: ensaios de Paul Rabinow*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará.

REDCLIFT, Michael R. (2006). “Os Novos Discursos de Sustentabilidade”. Tradução Lemuel Dourado Guerra. In: *Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável*. Marciolina Fernandes e Lemuel Guerra (Org.). 2ª. Ed. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos, Belém, 2006.

REHNFELDT, Merilin (2003). “Las Tinieblas Envuelven la Tierra: La Construcción de la Hidroeléctrica Yacyretá y la Relocalización de los Indígenas Mbya Guarani de Mbaepú”. In: COELHO, Silvio & NACKE, Analiese (Org.). *Hidrelétricas e Povos Indígenas*. Florianópolis/SC: Editora Letras Contemporânea.

RIBEIRO, Gustavo Lins (2008). *O Capital da Esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

_____ (1991) “Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado. Nova Ideologia/utopia do Desenvolvimento”. In: *Revista de Antropologia*: São Paulo, No. 34.

ROSALDO, Michelle (1995). O Uso e o Abuso da Antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. In: *Horizontes Antropológicos Revista Temática Semestral Ano 1 Nº 1 Porto Alegre,RS-Brasil*.

ROSALDO, R. (1971). “Desde la Puerta de la Tienda de Campanã: el investigador de campo y et inquisitor”. In: Marcus, G. E & Clifford, J. *Retóricas de la Antropología*. Madri: Jucar Universidad.

SAHLINS, Marshall David (2006). “A Guerra da Polinésia com Apologias a Tucídides” & Cultura e Ação na História” In: *História e Cultura: apologias a Tucídides* (Introdução, Capítulos I, II). Tradução Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

_____ (2004a) *Cultura na Prática*. Tradução Vera Ribeiro. Coleção Etnologia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

_____ (2004b) “Cosmologia do Capitalismo: o setor transpácífico do ‘sistema mundial’”. In: *Cultura na Prática*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

_____ (2003a) *Ilhas de História* (Introdução, capítulos I, II e V) . Tradução Bárbara Sette. Revisão Técnica Márcia Bandeira de Mello Leite. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

_____ (2003b) “Cultura e Razão Prática: dois paradigmas da teoria antropológica” & “Conclusão: a utilidade e a ordem Cultura” In: *Cultura e Razão Prática*. Tradução Sérgio Tadeu de Niemayer, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

_____ (1997). “O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I e II)”. In: Revista Mana Vol.3 No 1. Disponível no site www.scielo.com.br.

_____ (1974) “Sociedades Tribais na História e Antropologia”. In: *Sociedades Tribais*. Tradução Yvonne Maggie Alves Velho. Revisão Técnica Francisca Isabel Vieira. , Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SANTOS, Leinad Ayer O. & ANDRADE, Lúcia M . M. de (1988) (Orgs). *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*. Comissão Pró-Índio de São Paulo.

SCHILD, Verônica (2000). Novos Sujeitos de Direitos? Os movimentos de mulheres e a construção da cidadania nas ‘novas democracias’. In: Sonia E. Alvarez, Evelina Dagnino, Arturo Escobar (org.). *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

SCOTT, Joan (1995). Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. In: Educação e Realidade V.15, No. 2, 1995.

SEVÁ, A. Osvaldo (2005a). *TENOTÃ-MÕ: alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*”. (Organizador). São Paulo: International Rivers Networ.

_____ (2005b). “Povos indígenas, as cidades e os beiradeiros do rio Xingu que a Empresa de Eletricidade Insistem em Barrar”. In: *TENOTÃ-MÕ: alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*”. SEVÁ, A. Osvaldo (Organizador). São Paulo: International Rivers Networ.

SHIVA, Vandana (2001). *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Editora Vozes: Petrópolis.

SILVA, Maria Ivonete Coutinho. “Mulheres Migrantes na Transamazônica: construção da ocupação e do fazer político”. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, 2008.

SILVA, Cristhian Teófilo da (2002). Sobre a interpretação antropológica: Sahlins, Obeyesekere e a racionalidade havaiana. In: Revista de Antropologia v.45 n.2 São Paulo. Disponível site www.scielo.com.br .

SIMMEL, Georg (1983). “Formalismo Sociológico e a Teoria do Conflito”, “A Competição”, “Conflito e Estrutura de Grupo”, “Sociabilidade – Um Exemplo de Sociologia Pura e Formal” In: Evaristo de Moraes Filho (Org.) Sociologia Georg Simmel. Editora Ática: 1983.

SOUZA FILHO, Benedito, *et al*, (Org) (2006). *Alta Tensão: conflitos, representações e dinâmicas de uso e ocupação de faixas de servidão de linhas de transmissão da Eletronorte*. São Luis. EDUFMA.

SOUSA JÚNIOR, Wilson Cabral de, *et al* (2006) “Custos e Benefícios do Complexo Hidrelétrico Belo Monte: Uma Abordagem Econômico-Ambiental. Conservation Strategy Fund do Brasil, CSF, Brasil.

SOUZA MARTINS, José de (1997). *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora Hucitec.

TAUSSIG, Michael (1993). “Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem: um estudo sobre o terror e a cura”. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

TEIXEIRA, Márcia Gracinda; SOUZA, Rita Cerqueira de; MAGRINI, Alessandra; ROSA; Luiz Pinguelli (2002). “Análise dos Relatórios de Impactos ambientais de Grandes Hidrelétricas no Brasil”. In: MÜLER-PLANTENBERG, Clarita; AB’SABER, Aziz Nacib (Orgs). *Previsão de Impactos: o estudo de impacto ambiental no leste, oeste e sul. Experiências no Brasil, Rússia e na Alemanha*. 2 Ed. 1. reimpressão: São Paulo: Edusp.

TELES, Eliana & MARIN, Rosa Acevedo (2009). Movimento das Peconheiras: Identidades e Processos de Autocartografar. In: Maria Luzia Miranda Álvares, Eunice Ferreira dos Santos e Cristina Donza Cancela (Orgs). *Mulheres e Gênero: as faces da diversidade*. Belém: GEPEM (Coleção Mulheres e Gênero na Amazônia – Vol. 1).

THOMPSON, Paul (1992). *A Voz do Passado: História Oral*. OLIVEIRRA, Lólio Lourenço (Trad.) Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra.

TRAJANO FILHO, Wilson (1988). “Que Barulho é Esse, o Dos Pós-Modernos?”. In: Anuário Antropológico: Editora Universidade de Brasília: Tempo Brasileiro.

VALLE, Raul Silva Telles do (2005) Uma abordagem Jurídica das Idas e Vindas dos Projetos de Hidrelétricas no Xingu”. In: SEVÁ, A. Osvaldo (2005a). *TENOTÃ-MÕ: alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. (Organizador). São Paulo: International Rivers Networ.

VANDENBERGHE, Frédéric (2005). As Sociologias de Georg Simmel. Tradução Marcos Roberto Flamínio Peres. Bauru, SP: Edusc; Belém: EDUFPA. Coleção Ciências Sociais.

VELHO, Otávio Guilherme (1972) *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: estudo do processo de penetração da Transamazônica*. Editora Zahar: Rio de Janeiro.

VERDUM, Ricardo (2007). “Obras de Infra-Estrutura no Contexto da Integração Sul-americana”. In: Ricardo Verdum (Org.) *Integração, Usina Hidrelétricas e Impactos Socioambientais*. Brasília: INESC.

VERDUM, R; CARVALHO, G. (2006) “IIRSA: os riscos da integração” In: Orçamento e Política Socioambiental. Publicação do Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc. Ano IV/ N°. 17.

WOORTMANN, Ellen F. (1998). “Família, Mulher e Ambiente no Seringal”. In: Ana Maria de

Niemeyer e Emília Pietrafesa de Godoi (Orgs). *Além dos Territórios: para um diálogo entre etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas, SP: Mercado de Letras.

WOORTMANN, Klaas (1987). *A Família das Mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq.

WRYTE, William Foote (2005). *Sociedade de Esquina*. Tradução Maria Lúcia de Oliveira. Editora Jorge Zahar: Rio de Janeiro.

ZHOURI, Andréa (2001). “Ambientalismo e Antropologia: descentrando a categoria de movimentos sociais”. In: Revista Teoria e Sociedade, No.8, São Paulo.

ZHOURI, Andréa (2003). “Hidrelétricas e Sustentabilidade”. Anais Seminário Teuto-Brasileiro de Energias Renováveis. Berlim: Fundação Heinrich www.boell.org.de

ZHOURI, Andréa & OLIVEIRA, Raquel (2005). “Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos”. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K; BARROS, D. P; (Org.) *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte, Editor Autêntica.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; & PAIVA, Angela. (2005) “Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental: as hidrelétricas em Minas Gerais” In: *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*”. Zhouri A; Pereira, D. B; e Laschefski, K. (orgs.) Ed. Autêntica: Belo Horizonte.

DOCUMENTÁRIOS

Encontro dos Povos Indígenas e Movimentos Sociais da Bacia do Xingu (23 minutos). Realização Editora Mensageiro Colaboração Misereor. Belém: Pará, 2008. www.multiraoamazonia.org.br

A Luta Contra a Mercantilização da Água. Realização Equit Instituto: Gênero, Economia e Cidadania Global. Patrocínio Fundação Heinrich Böll. Rio de Janeiro, 2008. www.equit.org.br

“O Que Beira a Beira do Rio Madeira” (2007). Realização: Rio Terra: Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia e Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA). Produção: Água Doce Produções. Direção: Alexis Bastos. Fotos: Fred Bastos.

DOCUMENTOS JURÍDICOS

Suspensão de Liminar pelo Supremo Tribunal de Justiça. Ministério Público Federal, 2007.

Relatório da Decisão sobre Ação Civil Pública Ambiental, com pedido de concessão de liminar. Ministério Público Federal, 2007.

Ação Civil Pública Ambiental com Pedido de Concessão de Liminar. Ministério Público Federal, 2007.

Ação Civil Pública Ambiental com Pedido de Concessão de Liminar. Ministério Público Federal e Fundação Nacional do Índio - Funai (Processo nº: 2006.39.03.000711-8 Classe: 7100 Objeto: 01.05.11.00), 2007.

Agravo de Instrumento com Pedido de Atribuição de Efeito Suspensivo. Ministério Público Federal, 2006.

Decisão Ação Civil Pública - Proteção Ambiental (Processo: 2006.39.03.000711-8). Ministério Público Federal, 2006.

Ação Civil Pública Ambiental com Pedido de Liminar. Ministério Público Federal/ Procuradoria da República no Município de Altamira, 2006.

Ação Direta de Inconstitucionalidade, com Pedido de Medida Cautelar. Procuradoria-Geral da República, Agosto 2005.

Solicitação de ajuizamento, com a brevidade possível, de ação direta de inconstitucionalidade contra o artigo 25 da Lei do Estado do Pará nº 6.489, de 27 de setembro de 2005, à Procuradoria-Geral da República. Ministério Público Federal, 2005.

Solicitação de Estudo sobre a Possibilidade de Ingressar com Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o Decreto Legislativo nº. 788, promulgado no dia 13 de julho de 2005 à Procuradoria-Geral da República. Ministério Público Federal, 2005.

Ação Civil Pública Ambiental com Pedido de Liminar. Ministério Público Federal, 2001.
“Coleção de Releases”, Ministério Público Federal, 2007

PARECERES TÉCNICOS

Eletrobrás/ Ministério de Minas e Energia (2007) AHE Belo Monte: Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Socioambiental. Brasília:MME/Eletrobrás.

ARTIGOS VEICULADOS NA IMPRENSA

“Revogada liminar sobre Belo Monte”. Diário do Pará, 17 de maio de 2006.

“Juiz libera estudos sobre usina”. O Liberal, 17 de maio de 2006.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)